



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

DÍVIDA E REPARAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL

Marília Gabriela Barbosa da Silva

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

DÍVIDA E REPARAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL

Marília Gabriela Barbosa da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Profa. Dr.^a Senilde Alcântara Guanaes

Foz do Iguaçu
2022

MARÍLIA GABRIELA BARBOSA DA SILVA

DÍVIDA E REPARAÇÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dr.^a Senilde Alcântara Guanaes
UNILA

Prof. Dr. Rodrigo Juan Villagra Carron
(UNILA)

Prof. Dr. Mário Ramão Villalva Filho
(UNILA)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Marília Gabriela Barbosa da Silva.

Curso: Antropologia – Diversidade Cultural Latino Americana.

	Tipo de Documento
(.X.) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: Dívida e Reparação na Tríplice Fronteira Sul.

Nome do orientador(a): Senilde Alcântara Guanaes.

Data da Defesa: 22/12/2022

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 10 de Janeiro de 2023.

Marília Gabriela Barbosa da Silva

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho às pessoas que lutam por justiça social.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que sempre trabalhou para possibilitar uma vida digna para si e seus filhos. Aos meus irmãos, que são meus exemplos. Às professoras e professores que me inspiraram. Aos meus colegas de curso que me motivaram e indicaram autores e autoras. Às minhas amigas que me lembraram do meu potencial. À minha esposa que me apoiou durante todo o processo de escrita. Ao PET (Programa de ensino e trabalho), que participei no ano de 2017. À minha excelente orientadora que me acompanhou em toda a trajetória da escrita e colaborou imensamente para que ela estivesse à altura do tema. À banca composta por professores maravilhosos com os quais tive o prazer de estar junto e que deram atenção ao que eu realizei nesta pesquisa.

RESUMO

Apesar do território da tríplice fronteira sul concentrar riquezas e recursos, não é dada a devida importância ao bem-estar social no orçamento público, especialmente em região de fronteira, onde as violações territoriais, ambientais, culturais e econômicas são ainda mais expressivas. Pela relevância da problemática, frente aos desafios da nossa democracia, esta pesquisa apresenta como tema a dívida social e sua reparação na tríplice fronteira sul, entre Brasil, Paraguai e Argentina. A dívida social consiste no acúmulo das diversas dívidas coletivas que temos em nossa sociedade, se transformando em uma dívida histórica e uma dívida pública quando não reparadas pelos Estados nacionais. O objetivo da pesquisa é mapear, de forma panorâmica, os principais temas e grupos sociais impactados por essas dívidas, focalizando nas demandas dos movimentos sociais e populares. A metodologia utilizada se desdobrou em duas etapas: primeiro, foi realizada uma revisão literária sobre o tema, segundo, foi desenvolvido um trabalho etnográfico por meio de redes sociais e dos principais eventos sociais e políticos da região. A pesquisa de campo virtual foi o meio encontrado para superar as dificuldades trazidas pela pandemia de Covid-19, mas é também um dos campos em expansão na Antropologia nos últimos anos, denominado “etnografia digital”, ou “cyber-etnografia”. Nesse tipo de pesquisa, a coleta de dados por meio de palavras chaves e temas relacionados é de fundamental importância e teve uma atenção especial neste trabalho, não apenas na escolha do referencial bibliográfico, mas em toda a metodologia, desde a escolha dos principais temas e grupos sociais, passando pela execução e transcrição de entrevistas, até a análise dos eventos e dos dados de modo geral. Frente à complexidade e abrangência da dívida social, foram selecionados os principais temas relacionados à dívida e reparação na região da tríplice fronteira sul, tais como justiça social, direitos territoriais e ambientais, racismo estrutural, fascismo e democracia liberal, buscando sempre os referenciais mais próximos à Antropologia. Os resultados obtidos se referem às principais problemáticas e demandas sociais localizadas em textos e/ou falas de representantes dos movimentos sociais que atuam na região.

Palavras-chave: dívida; reparação; justiça; fronteira; democracia.

RESUMEN

Aunque el territorio de la triple frontera sur concentra riqueza y recursos, no se le da la debida importancia al bienestar social en el presupuesto público, especialmente en la región fronteriza, donde las violaciones territoriales, ambientales, culturales y económicas son aún más significativas. Debido a la relevancia del problema, dados los desafíos de nuestra democracia, esta investigación presenta como tema la deuda social y su reparación en la triple frontera sur entre Brasil, Paraguay y Argentina. La deuda social consiste en la acumulación de las diversas deudas colectivas que tenemos en nuestra sociedad, convirtiéndose en una deuda histórica y una deuda pública cuando no es reparada por los Estados nacionales. El objetivo de la investigación es mapear, de manera panorámica, los principales temas y grupos sociales afectados por estas deudas, centrándose en las demandas de los movimientos sociales y populares. La metodología utilizada se desplegó en dos etapas: primero, se realizó una revisión literaria sobre el tema, segundo, se desarrolló un trabajo etnográfico a través de las redes sociales y los principales eventos sociales y políticos de la región. La investigación de campo virtual fue el medio encontrado para superar las dificultades traídas por la pandemia de Covid-19, pero también es uno de los campos en expansión en Antropología en los últimos años, llamado "etnografía digital" o "ciber-etnografía". En este tipo de investigación, la recolección de datos a través de palabras clave y temas relacionados es de fundamental importancia y tuvo especial atención en este trabajo, no solo en la elección de la referencia bibliográfica, sino en toda la metodología, desde la elección de los principales temas y grupos sociales, pasando por la ejecución y transcripción de entrevistas, hasta el análisis de eventos y datos en general. Dada la complejidad y alcance de la deuda social, se seleccionaron los principales temas relacionados con la deuda y la reparación en la región de la triple frontera sur, como la justicia social, los derechos territoriales y ambientales, el racismo estructural, el fascismo y la democracia liberal, buscando siempre las referencias más cercanas a la antropología. Los resultados obtenidos se refieren a los principales problemas y demandas sociales localizados en textos y/o discursos de representantes de movimientos sociales que operan en la región.

Palabras clave: deuda; reparación; justicia; frontera; democracia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – ANTROPOLOGIA, DECOLONIALIDADE E METODOLOGIAS PRÁTICO-TEÓRICAS	21
1.1 O QUE A ANTROPOLOGIA ENTENDE POR REPARAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL?	27
1.1.1 O conceito de Dádiva de Marcel Mauss	29
1.2 DÍVIDA SOCIAL	32
1.2.1 Dívida Econômica: Externa Ou Interna	35
1.2.2 Dívida Ambiental Oriunda da Dívida Externa	40
CAPÍTULO 2 – A RELAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS	44
2.1 A QUESTÃO RACIAL E A INFERIORIZAÇÃO: DÍVIDA HISTÓRICA COM DESCENDENTES NEGROS E PARDOS	47
2.2 DÍVIDA COM AS MULHERES: PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS.....	49
2.3 MARXISMO-DECOLONIAL PARA ENTENDER O COLONIALISMO LATINO-AMERICANO.....	51
CAPÍTULO 3 – RESPOSTAS E EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DA FRONTEIRA	58
3.1 REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA	61
3.2 OS GUARANI NA TERCEIRA MARGEM	67
CAPÍTULO 4 – QUE TIPO DE DÍVIDAS ENCONTRAMOS NA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL?	76
4.1 DÍVIDAS HISTÓRICAS.....	80
4.1.1 A Dívida Com O Povo Guarani	84
4.1.2 A Dívida Com Os Povos Pretos E Pardos	86
4.1.3 A Dívida Com As Vítimas Da Ditadura Militar	90
4.2 DÍVIDAS ECONÔMICAS	95
4.3 DÍVIDAS ECOLÓGICAS.....	100
CAPÍTULO 5 – QUAIS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO ENCONTRAMOS NA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL?	103
5.1 MOVIMENTO INDÍGENA.....	104
5.2 COMISSÃO DA VERDADE.....	105
5.3 TRANSCRIÇÃO 4º FORO SOCIAL Y POPULAR DE LA TRIPLE FRONTERA	106
5.4 MOVIMENTO NEGRO E QUILOMBOLA NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	111
CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

Como efetivar direitos sobre danos sofridos pelas minorias políticas ao longo de uma dívida histórica secular? Essa é a principal pergunta do presente trabalho, seguida por questões metodológicas no campo da Antropologia contemporânea, que nos últimos anos tem estado atenta às demandas da sociedade em geral e de algumas coletividades em específico, o que exige algumas reflexões sobre como fazer etnografia com os grupos sociais e não apenas sobre eles. A organização do presente texto visa responder à essas questões - teórica, conceitual e metodologicamente – de modo preliminar, mapeando de fora e de dentro as demandas por justiça social e por políticas de reparação, originadas das dívidas sociais.

Entendo por “dívidas sociais”, os prejuízos sofridos por alguns grupos sociais ao longo da história, em consequência de políticas institucionais, sejam por parte do Estado ou por omissão dele, sejam por parte dos setores privados. Tais prejuízos são identificados principalmente pelas demandas e agenda de lutas dos movimentos sociais e populares em busca de justiça e reparação. A perspectiva da “justiça social” é abordada pelo viés da Antropologia, que entende como “justiça” a superação das desigualdades estruturais e sistêmicas, são elas, as desigualdades étnico-raciais, de gênero e de classe, produzidas, respectivamente, pelo racismo, patriarcado e pobreza. Os movimentos sociais relacionados à dívida social na tríplice fronteira foram selecionados com base nas seguintes questões: quais as formas de enfrentamento e que grupos as articula, frente aos problemas ambientais, políticos, sanitários e econômicos, em especial no combate às variadas formas de desigualdade, à fome e à crise econômica durante a pandemia (2020 a 2021)?

Iniciamos o trabalho com um breve e panorâmico relato histórico dos acontecimentos que culminaram na atual realidade da tríplice fronteira, sobretudo aqueles que geraram os principais impactos políticos, econômicos e ambientais sobre a população. Os acontecimentos são descritos de modo a conhecê-los, identificando os seus contornos, e mapeá-los, inserindo-os em um cenário nacional e regional mais amplo. Os relatos são organizados a partir de narrativas que buscam analisar e descrever a realidade social vigente. A perspectiva epistêmica dessa

narrativa é decolonial, uma vez que se situa na análise crítica dos fatos e da própria história, tomando como marco a decolonialidade e o anticolonialismo, que busca interpretar as experiências e eventos com base na perspectiva dos povos e grupos sociais historicamente subjugados, e não pela narrativa institucional do Estado, considerando as ambiguidades e as relações de poder e opressão presentes entre essas narrativas, como problematizado por Frantz Fanon, médico psiquiatra antilhano-martinicano (1979).

Buscamos identificar ações de grupos envolvidos com políticas de reparação relacionadas a dívidas sociais localizáveis nos três países que conformam a região da tríplice fronteira. Pretende-se investigar o trabalho realizado por atores locais, tendo como núcleo comum as demandas apresentadas. A ideia é apontar as motivações e intenções que cada um deles possui ao construir seus projetos de vida em torno da busca por reparação e justiça na região. Além de evidenciar como se desenvolve essas ações, os usos dos espaços e a rede de relações que articulam. A existência de uma grande dívida social se faz verificável pela ação de grupos que lutam por direitos humanos e justiça social na tríplice fronteira. O primeiro ponto necessário para compreender a escolha temática sobre a reparação, é como as violações se dão de forma articulada na região e, por consequência, como as formas de resistência têm acontecido de forma articulada na América Latina.

O objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar a relevância das reparações referentes às dívidas sociais localizadas na região da tríplice fronteira sul. Os objetivos específicos são: 1) Analisar o discurso de integrantes dos movimentos locais por justiça social, por meio de entrevistas; 2) Analisar as práticas das pessoas que têm participação ativa nesses movimentos; e 3) Analisar a conjuntura social e política onde eles se inserem. Considerando que a centralidade dessas análises está nas dívidas sociais e na sua reparação e não nos movimentos em si, foram utilizados como instrumentos de produção de dados, as entrevistas com diversos movimentos e integrantes, a observação participante, quando possível, e a análise documental. Considero que essas técnicas possibilitaram uma compreensão do tema pesquisado, que permite construir um panorama das dívidas sociais históricas da região e dos processos de justiça e reparação em disputa. O 4º

Fórum Social e Popular da Tríplice Fronteira¹, ocorrido em 2017, permitiu mapear e construir uma amostragem dos coletivos da região para a realização da pesquisa.

Como a ideia principal desta dissertação é verificar que ações reparadoras vêm sendo tomadas para saldar a dívida social que existe na América Latina, foi escolhida uma parte do continente em que as desigualdades sociais transcendem aspectos econômicos, como já mencionado, constituindo uma tríade raça, gênero e classe. Através de relatos dos atores locais, escrevo, de forma crítica, sobre as formas de reparação demandadas em função das assimetrias provocadas pelo sistema capitalista moderno/colonial na região que compreende a tríplice fronteira sul, ou região transfronteiriça do Iguaçu. A tríplice fronteira possui um histórico relevante, porque além das guerras e regimes ditatoriais, aqui se empreendeu um processo violento de desocupação, repressão e desmantelamento (expropriação e esbulho) do território Guarani, dando lugar a um dos maiores e mais ousados projetos de desenvolvimento econômico do mundo, com a construção da Itaipu.

A pesquisa bibliográfica foi realizada dos anos 2000 para cá, para dar conta do contexto histórico, e o marco teórico se situa entre 2016 até o presente momento. Os dados contidos neste trabalho se fundamentam, como já observado, em referências bibliográficas e trabalho etnográfico virtual, mas é importante mencionar a contribuição das disciplinas cursadas e as fontes bibliográficas principais, que envolveram: periódicos de editoras universitárias e revistas de congressos científicos como a RAM (Reunião de Antropologia do Mercosul), a MANA (Revista de Antropologia do Museu Nacional), a AVA (Revista de Antropologia da Universidade Nacional de Misiones, na Argentina), assim como: leis, relatórios, artigos científicos por meio de plataformas como Scielo, Scholar Google, CLACSO, monografias de repositórios acadêmicos de diversas universidades brasileiras (como a UFRJ), algumas argentinas e paraguaias (como CEADUC).

Importante também ressaltar os sites consultados, grande parte dos movimentos sociais e grupos ativistas da região, com destaque àqueles relacionados à dívida histórica paraguaia e sua comissão da verdade. No caso brasileiro, destacam-se as manifestações do movimento brasileiro de policiais

¹ O Fórum foi realizado pelo CDHMP - Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu, e reuniu lideranças dos movimentos sociais, populares e sindicais da Tríplice Fronteira.

antifascistas e as instituições e pessoas ligadas aos movimentos populares da região, que durante a pandemia continuaram ativos em suas redes sociais, lives, blogs e canais do YouTube. O período de encontros e contato com os interlocutores e interlocutoras da pesquisa foi principalmente no segundo semestre de 2021. Alguns eventos específicos serão tratados com base no método da análise situacional, da escola de Manchester (FELDMAN-BIANCO, 1987).

Durante o desenvolvimento dos capítulos a ideia central é explicar como as “minorias políticas” relacionam-se com as dívidas históricas e como articulam formas de reparação, em ênfase na fronteira sul. Ao todo são 5 capítulos, no **primeiro capítulo: *Antropologia e decolonialidade como metodologias prático-teóricas***, contextualizo o marco conceitual teórico que subsidia esse debate, que é a perspectiva antropológica decolonial, por dar conta de compreender as questões estruturais do passado e a sua estreita relação com o contexto atual. Em seguida, faço referência à dívida social na tríplice fronteira de modo interdisciplinar, introduzindo alguns conceitos sobre movimentos sociais, justiça social e dívida social, de modo a relacionar esse debate com as especificidades da região.

No **segundo capítulo: *A relação da justiça social com os movimentos sociais***, apresento as possíveis interpretações do contexto histórico social da tríplice fronteira, já incluindo os tipos de dívidas e reparações características dessa região. No **terceiro capítulo: *Respostas e experiências práticas da fronteira***, apresento alguns dados da região, relativos ao processo de ocupação e organização política e econômica deste território. No **quarto capítulo: *Que tipo de dívidas encontramos na tríplice fronteira sul?*** respondo parcialmente à pergunta sobre os tipos de dívidas e reparações existentes na região. No **quinto capítulo: *Quais políticas de reparação encontramos na tríplice fronteira sul?*** Enumero algumas políticas e movimentos da região que buscam construir sua agenda de lutas com base em processos históricos de formação da região, especialmente com a memória das violações e de como essas memórias podem servir como contestação para ações afirmativas, políticas de reparação e processos indenizatórios.

CAPÍTULO 1 – ANTROPOLOGIA, DECOLONIALIDADE E METODOLOGIAS PRÁTICO-TEÓRICAS

O maior número de vítimas do vírus letal da covid-19 está entre trabalhadoras e trabalhadores que vivem nas periferias da cidade. Além das mortes, sofrimentos e várias negligências sobrepostas. São “catástrofes” produzidas pelo modo de distribuição de riquezas do capitalismo, que resultam em condições vulneráveis para viver, precariedade, exposição aos riscos e proliferação de doenças. O efeito da pandemia ampliou a gravidade dessas condições e culminou em um total descontrole social, especialmente no contexto brasileiro. É importante ressaltar que desde 2016 até os dias atuais as instituições estão sendo abaladas pelas disputas no campo ideológico e político entre o poder popular e o poder econômico. A aliança entre o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso e o Governo Federal demonstrou a sua força durante o processo de destituição da ex-presidenta Dilma. No outro campo, os movimentos populares e identitários reafirmaram suas agendas de luta por mais direitos e proteção social. As mobilizações da sociedade serão capazes de reagir às alianças da burguesia? Frente às dívidas sociais históricas, quais as perspectivas de justiça e reparação na tríplice fronteira, nessas últimas décadas?

As políticas de ações afirmativas me contemplaram enquanto oriunda da educação pública e de família com baixo poder aquisitivo. Por esse motivo, também me interessei pela dívida econômica e no modo como ela compromete a execução de políticas públicas, com especial ênfase àquelas relacionadas ao campo dos direitos humanos e da memória popular. Por essa razão, o desenvolvimento dessa pesquisa traz não apenas uma perspectiva crítica, como também de militância em relação aos grupos sociais subalternizados e marginalizados pelo Estado brasileiro, em especial os grupos localizados na região da tríplice fronteira do Iguaçu, cujas condições são ainda mais complexas. Entendo que o trabalho intelectual deve também se comprometer politicamente com essas populações, visto que estão submetidas ao chamado “terrorismo de Estado” e a todo tipo de violação de direitos humanos. Para isso, priorizamos as referências teóricas que debatem as dimensões da dívida social tomando como base os marcadores de classe, raça e gênero.

A Antropologia, sabemos, se encarrega dos estudos sobre as culturas humanas, incluindo a relação dessas culturas com os “não humanos”. Contudo, a definição de cultura é restrita em alguns aspectos e muito abrangente em outros, compreende as expressões linguísticas, os modos de ser, fazer, as dimensões materiais e simbólicas, entre outros aspectos, mobilizando várias áreas e subáreas do conhecimento, tais como arqueologia, psicologia, economia, sociologia, direito, etc. Por uma questão metodológica, o presente trabalho enfoca na Antropologia social e cultural. A organização da pesquisa se estrutura numa perspectiva crítica e popular, onde a escrita não está dissociada do engajamento político e das interlocuções necessárias com grupos e pessoas representativas em seus respectivos processos de luta. A questão principal é entender como a dívida social é compreendida por esses grupos e quais as iniciativas das organizações políticas no sentido de saldar a dívida social. Buscamos no passado histórico o entendimento político das dinâmicas e conjunturas do Estado atual, em relação à suas normas, às políticas públicas existentes e à suas representações ideológicas.

É papel da academia compreender essas dinâmicas e representações e a função que desempenham nos processos de integração contemporâneos, especialmente em uma universidade que tem a integração latino-americana como missão vocacional. Por isso, demarcamos como lócus da pesquisa a região transfronteiriça, para tentar entender as dinâmicas particulares de uma tríplice fronteira e não os três países isoladamente e/ou de forma comparativa. Essa escolha será melhor explicada adiante. O presente trabalho tem também o desafio de abordar, de forma didática e objetiva, um tema pouco estudado, como é a dívida social e as políticas de reparação, e extremamente abrangente e complexo, por tangenciar vários segmentos da sociedade, desde a economia até as relações étnico-raciais e de gênero, por exemplo. Um desafio que talvez não seja alcançado plenamente, mas que seguramente traz maior visibilidade ao tema e pode vir a ser uma pequena contribuição para a construção das representações e imaginários que compõem o pensamento social da tríplice fronteira, fortalecendo o campo intelectual, jurídico e político da região.

A História e Geografia são áreas que oferecem ferramentas teóricas consistentes para as nossas primeiras reflexões. As relações entre países e/ou grupos internacionais, as conjunturas, contextos sociais, instituições e momentos

históricos foram percorridos na tentativa de entender os contextos de violação contra alguns grupos sociais específicos. Os dados produzidos por meio das entrevistas e levantamento bibliográfico foram articulados de forma interdisciplinar, abordagem possibilitada pelos métodos e técnicas etnográficas, que permite não apenas o diálogo entre áreas distintas, mas também situar a problemática estudada em um tempo e lugar transtemporal e transterritorial. A chamada Antropologia “por demanda”, baseada na epistemologia decolonial, tem também contribuído para repensar as problemáticas estudadas pela universidade e os seus recortes teóricos e metodológicos, assim como, a suposta neutralidade da pesquisa.

O ambiente digital da cyber pesquisa foi também um desafio para o desenvolvimento do trabalho, porque são “novos ambientes” e subjetividades que se constituem nesses espaços virtuais, que revelam outras configurações sociais, distintas das experiências concretas, principalmente quando se trata das formas de organização e das estratégias dos movimentos sociais. O espaço virtual também potencializa as violações de direitos, as injustiças e assimetrias e, principalmente, a violência e o discurso de ódio. A Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), se posicionou acertadamente sobre a constante violação de direitos humanos, acirrada pelo cenário político atual:

Em termos gerais, é necessário manifestar que se, como apontamos no relatório anterior, nos anos de 2015 e 2017, a atuação da CDH/ABA foi um desafio e uma provocação permanentes devido a uma sequência assustadora de denúncias e casos de violação de direitos, de discussão e/ou aprovação de projetos de lei que atingem direitos fundamentais e da enunciação pública de discursos políticos que agredem direitos, nos anos seguintes esse cenário tomou um rumo devastador. Nesse contexto, nossas ações (notas de repúdio, organização de eventos para debate público, apoio de moções) têm buscado se articular na relação entre o posicionamento político e a reflexão analítica, deparando e divulgando sobre a formulação de diversas iniciativas legislativas, políticas públicas, práticas institucionais e atos de violação de direitos que vulneram os direitos civis, formalmente garantidos a todos os cidadãos por igual. Isso porque em particular o ano de 2018 – ano eleitoral- apresentou um cenário catastrófico em termos de direitos humanos. Particular destaque ganha nesse cenário a execução brutal da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco no dia 14 de março, crime sobre o qual ainda hoje não foi dada resposta por parte das autoridades públicas.” [...] “Do ponto de vista da CDH/ABA, esse contexto de “embate aos direitos humanos” tem resultado no nosso compromisso para afirmar a importância de uma antropologia pública, em e para a ação, engajada nas suas interlocuções e formas de pensar e agir no mundo. Nesse relatório, apontamos para as atividades desenvolvidas

em torno de, fundamentalmente, três frentes: participação e/ou organização de eventos; emissão e difusão de posicionamentos institucionais e outras ações institucionais (Associação Brasileira de Antropologia, 2019 apud COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, 2018).

Perante a complexidade do cenário atual, entendemos que a metodologia mais apropriada para dar início a esse campo de estudos é o levantamento bibliográfico, para mapear a produção teórica sobre o tema, e os estudos etnográficos sobre os dados da dívida social na região da tríplice fronteira, através da pesquisa de instituições, autores e autoras que possuem uma visão crítica sobre o tema. Para entender os conceitos de “dívida” e “reparação” atuamos a partir de marcos interpretativos antropológicos interdisciplinares, principalmente entre História, Geopolítica, Direito, Economia e Literatura. Os movimentos sociais foram selecionados utilizando os critérios preestabelecidos de alcance social, no sentido de visibilidade, e relevância em relação aos temas da pesquisa. São eles, os movimentos indígenas, negros e feministas; as causas ambientais; as disputas pelo orçamento público; as comissões da verdade, da memória e da justiça; o 4º fórum social da tríplice fronteira e a polícia antifascista². Todos esses movimentos, articulados ou não, constituem representações políticas importantes em prol da justiça e das políticas de reparação nos três países da fronteira que, apesar das diferenças, compartilham histórica e geograficamente um mesmo território.

Ao buscar uma metodologia para este trabalho, fui questionada³ sobre como a crítica decolonial pode nos ajudar a refletir sobre a forma como o campo e as relações assimétricas entre pesquisadora e pesquisados/as interferem na dinâmica social/cultural observada. Parte do pensamento de Rita Segato, antropóloga argentina, ao debater os Direitos Humanos, me levou a entender os caminhos que eu teria que percorrer para estudar o meu tema, que é a “dívida social” e as suas reparações na tríplice fronteira sul na região do Iguaçu. Estudar sobre uma dívida histórica na contemporaneidade e as demandas dos movimentos sociais e populares por justiça e reparação, é também pensar nos modelos hegemônicos de nação e de sociedade civil. Há uma disputa explícita entre os movimentos sociais e populares e

² Os policiais antifascistas, além de representarem um grupo minoritário da corporação, têm um manifesto que reivindica a desmilitarização do corpo policial e o fim da guerra às drogas que promove o genocídio da população jovem e negra.

³ Reflexões propostas pelo professor da UNILA Waldemir Rosa na disciplina “Metodologias decoloniais e práticas antropológicas”.

a sociedade civil hegemônica, porque os primeiros tentam “viabilizar formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2010). Além disso, os movimentos sociais, em especial os populares, são os principais agentes de cobrança da dívida social.

A chamada Antropologia “por demanda”, contextualizada na obra de Rita Segato “La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Y una antropología por demanda” (2015), fundamentam a natureza teórica e metodológica da presente pesquisa, uma vez que os próprios temas e os seus pressupostos resultam dos interesses dos grupos sociais, como explica Rita, a “antropologia por demanda” é quando a sociedade solicita à área que empreste a sua “caixa de ferramentas” para responder a questões interpeladas e solicitadas pelos povos que antes eram considerados apenas objetos dos projetos de pesquisa. Todas as reflexões provocadas pelas aulas, eventos e textos da área levaram a reflexões críticas de que todo projeto de pesquisa é pautado por decisões que são, inicialmente, escolhas políticas. Por isso todas as formas de interferência durante uma pesquisa devem ser orientadas pelas demandas concretas dos grupos estudados. A crítica decolonial ajuda a pensar o papel da pesquisa e da pesquisadora em campo, mas também a assumir para si as demandas.

Entende-se, consensualmente, que o campo é um elemento central para a abordagem culturalista. O estar lá e viver o que se vê e descreve, dava autenticidade ao relato. Mas como se desenvolve a relação da pesquisadora, desde uma perspectiva crítica decolonial, junto à dinâmica social ou cultural observada? Vai depender da intenção da pesquisadora e se a sua linha teórico-metodológica apoia a perspectiva “subalterna” do campo estudado. Em Boas, antropólogo cultural, e Malinowski, antropólogo funcionalista, havia uma forte crítica ao evolucionismo cultural da época, e o método etnográfico passa a ser o antídoto para o evolucionismo antropológico. Contudo, o etnocentrismo ainda permeava os principais relatos etnográficos, mesmo com toda imersão dos/as antropólogos/as nas culturas nativas. Malinowski, por exemplo, acompanha uma festa das Ilhas Trobriand que dura 31 meses, mas os seus relatos, por mais que tentassem evitar as explicações evolucionistas, ainda tomavam como base as comparações entre a cultura local e a sua própria cultura.

Rita Segato (2013) chama atenção de que o fundamental é não descentrar a visão para conhecer o outro, mas conhecer a si mesma no olhar do outro. Ou seja, permitir o olhar do outro e que esse faça juízo sobre nós. José Jorge de Carvalho (2001) também fala sobre a devolução do olhar, a “bivocalidade” e a preocupação para que os oprimidos não se calem. Afirma que o antropólogo tende a questionar a forma que os interlocutores e interlocutoras olham e questionam a presença do antropólogo e antropóloga em campo. Acrescenta que o “ponto de partida” do texto etnográfico sempre foi a voz “subalterna”, baseando-se no texto do colonizado:

O efeito das narrativas deve fazer-se sentir, primeiro de tudo, no próprio etnógrafo: ele deve deixar-se impactar por um discurso que se apresenta como estranho, distante, inacabado, inadequado... porém desenraizado, pária, desimpedido, aberto à alteridade, com uma vocação irreduzivelmente universalizante (CARVALHO, 2001, p. 140).

O filósofo porto-riquenho, Maldonado-Torres (2018), argumenta, defendendo o abandono das definições essencialistas e de superioridade, para não negar outras historicidades. Ao intervir com sua presença no campo, é necessário afastar-se dos parâmetros da modernidade/colonialidade. O que implica que a etnografia deve ser balizada pela forma que a nossa subjetividade/historicidade se encontra com outras subjetividades/historicidades. Portanto, devemos reconhecer a potência criativa dos demais na relação etnográfica e transformar a visão da realidade a partir da lógica e ótica dos colonizados/as e escravizados/as. Para o autor, a produção da etnografia deve ser sempre coletiva, desde as suas etapas preliminares até à sua conclusão.

As teorias clássicas, frente aos desafios do seu tempo, instauraram paradigmas e inovaram a pesquisa ao colocarem o campo no centro do trabalho etnográfico. Faltava, no entanto, as demandas desses interlocutores e interlocutoras serem incluídas na etnografia, seja como teoria ou metodologia (SEGATO, 2013), seja como práxis. Na etnografia decolonial, a etnógrafa deve ponderar sobre qual sentido da sua intervenção, deve imergir no mundo do seu interlocutor e interlocutora e voltar com as questões refletidas. Nesse caso, a escolha teórica e metodológica são escolhas políticas. As questões apresentadas devem responder às demandas dos interlocutores da pesquisa, reposicionando o objeto e sujeito do estudo. Rita fala em “arsenal teórico” usado nos campos de disputa dos movimentos sociais. Significa, portanto, fazer-se corresponsável pela perspectiva teórica

escolhida para a pesquisa e trabalhar a etnografia como uma possibilidade de resolução às demandas sociais apresentadas.

Rita Segato participou da segunda e terceira geração de autores decoloniais, seu feito mais significativo se relaciona com a política de cotas brasileira. Para ela, a Antropologia por demanda e defesa dos direitos humanos representam um “impulso ético” em direção ao “Outro” que transcende nossa “comunidade moral”. Mas esse impulso não pode nos colocar numa posição de maior poder.

1.1 O QUE A ANTROPOLOGIA ENTENDE POR REPARAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL?

Consideramos a necessidade de relacionar antropologia com as políticas públicas, seja na sua elaboração, seja na sua melhoria ou aplicação. As políticas públicas oriundas das dívidas sociais costumam ser baseadas na transferência de renda para as classes sociais mais baixas, com o intuito de aumentar o poder aquisitivo, favorecendo o mercado e a economia. Contudo, para essas classes sociais, aumentar a capacidade de consumo não garante os seus direitos fundamentais. Lembrando que a dívida pública é o principal inconveniente à garantia dos direitos fundamentais, definidos pelo art. 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Portanto, as políticas de reparação, quando demandadas pelos movimentos sociais e populares, são fundamentais enquanto categorias políticas, porque tem suas lutas amparadas pela dívida histórica do Estado com a população. Sobre a reparação, a antropóloga Paula Lacerda defende que a relação entre justiça social e “justiça restaurativa”⁴ busca reparar o dano causado e reconstruir as relações sociais afetadas pelos conflitos.

⁴ “A Justiça Restaurativa é um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato são solucionados de modo estruturado” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, [sem ano], [sem página]). Contudo, a política deve ser olhada com cautela, porque a depender de quem aplica e do tipo de conflito, pode representar uma tentativa de “pacificação”, forçando uma das partes a aceitar os termos de um acordo que não resolve, estanca e/ou repara de fato o conflito.

Os danos podem ser “[...] materiais, morais ou emocionais e a solução abrange reparação financeira, pedidos de desculpas e a adoção de medidas (institucionais) que impeçam a repetição do dano, violação ou conflito.” (LACERDA, 2020, p. 258-259). A anistia internacional, organização não governamental que defende os direitos humanos em todo o mundo, entendeu que esse tipo de justiça é eficaz na quebra do silêncio e em 2003 indicou que é dever do Estado conceder a reparação às pessoas e/ou grupos que ele violou os direitos. O dinheiro proveniente dessa reparação é visto por alguns beneficiários e beneficiárias como uma estratégia política. Em relação aos casos relatados no artigo de Paula Lacerda, as indenizações são resultado de ações de instituições dos direitos humanos em anos de luta, mas o marco que permite essas conquistas é a Constituição Federal de 1988, que reconhece as dívidas sociais e o direito à luta em prol da reparação. Lembrando que a Constituição é apenas um instrumento, ela não age sozinha, precisa ser provocada, e que a simples menção na lei não garante direitos, apenas prevê a existência deles, o que torna ambíguo o papel do Estado nesse processo, como menciona o antropólogo Salvador Schavelzon, ao falar sobre a Antropologia do Estado ou AdE:

Entre las estrategias utilizadas para estudiar el poder, la política y también el Estado en nuestra sociedad, podemos distinguir una oscilación entre dos puntos de vista que atraviesa muchas investigaciones de la AdE. Para algunos, el Estado es una entidad o una racionalidad omnipresente y diseminada por todo lugar, incluso más allá de las instituciones de gobierno. Para otros, el Estado es una ficción que debemos descartar en el análisis, una construcción ideologizada y, por tanto, el Estado no es un concepto que sirva siquiera para pensar instituciones de gobierno. (SCHAVELZON, 2010, p. 88).

Em diversas abordagens que o Estado aparece, ele carrega essa ambiguidade, que revela uma crise não apenas política do papel do Estado, mas também ideológica. O fato é que ele é resultado de uma produção histórico-cultural que realizou, ele próprio, ou permitiu e/ou se omitiu, uma série de violações ao longo da história. Nesse sentido, o Estado é mais um campo para a Antropologia, tanto pelas configurações culturais que mobiliza, quanto pela organização formal e normativa do conjunto da sociedade. Assim, a AdE “se posiciona para encontrar precariedad y violencia en el propio Estado, que avanza proponiendo ‘civilizar’ y

controlar eso de ahí afuera, donde la unificación y la representación no son aún dominantes” (SCHAVELZON, 2010. p. 92). A antropologia normalmente atua onde o Estado negligencia, por isso, as políticas públicas ou a ausência delas geram, portanto, impactos significativos na pesquisa antropológica. As comunidades estudadas pela Antropologia também atuam na produção e transferência de conhecimentos e políticas próprias. Para a antropóloga Esther Langdon, essa transferência de conhecimentos se dá sobretudo na área de Antropologia da Saúde, e coloca em debate a autonomia dos povos e grupos:

Nesse contexto, a Antropologia e as outras Ciências Sociais, por meio de suas peculiares ferramentas teóricas e metodológicas, têm problematizado as novas configurações e demandas envolvidas nas políticas públicas, focalizando o caráter relacional e as múltiplas vozes que integram o cenário social, reconhecendo os saberes e práticas plurais, a autonomia dos atores e os fatores globais que estão presentes nas situações locais. (LANGDON *et al.*, 2016, p. 9).

Se parece evidente a relação da Antropologia com as questões que envolvem reparação e justiça social, não podemos dizer o mesmo da relação da nossa área de estudos com a dívida social, tema que ficou sempre muito restrito à sociologia, economia política, direito e áreas afins. No entanto, todos os povos, comunidades e grupos sociais que estudamos, ou seja, de algum modo, aqueles que ficaram fora do projeto hegemônico de Estado, são direta e indiretamente “herdeiros” dessa dívida social histórica, produzida pelo Estado, grupos econômicos e setores mais privilegiados da sociedade contra as populações que comumente estudamos. Na próxima seção, explicaremos melhor essa relação da Antropologia com a dívida social, o que ela representa e os movimentos sociais que ela mobiliza, na perspectiva da área. Para dar início a esse debate buscamos as contribuições do antropólogo Marcel Mauss sobre as relações de troca e reciprocidade, que são fundamentais para entender a natureza das dívidas e dos processos de justiça e reparação.

1.1.1 O conceito de Dádiva de Marcel Mauss

Em “Ensaio sobre a Dádiva”, no livro “Sociologia e Antropologia”, Mauss usa do método comparativo para dar resposta à questão:

Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja

obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua? (MAUSS, 2003, p. 188).

Para desenvolver sua argumentação, ele analisa diversos grupos que compartilham ou não o mesmo tempo e espaço. O tema são as trocas e os contratos feitos sob a forma de “presentes”, em teoria, voluntários, mas na verdade, obrigatoriamente dados e retribuídos. Tratando a dívida como justificativa das relações entre grupos humanos de certas regiões, Mauss busca a origem das práticas contratuais e de direito das sociedades ditas “avançadas”, comparando outras sociedades, ditas “primitivas”, principalmente as da Polinésia, Melanésia e noroeste americano.

Para engrossar a análise histórica, o autor busca elementos relacionados ao tema nas sociedades romanas, germânicas e hindus. Conclui que as regras que determinam as dívidas são de caráter diverso, mas que instituem as práticas de troca observando o mesmo princípio da retribuição e gera diferentes dinâmicas para as relações entre grupos. Trata a dívida como um fenômeno social total, por entendê-la como resultado e motivo das associações intergrupais em vários aspectos: político, religioso, econômico, moral e familiar. De toda essa temática o autor se interessa mais pelo caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, obrigatório e interessado dessas prestações. Por trás das aparências, ele revela o caráter do formalismo, interesse econômico e mentira social. Trocava-se, para além de bens, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas e feiras.

O autor argumenta que o ato de dar envolve dar a si mesmo e receber, implica receber parte do outro, logo gera comprometimento ao passo que a aceitação gera acordo, que é, num primeiro momento, o motivo dessas dinâmicas. Servem como uma definição de como e com que grupo se relacionar e como se darão os papéis hierárquicos, de acordo com o desempenho na competição, que também é marca característica da retributiva. Entrar nessa dinâmica, para o autor, significava transcender as fronteiras do grupo. Mas, o antropólogo Jorge Luiz Mattar Villela, escrevendo sobre a dívida relativa às trocas, questiona como Marcel Mauss atribui apenas à reciprocidade a motivação das trocas feitas em sociedade, o autor refuta essa definição, chamando-a de “índole hegeliana”.

Para Villela, especialista em antropologia política, a diferença de poder percebida através da violência também pode impulsionar um endividamento. No artigo sobre o tema o autor questionou como se apresentam “[...] as relações através das quais os homens fazem circular entre si coisas e serviços?” (VILLELA, 2001, p. 184). Em o “Ensaio sobre a dádiva” se coloca na dádiva o fundamento da sociedade e a “chave da homeostase social”, conceitos reforçados por outros autores que, ainda seguindo o artigo, ignoraram o desequilíbrio material dos “contextos sociais que serviram de base para a construção destas teorias.” (VILLELA, 2001, p. 185). A partir de críticas e leituras de demais pensadores sobre o “Ensaio”, o autor deste artigo destaca que, na Antropologia, quem se interessou primeiro por contratos e prestações foi Marcel Mauss e, até o ano da publicação deste artigo, sobressaiu-se “[...] uma perspectiva na qual domina o sentido dialético da reciprocidade” (VILLELA, 2001, p. 186).

A leitura mais afamada de Lévi-Strauss afirma que a obra de Mauss possibilitou a descoberta de regras básicas dos ciclos de reciprocidade. Para Lévi-Strauss, Mauss “pela primeira vez na história do pensamento etnológico, foi feito um esforço para transcender a observação empírica e atingir realidades mais profundas” (VILLELA, 2001, p. 187). Para o autor deste artigo, Mauss não acessou essas realidades e nem pôde atingir a profundidade da troca. A justificativa de Marshal Sahlins para a troca, baseia-se na guerra que “espreita a não retribuição”. O antropólogo traz a leitura de Paul Veyne sobre o dom e o poder e procura não reduzir a questão à reciprocidade apenas. Veyne diferencia “dom” de “troca” e essa diferença se baseia na distinção entre “laços” e “obrigações”. Para Veyne, o ato de dar não inicia a relação, mas é uma etapa dela.

O que enfraquece a teoria da reciprocidade é justamente equiparar o que não é comparável e analisar as relações de troca e redistribuição sem considerar os contextos políticos, econômicos e culturais que tensionam esses pactos e normas, como se houvesse sempre um Estado de equilíbrio social que garantisse a distribuição e devolução de bens e serviços. Contudo, o Estado capitalista e a economia neoliberal não propiciam esse Estado de equilíbrio onde, em tese, o papel redistributivo do Estado possa funcionar com eficiência. Sobre o papel redistributivo do Estado, que em uma condição de “normalidade” deveria funcionar sob a lógica do dar, receber e retribuir, os elementos da troca seriam: trabalho, direitos, bem-estar,

segurança, lazer; deveres, impostos, obrigações; bens, serviços, mais direitos, mais democracia, só pra mencionar alguns exemplos de como seria os termos dessa troca.

Inspirada pela leitura de Pierre Clastres, *A Sociedade contra o Estado* (1984), a definição de Estado adotada é a que ele é descrito como a vontade política das elites. Detentor da capacidade de atender as necessidades coletivas através da imposição do trabalho. Os recursos excedentes são utilizados pelo Estado para fazer política com outros Estados, por exemplo. O Estado manda, coage e viola os povos sem Estado que são tratados como inferiores. A lei do Estado que inscreve no corpo e os mercados são sociedades sem Estado. Esses mercados são os outros, mercados pela comparação da diferença entre o que se é e o familiar de quem observa. É visto como inferior, pobre, mas na verdade é abundante.

Estado é o desaparecimento da recusa ao trabalho e o surgimento do gosto pela acumulação. A existência de classes é necessária para o Estado existir separando os civilizados dos brutos e definindo o ritmo do tempo. Modificou as relações de produção nas sociedades colonizadas e é instrumento de violência contra os dominados através da autoridade, opressão e lei. Falaremos mais sobre isso em oportunidades futuras, visto que o estudo sobre a dívida social está diretamente relacionado com as políticas públicas, o orçamento público e os movimentos sociais e populares, que tensionam o Estado e exigem que ele cumpra o seu papel emancipador.

1.2 DÍVIDA SOCIAL

Em nossos estudos exploratórios, sobre os dados da dívida social na tríplice fronteira entre 2000 e 2021, verificamos o que se tem estudado com relação às dívidas existentes nessa região, e os aspectos mais relevantes dos campos histórico, econômico, geopolítico e ambiental. O que entendemos por dívida social, como já explicado, é a somatória das dimensões gerais das dívidas coletivas, que são elas: ecológica, histórica, econômica, e o modo como afetou grupos sociais específicos que, invariavelmente, são atravessados pelas três dimensões citadas. O racismo contra afrodescendentes e indígenas, especificamente, se tornam aqui

questões estruturais que fazem parte do histórico violento de ocupação e constituição da sociedade da tríplice fronteira.

Por dívida social, em relação às chamadas “minorias políticas”, partimos do entendimento que o Estado privilegia certos grupos com base em estruturas de classe, raça e gênero, e que todas as dimensões da dívida afetam com maior ênfase esses grupos, exatamente pela interseccionalidade estrutural das dívidas econômicas, ecológicas e históricas. Mais adiante trataremos sobre cada um desses grupos sociais, afetados pelas interseccionalidades de gênero, raça e classe. Sobre as dívidas, daremos uma breve explicação sobre a dívida econômica e ambiental e mais adiante uma explanação mais detalhada sobre a dívida histórica.

Uma definição teórica do que é dívida social tem referência em Marcelo Neri, economista brasileiro, ex-presidente do IPEA, que se dedicou a estudar a dívida social. Partindo do pressuposto que os economistas costumam se dedicar ao estudo das dívidas externa e pública, o autor critica os estudos sobre a área social brasileira, por ter sempre ações e análises curtas e superficiais, e que os reais problemas não são atacados de forma estrutural. Neri crítica também a intensa busca por políticas de geração de renda, que não se dedicavam a transformar os fundamentos das decisões individuais e coletivas. Reconhece que a dívida social é baseada: “[...] no pressuposto ético de que cada cidadão deveria ter suas necessidades básicas minimamente garantidas. À semelhança da dívida pública, ela seria uma dívida da sociedade com ela mesma” (NERI, 2002, p. 38).

Nesta perspectiva, a garantia mínima do básico seria suficiente, hierarquizando e negligenciando todas as demais necessidades da vida social e das especificidades de cada grupo. Trata-se então de uma política que atenderia apenas os grupos em situação extrema de pobreza e privação. Para essas políticas, o hiato de renda é o que falta para satisfazer necessidades de consumo mínimas. O autor sugere que uma possibilidade seria um pagamento proporcional ao acúmulo de renda. A dívida social seria então um estoque ou fundo que originaria um fluxo no futuro. Neri demonstra, através de tabela, o déficit social em fluxos mensais no Brasil e indica os montantes atuais para acabar com a miséria. Em outra tabela, apresenta um estoque disponível para a dívida social, relacionando 10 faixas de renda mensais com o necessário para transferir a riqueza.

Estes exemplos são pedagógicos pois frisam a importância como objeto de política pública de natureza estrutural não só o volume de capital transferido como a sua respectiva taxa de retorno. Quanto mais alto o retorno do capital transferido, menor seria o montante de capital necessário para se chegar ao menor custo de um programa estrutural capaz de eliminar a fome (NERI, 2002, p. 38).

Sandra Quintela define a dívida social como “falta de terra, falta de moradia, falta de emprego, é a ausência de saneamento, a falta de leitos hospitalares, tudo isso. Ou seja, questões que afetam diretamente a vida das pessoas” (QUINTELA, 2022). É notório que boa parte da população brasileira está endividada, mas também é verdade que nós mesmos somos os credores. Embora esse endividamento seja também consequência da não redistribuição das riquezas, e portanto, da dívida social, esse não é o centro de atenção da nossa pesquisa, mas sim a dívida que está no cerne dos nossos problemas sociais, relatada no começo deste parágrafo, por serem dívidas estruturais e por atingirem grupos específicos da nossa sociedade. Talvez seja importante refletir apenas porque somos os credores se ao mesmo tempo o Brasil está na dianteira do ranking de famílias mais endividadas do mundo (ÁMBITO, 2021) O Jubileu Sul/Américas⁵ é uma entidade que recorre sempre a essa afirmação. Nós somos os credores, não devemos, mas estamos sempre endividados enquanto sociedade.

A dívida é estruturante, por isso o jurista e autor de “Distribuição de renda e dívida pública no Brasil”, João Marcelo Martins Calaça, nos indica que a dívida pública impede de garantirmos direitos fundamentais e impossibilita investimentos em políticas sociais, como educação e saúde, e conclui que:

[...] fundamento jurídico a fim de se exigir tal tomada de contas existe, está regularmente inscrito no artigo 26 do Ato das Disposições constitucionais transitórias da Constituição brasileira de 1988 (Barroso, 1993). Até hoje nada foi cumprido. Apesar de um plebiscito realizado a fim de apurar o interesse da população brasileira em realizar tal levantamento financeiro ter sido amplamente favorável à sua realização (CALAÇA, 2009, p. 48).

⁵ Rede Jubileu Sul/Américas promove a campanha “A vida acima da dívida”, que tem o objetivo de alertar para o impacto destrutivo do acúmulo e do pagamento da dívida pública ilegal na vida dos povos e da natureza.

Calaça trata da adoção de mecanismos, viáveis juridicamente falando, que respeitem os direitos sociais básicos, como uma auditoria da dívida pública no Brasil. Mesmo assim, os fatores estruturantes da dívida pública continuariam sendo reforçados pelas interseccionalidades estruturais, enquanto não houver uma política séria de reparação. A dívida pública virou um tipo de empreendimento em que se ganha dinheiro ao investir na pagabilidade da dívida externa do Brasil. Embora tenham sido formuladas inúmeras propostas, políticas e jurídicas, no sentido de respeitar os direitos sociais. Apesar da população em situação de rua, das péssimas condições de trabalho no campo e na cidade e de toda a violência estrutural gerada por esses fatores, parece que esse tema ainda não é assunto de interesse nacional ou esse é o preço inevitável, que pagamos parcelado, por sermos incluídos no projeto civilizatório de sociedade. De todo modo, compreendemos a dívida pública como o centro nevrálgico dos problemas nacionais, que como já mencionado têm principalmente 3 dimensões: a dimensão econômica, a histórica e a ambiental.

1.2.1 Dívida Econômica: Externa Ou Interna

Dívida externa advém de empréstimos em moeda estrangeira obtidos junto a empresas ou instituições de outro país. Assim, um país sem recursos empresta de outro verbas para execução de planos governamentais em áreas sociais e infraestrutura, por exemplo. Joan Martinez-Alier, explica que as crises econômicas e políticas oriundas das dívidas externas vêm desde a independência da América Latina, para a liberação da condição de colônia e auxílio financeiro para manter e desenvolver as incipientes nações, e continuam com os regimes autoritários militar e civil, sobretudo as dívidas externas que se acumularam entre as décadas de 1970 e 1980.

Os gastos sociais eram frequentemente responsabilizados pela crise fiscal no país, devido à omissão dos gastos com a dívida. Pela suposta culpa atribuída aos gastos sociais, a chamada PEC da morte, que depois virou lei, congelou os gastos nas áreas sociais, especialmente saúde, educação e assistência social. Com a aprovação da Emenda Constitucional 95, conhecida também como “Teto dos Gastos Públicos”, o chamado “ajuste fiscal” foi inserido no texto constitucional por até 20 anos, limitando todas as despesas primárias ao orçamento utilizado em 2016. Na

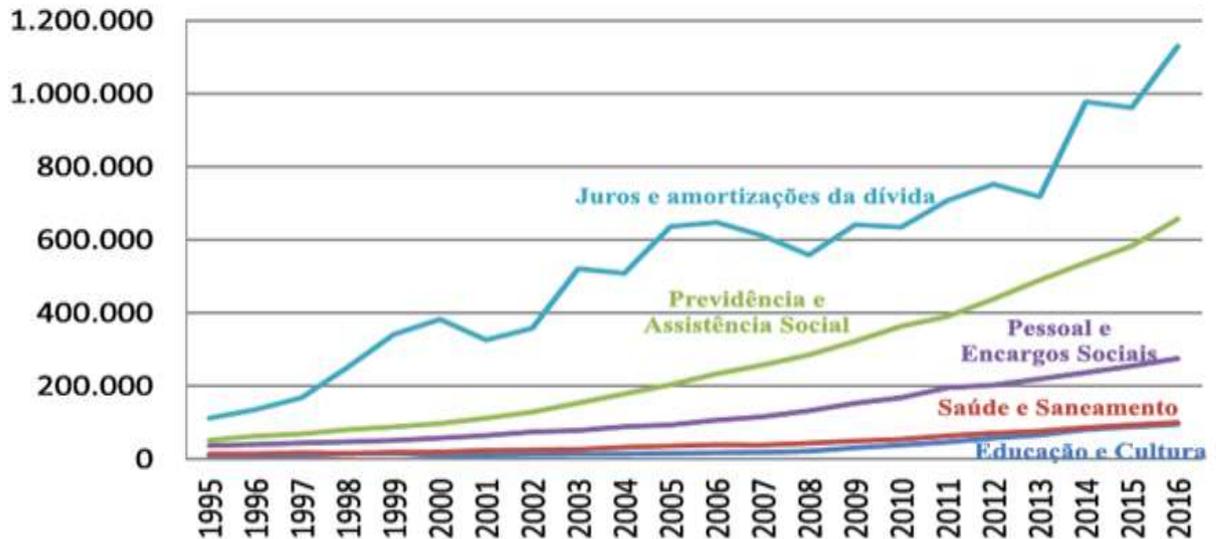
análise da economista brasileira Maria Lucia Fattorelli, a dívida já deveria ter sido paga e hoje está sendo utilizada como um mecanismo de dominação (FATTORELLI; AVILA, 2017). A emenda foi considerada um grave retrocesso para os direitos sociais fundamentais, previstos na Constituição de 88, e interpretada por muitos/as juristas como o “enfraquecimento do pacto social”.

A partir de 1979 a dívida pública se multiplicou, lembrando que os militares encontraram o país quase sem dívidas, após o golpe cívico-militar de 1964, porque o presidente Getúlio Vargas havia investido na auditoria da dívida pública. Na época do presidente Médici, o chamado “milagre econômico” sextuplicou a dívida. Esse montante seria quintuplicado devido aos investimentos na industrialização durante o governo do presidente Geisel, as crises do mercado do Petróleo da década de 70 e a adoção de juros flutuantes. Com todos esses fatores, o Brasil passa nessa época de receptor de capitais financeiros para devedor. Com o neoliberalismo dos anos 1990, a imagem do Brasil como bom pagador e o reconhecimento de dívidas (iniciativa Brady), a dívida pública, que em 1994 era de 14% do PIB, a partir de 1990 começa a crescer, chegando quase na metade do valor total do PIB do Brasil. (CALAÇA, 2009, p. 47)

Maria Lucia Fattorelli é auditora fiscal e coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, estuda há anos o Orçamento Geral da União e o privilégio dos gastos com a Dívida Pública. O gráfico a seguir foi elaborado por Fattorelli e por Ávila, informando sobre os gastos nas suas respectivas áreas, nota-se que a dívida pública consome boa parte de nossos recursos econômicos coletivos. A especialista afirma que a evolução da dívida pública brasileira se deve em parte a manobras que escondem o privilégio dos gastos com a chamada dívida pública. O gráfico desenvolvido por ela demonstra a evolução do comprometimento do PIB brasileiro com a dívida econômica e sua comparação com as demais áreas sociais. Demonstrando a priorização de uma dívida que sequer cogita a possibilidade de auditoria atualmente, em detrimento dos gastos com a sociedade.

Gráfico 1 – Orçamento Geral da União

Gráfico 2: Orçamento Geral da União – Gastos selecionados (R\$ milhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / Staff. Reprodução.

Nota 1: Inclui a 'amortização' ou 'refinanciamento' da dívida, tendo em vista que a CPI da Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados comprovou que grande parte dos juros está sendo contabilizada como se fosse 'amortização' ou 'refinanciamento' (rolagem).

Nota 2: Foram somadas as despesas de saúde e saneamento para possibilitar o comparativo dos gastos no período, tendo em vista que até o ano 2000 tais rubricas eram apresentadas conjuntamente.

Fonte: Fattorelli e Ávila, 2017.

Concentração de terra e renda, pressão sobre serviços públicos, enfraquecimento de políticas públicas voltadas ao trabalho, para absorver a população desempregada e qualificar para os empregos em empreendimentos que exigem mão de obra qualificada, são características que passam a ser naturalizadas na economia brasileira. Junta-se a isso a apropriação predatória e mortal da natureza e as políticas genocidas durante toda a pandemia, que nos fizeram perder milhares de pessoas para a Covid 19, tornaram a situação do país insuportável e insustentável, culminando em mais desemprego, fome, miséria, doenças e mortes.

Essa manobra tem sido desmascarada pelos próprios dados oficiais divulgados pelo governo federal. Tomando-se por base o Orçamento Federal de 2015, verificamos que a dívida absorveu 42,43% dos recursos (R\$ 962 bilhões), enquanto para a Saúde foram destinados apenas 4,14%; para a Educação 3,91%; Assistência Social 3,05%; Ciência e Tecnologia 0,27%, enfim, todas as rubricas orçamentárias ficaram sacrificadas devido ao privilégio na destinação de recursos para a dívida. (FATTORELLI; AVILA, 2017, p. 9).

Além do genocídio de Estado provocado pela omissão e/ou por políticas perversas do governo federal, tivemos também a morte de líderes ambientais e de

indigenistas, com conivência do Estado. Todas essas crises resultaram de um quadro de exclusão social histórico, da negligência, apropriação violenta e expropriação territorial, concentração de renda e de terras, violência política, etc. Sobre a matança de lideranças, é necessário, além de elucidar os casos e responsabilizar os mandantes, ter uma política firme de proteção às áreas florestais e de demarcação de terras indígenas.

O Brasil tem recursos e, no entanto, falta orçamento para os direitos sociais básicos. O desemprego, os baixos salários, a imensa desigualdade entre mais ricos e mais pobres, tudo isso aflige a população há décadas, mas o agravamento da situação e a violência política nunca chegaram a índices tão alarmantes. O aparelhamento de Estado, as alterações na legislação, sobretudo com a reforma trabalhista, que representou um forte golpe contra a classe trabalhadora, e outros ataques, têm tido tímidas reações ainda, talvez pela escalada de violência na política. O governo atual gerou um Estado de insegurança pública, que junto com a pandemia desmobilizou por um tempo os movimentos sociais e populares. Por outro lado, esses ataques também abriram novas pautas na agenda de lutas, tais como a prevenção da violência, a melhoria da infraestrutura, mais oportunidades para os grupos mais vulneráveis, o controle de acesso às armas e o desarmamento da sociedade, e por fim, novos questionamento e formas de luta contra a dívida social.

A dívida social não é só brasileira, extrapola os países, tem muitos exemplos de dívida social nos outros países da América Latina. Essa dívida social é inversamente proporcional à dívida pública, que direciona, invariavelmente, metade dos nossos recursos públicos anuais aos já muito ricos banqueiros e grande empresariado. O fato de a dívida pública ser tão alta é por conta dessa dívida externa que é ilegal, injusta e imoral. O endividamento da sociedade faz com que exploremos cada vez mais os nossos corpos e os nossos ecossistemas. A dívida é com os povos dos nossos territórios e não com famílias estrangeiras e nossas elites, que já são muito ricas. Sendo assim, ao não pagar a dívida externa poderemos investir em lazer, cultura, previdência social, saúde e principalmente educação.

Em geral, as pessoas acreditam que a dívida pública corresponde ao que aprendemos na teoria, isto é, que abrangeria recursos recebidos em decorrência de empréstimos contraídos pelo Estado. Caso tivéssemos recebido a montanha de recursos equivalentes ao vultoso crescimento da dívida verificado em 2015 (R\$ 732 bilhões) e 2016

(R\$ 636 bilhões), não estaríamos enfrentando crise alguma. Não recebemos tais recursos. Eles foram aplicados na retroalimentação dos mecanismos ilegais que geraram ainda mais dívida pública, tais como: • pagamento de juros extorsivos (o que é inconstitucional, pois fere o Art. 167, III, da Constituição Federal, o qual impede a emissão de títulos da dívida para pagar despesas correntes, tais como salários e juros); • pagamento de juros sobre juros (o que é ilegal, conforme Súmula 121 do STF); • remuneração da sobra de caixa dos bancos (operações compromissadas que chegaram a R\$ 1,145 trilhão, ou seja, 18% do PIB), e • prejuízos do Banco Central com operações de swap cambial (ilegais, conforme representação de auditor do Tribunal de Contas da União TC-012.015/2003-0) (FATTORELLI; AVILA, 2017, p. 20).

A dívida pública nunca foi auditada apesar de constar diversas irregularidades. Necessitamos de núcleos de auditoria da dívida, por exemplo. O Economista André Lima, em entrevista ao Jubileu Sul América, explica o impacto da dívida sobre a sociedade (REDE JUBILEU BRASIL, 2016). Ele também acha que é um tema pouco apropriado pela população e com baixo impacto no cotidiano. Reafirma o papel do Jubileu Sul em realizar essa promoção do tema. A dívida pública tem papel histórico como instrumento estrutural de reprodução das desigualdades sociais e transferência de riquezas das mãos da população e dos Estados para os grandes bancos internacionais e nacionais. Os cinco principais credores, entre 2012 e 2014, se revezaram entre os principais credores da dívida. A dívida tornou-se um instrumento de produção de desigualdade que foge da percepção do cotidiano das pessoas.

O governo deve direcionar o orçamento para os juros da dívida. E a dificuldade de pautar esse tema, diferente de outros países, como Argentina, gera o endividamento externo dos governos com as organizações financeiras unilaterais. Descobrir qual o papel da dívida não é fácil, pois são interesses dos poderosos bancos e mercado financeiros. A renomada contadora e administradora Mária Lucia Fattorelli, questiona esse principal mecanismo de produção das desigualdades.

[...] existência de um Sistema da Dívida, isto é, a utilização do endividamento público às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, o processo de endividamento tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados

principalmente ao setor financeiro privado (FATTORELLI; AVILA, 2017, p. 21).

Em muitos países se fazem campanha contra o pagamento da dívida, na América Latina e Caribe, África, Ásia e no Pacífico. Um caso icônico é a Argentina, onde se faz campanha pela suspensão do pagamento da dívida, que foi inclusive prometido pelo presidente atual, que faria a auditoria. Nora Cortiñas, militante histórica da Madres da Plaza de Mayo, exigiu ao ministro de economia, Martin Guzman, e ao presidente Alberto Fernández, que se suspenda o pagamento da dívida externa, numa comemoração do 24 de março, ante uma Plaza de Mayo mobilizada pelo Encuentro Memoria Verdad y Justicia. Então a dívida hoje é uma ferramenta de subjugação das economias periféricas ao centro europeu. Por esse motivo ela envolve os mais variados recursos.

1.2.2 Dívida Ambiental Oriunda da Dívida Externa

Dois investigadores da Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM), introduziram um texto sobre etnoecologia, afirmando que poucas vezes a academia ensinou aos pesquisadores a reconhecer certa sabedoria pertencente à maior parte da população, fazendo assim com que a civilização industrial não tivesse sucesso em manejar adequadamente a natureza (TOLEDO, BARRERA-BASSOLS, 2009). Os autores pesquisaram a relação entre o mundo ocidental e a natureza e as relações entre a natureza e as cerca de 7.000 culturas não ocidentais. Estas últimas existem em condição de resistência e ou marginalidade. Para os autores, esses lugares que mantêm as tradições estão próximos à própria origem da espécie humana. Concluem assim que existem duas ecologias. Baseiam-se em “O pensamento selvagem” de Lévi-Strauss para afirmar a existência de duas maneiras diferentes de pensamento científico: “[...] uma delas muito próxima à intuição sensível e a outra mais afastada.” (2009, p. 33). Uma muito antiga, de pelo menos 10.000 anos, e outra mais recente, de 300 anos, mais centrada na Inglaterra e França.

Afirmam que várias décadas passaram e a agricultura ocidental consolidou-se em um modelo de manejo tecnológico representado pela “Revolução Verde”. Isso até a década de 1950, a partir de 1980 acontece um retorno ao conhecimento

proporcionado pelas demais ecologias, devido ao aumento de conscientização relativa à crise ecológica, relacionada ao mau uso dos recursos naturais por parte dos sistemas produtivos modernos. A transmissão desses conhecimentos do produtor local se dá por meio da língua, sendo a memória “o recurso mais importante da vida desses povos.” A nomeação e os termos para as paisagens significam a análise do lugar. Os pesquisadores notaram, sobre a classificação de habitats selváticos, uma eminente relação com a caça, a colheita, a horta, ou corpos de águas. O equilíbrio do ecossistema e o mau uso dos recursos se relacionam ao conceito de dívida ecológica.

Alier explica que a dívida ecológica vem sendo pesquisada desde 1990. A dívida ecológica não é uma ideia nova, no entanto, a política dá mais importância ao âmbito financeiro ante a perda de biodiversidade. Ele relaciona dois aspectos principais da dívida externa e da dívida ecológica: Primeiro, o reclamo da dívida ecológica é pela exportação mal paga e serviços ambientais proporcionados de forma gratuita. O mau pagamento se refere aos custos sociais, ambientais locais e globais, como contaminação, mudança climática e desprezo das demandas locais futuras. Também sobre o conhecimento local dos recursos, afirma que foi um preço muito barato, e que a dívida ecológica quem deve é o norte ao sul global, mesmo que não quantificada.

Propõe que não se pague a dívida externa enquanto não se paga a dívida ecológica. (ALIER, 1997, p. 184-185 tradução nossa). Segundo a obrigação de pagar a dívida externa leva a uma depreciação da natureza, uma devastação, e o resultante aumento da dívida ecológica. O excedente da produção, que vai pagar a dívida externa, advém do aumento da produção e da pauperização das pessoas dos países endividados. O aumento da natureza não é compatível com o ritmo de crescimento das dívidas e isso gera efeitos negativos.

Caroline Marques Cavalcante de Souza pesquisou na sua tese de mestrado em gestão e políticas ambientais da UFPE, cujo título é “Dívida ecológica como subproduto do paradigma desenvolvimentista”, que a dívida ecológica se origina da dívida econômica dos países. Usa da perspectiva histórica para compreender a consolidação dos países ricos e pobres e chega à conclusão através da sequência de eventos, que a busca por riqueza por parte dos europeus ocidentais, era porque

competiam financeiramente com os islâmicos do Oriente próximo e médio. A dominação para produção de condimentos no Caribe e na América do Sul é um exemplo disso. Depois se seguiu a exploração de metais por roubo do acúmulo dos povos originários e abertura de minas. A mão de obra também foi explorada e essa é uma das várias outras consequências da invasão europeia no que hoje chamamos “terceiro mundo”. Sobre Portugal, afirma que:

A urgência do colonizador em quitar suas dívidas com a Inglaterra, portanto, foram as norteadoras dos planos e estratégias de colonização do Brasil. Durante os anos de 1690 até 1822, por exemplo, o ouro extraído do atual Estado de Goiás assim como todo ouro e diamante provenientes de Minas Gerais foram enviados à Inglaterra, como forma de pagamento, capitalizando assim o império britânico (SOUZA, 2008, p. 77).

Soma-se também que Portugal exigiu indenização para aceitar a independência do Brasil, A coroa britânica assumiu o pagamento e a dívida aumentou ainda mais. O começo da dívida se origina nesse período, mas é na década de 1970 que os países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) quadruplicam o preço do petróleo e os bancos com capital excedente e proveniente deste momento, empresta aos países em desenvolvimento, primeiro com baixas taxas de juros, até 1972, a partir daí os juros quintuplicaram. Cita Morin e Kerns (2003), para nomear este período como “mundialização” econômica, devido à interdependência entre as partes integrantes do mercado mundial. (SOUZA, 2008). Resulta que o empréstimo concedido a fim de ajudar os países terceiro mundistas ocasionou em graves problemas para estas nações. Tornaram-se ainda mais dependentes:

Sendo assim, os valores tomados por empréstimo, sendo ou não utilizados racionalmente, são um tipo de dívida pública ao final paga pelo povo do país em formas de tributos e impostos, mas que vieram beneficiar grupos de interesses específicos, no momento em que a população não pode aproveitar de bens e serviços que deveriam ser a causa da dívida (SOUZA, 2008, p. 80).

Os componentes da Dívida Ecológica expressados em dinheiro são: custos de produção, por exemplo, a reposição dos nutrientes incorporados nas exportações agrárias; custos da não disponibilidade futura de recursos não renováveis, exemplo petróleo; custos de reparação dos danos locais devido a exportações, relacionados a problemas de saúde, contaminação de água; casos que não há reparações

possíveis (passivos ambientais); reparação de consequências da importação de recursos sólidos ou líquidos; reparação dos danos produzidos por absorção ou depósito de resíduos gasosos na atmosfera; reparação do aporte de informação e conhecimento sobre recursos genéticos. Afirma que essas iniciativas não são mercantilização da natureza, mas uma forma de usar a linguagem do “pensamento único” para possibilitar o tema da Dívida ecológica. Relaciona justiça ecológica com segurança ecológica ou alimentar. Finaliza afirmando que o cancelamento da dívida externa pela dívida ecológica poderia tirar a pressão dos países do chamado Sul Global sobre os recursos naturais e melhorar a situação dos pobres (ALIER, 1997, p. 214-220).

CAPÍTULO 2 – A RELAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na teoria e na prática a justiça social trata da necessidade de identificar, conhecer e monitorar a realidade sobre as desigualdades sociais. A pesquisa teórica facilita o entendimento dos antecedentes e a pesquisa participativa permite compreender de maneira eficaz o que está acontecendo na atualidade de uma temática como essa. A dívida social está no cerne do nosso entendimento e é um instrumento político mais que financeiro atualmente, uma estrutura estruturante. Sendo assim demandas políticas de, e, por reparações passam a ter papel central na luta contra ações que violaram e/ou continuam violando os direitos da natureza e dos povos do Sul. São três problemas: expropriação, fascismo e dívida, se integram na medida em que os fenômenos da dívida e da necessidade de reparação se manifestam concomitantemente no coração do cone sul.

Através da atuação de movimentos sociais distintos, a hipótese central se baseia na ideia de existirem nas três cidades supracitadas movimentos sociais que aspiram justiça social. A hipótese é previamente confirmada pela existência de um Fórum que se organiza nos três países, O Fórum social da tríplice fronteira. A seleção de exemplos parece suficiente para fazer notar pela comunidade tri fronteiriça quais medidas vêm sendo adotadas para reparar os danos causados por ações que, mesmo passadas, repercutem na realidade das pessoas historicamente oprimidas.

A hipótese relaciona a atuação de instituições na região, que atuam no novo milênio, frente à herança ditatorial da qual Itaipu e os governos brasileiro, argentino e paraguaio participaram. Existem movimentos de justiça social porque existe uma dívida social composta pela história (superexploração do trabalho e recursos de determinados povos); ambiental (uma dívida ecológica e ambiental pela superexploração da terra, águas e biodiversidade no geral) e; dívida externa que hoje sustenta o mercado financeiro global.

A doutora em ciência política, Maria da Glória Gohn, fez um balanço e escreveu em 2010 o artigo “Movimentos Sociais na Contemporaneidade”. Além de destacar a relação próxima dos movimentos sociais com a educação e nos indicar

que faltam estudos articulando produção brasileira com os demais países da América Latina, ela reflete sobre a produção teórico metodológica. Destaca um cenário associativista mais institucionalizado na primeira década deste século e descreve um panorama em 13 eixos: E os que mais me interessam para a organização deste trabalho são os eixos: mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade; demandas na área do direito; movimentos contra as políticas neoliberais: Mobilização, atos e denúncias contra a retirada de direitos; fóruns de mobilização da sociedade civil organizada. Finalmente, movimentos sociais pela educação abrangem várias questões e a autora cita 16 demandas pela educação nos movimentos na educação escolar.

Indica que os tipos de aprendizagem nas lutas dos movimentos sociais são variados e relata práticas de ação concreta e estratégias, como denúncia, ação direta e ação indireta. Os principais movimentos sociais atuam por redes sociais, locais, regionais, nacionais, internacionais ou transnacionais, também através da internet e do agir participativo. Cita Touraine (1984), que diz que os movimentos são o coração da sociedade por seus fazeres propositivos e por registrarem diagnósticos da realidade social. Atuam em rede pela inclusão, sendo atores da sociedade civil organizada. Projetam percepção de pertencimento social em seus participantes.

A autora explica que a definição clássica dos pontos básicos do movimento social são: identidade,positor e fundamentam-se em um projeto de vida e sociedade. Historicamente contribuem para conscientizar a sociedade e apresentam demandas via pressão e mobilização; continuidade e permanência. Está presente no ideário da sociedade democrática a sustentabilidade e reconhecimento da diversidade cultural, a justiça social, solidariedade e autonomia (no sentido da inclusão, autodeterminação para soberania). Redefine a esfera pública, a parceria, o poder, o controle social e os modelos de inovação.

Observa-se no novo milênio alguns casos de “redes compostas de movimentos sociais globais ou transnacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e a Via Campesina, além da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC). Gohn destaca também a relação do movimento rural com o urbano, numa ampliação das

fronteiras. Também no mesmo período percebe-se a expansão dos movimentos transnacionais, que ultrapassam as fronteiras da nação. Ex.: movimento alter ou antiglobalização, presente no Fórum Social Mundial, atuação das redes conectadas, sociedade da informação, etc. (GOHN, 2010, p. 337)

Novos atores com novas propostas e novas formas de organização, mas unificadas na crítica das causas das misérias, com atenção especial no uso de meios de comunicação e informação modernos, na formação de militantes pela experiência direta, nos vínculos internacionais unindo a mídia, a exemplo do *Le Monde Diplomatique*, revista resultante da articulação do primeiro Fórum Social Mundial. Nota-se também uma intensa rede de comunicações entre ativistas, militantes e pesquisadores, relacionando universidades, teses e dissertações. Percebe em seu balanço a fragmentação e as formas de luta e propostas heterogêneas, refletidas em correntes ideológicas que vão desde o anarquismo e desobediência civil, passando por grupos de esquerda, ONG's, até "movimentos populares herdeiros do movimentalismo associativista dos anos 1970-1980" (GOHN, 2010, p. 338). São atores plurais que são articulados, sozinhos não são capazes de construir as mudanças.

Nos movimentos dos anos 1970 e 1980 havia um caráter mais de oposição aos regimes ditatoriais. A partir dos anos 90 que se institucionaliza mais os movimentos sociais e suas demandas se ampliam. O movimento dos homossexuais (assim chamado na época), movimento negro ou afrodescendente, jovens e seus movimentos culturais, indígenas (por lutar como demarcação e venda de seus produtos num preço justo), funcionários públicos, mais da educação e saúde, ecologistas advindos da Eco-92 e ONG's. No novo milênio proliferaram movimentos sociais, emergiram movimentos de demandas seculares, pela terra, (MST) ou para viver seu modo de vida. Movimentos identitários e reivindicatórios de direitos culturais na luta pelas diferenças. Movimentos comunitários de base foram enfraquecidos pelas novas formas de se fazer política. Surgimentos de novos movimentos comunitaristas, de ajuda mútua ou de cima para baixo. (GOHN, 2010, p. 344).

Jair Pinheiro, ao pensar o Estado, questiona se a maior presença de movimentos sociais, pensando os atos de julho de 2013, significa maior acesso a

democracia. Ele acredita que enquanto o Estado continuar sendo a base histórica e material para o capitalismo, a democracia estará limitada. Ao passo que não impediria que o alcance dos direitos sociais venha de uma equiparação de forças no cenário político. O conceito de Estado democrático de direito é diferente “[...] do conceito de Estado como tipo histórico particular que institucionaliza uma relação social de dominação consubstanciada nas relações sociais de produção, o conceito de Estado democrático de direito designa a institucionalização da relação entre os cidadãos, ou seja, entre indivíduos já investidos numa categoria da própria ideologia jurídica.”. (PINHEIRO, 2014, p. 72). Para o autor o Estado democrático de direito não desconsidera as diferenças entre os indivíduos, especialmente a diferença de recursos para produzir. Daí advém relações de subalternidade e inferiorização.

2.1 A QUESTÃO RACIAL E A INFERIORIZAÇÃO: DÍVIDA HISTÓRICA COM DESCENDENTES NEGROS E PARDOS

Essa é uma dívida social porque cabe a toda sociedade aderir à luta contra o racismo, visto que para justificar um sistema de exploração escravista se utilizou do racismo, um sistema ideológico de dominação. Ronaldo Crispim Barros, afirma que o racismo é uma construção histórica, como modo de produção econômica e acumulação primitiva de capital, e não somente um fenômeno psicológico. Como consequência disso, o Movimento Negro resiste e se opõe a ideias hegemônicas de relação harmônica entre os povos formadores do Brasil. Afirma que devido às desigualdades permanentes na sociedade brasileira a pobreza se relaciona com as relações raciais. Movimentos quilombolas, abolicionistas, a imprensa negra, movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, na época da ditadura militar, denunciava e reivindicava políticas públicas. Com o Ato Institucional nº 5 muitos heróis negros foram mortos pelos grupos de extermínio governamentais. (BARROS, 2016).

Em 1978 funda-se o movimento Negro Unificado em todo o Brasil e com propostas como a de que todo preso comum era um preso político, um auxílio para o desprestígio da ditadura brasileira. Com a Constituição Brasileira de 1988 a somatória de todo o histórico de luta leva a conquistas como os atuais direitos fundamentais. Destaca-se que o crime de racismo se torna inafiançável. Para os

quilombolas foram assegurados que as terras ocupadas fossem plenamente reconhecidas. O autor nos lembra de que o artigo 5º afirma que é dever do Estado promover igualdade racial, mas que ainda havia necessidade de redesenhar as políticas públicas. (BARROS, 2016). A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e os resultados encorajadores já revelados por algumas ações indicavam um rumo positivo nas políticas públicas até 2016.

Lélia Gonzalez sobre “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”, afirma que o racismo constitui a revelação característica da “neurose cultural brasileira” e que a associação com o sexismo vai gerar efeitos prejudiciais na mulher negra. Ao participar de encontros internacionais que tratavam o sexismo como ponto principal abriu espaço para discussão do racismo. Sua militância no Movimento Negro Unificado e ser membra no Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo foram fatos decisivos para sua compreensão sobre a questão racial (GONZALEZ, 1984, p. 232).

Lélia afirma que se naturaliza o racismo e o lugar social das pessoas pretas ou então se nega o racismo afirmando que, no Brasil, não existe diferenciação. Utiliza os conceitos de consciência e memória para caracterizar como o mito da democracia racial oculta a violência contra a mulher negra. Afirma que a mulher negra periférica sofre mais tragicamente por geralmente ser arrimo de família, devido à significativa quantidade de casos em que pessoas importantes da sua estrutura familiar são vítimas da perseguição policial, reconhecendo que as mulheres negras são as mães da cultura brasileira. É importante ressaltar que homens e mulheres negras são vítimas dos maiores índices de mortes e encarceramento no país (GONZALEZ, 1984).

A questão étnica racial deve perpassar toda leitura social, isso ajuda a cooperar para que negras e negros tenham consciência plena, alcance objetivos e superem obstáculos. Para o filósofo Quijano, antes da colonização não existia raça. A diferenciação de classe era somente econômica. Para Quijano, a divisão racial do trabalho e a educação eurocentrada são elementos do que seria o novo sistema político de dominação. Logo, inferioridade e superioridade são questões de primeira reflexão para pensar a escolha da teoria e o interatuar no campo em potencial. É

pela visão, pelos fenótipos, que nos comunicamos numa medida considerável. Neste contexto, a luta antirracista é esforço pessoal e coletivo, portanto, antropológico, político, histórico e social de reparação histórica. O compromisso com a igualdade racial é primordial, pois a justiça social envolve enfrentar os desafios históricos e suas influências no nosso cotidiano. O combate ao racismo é compromisso de toda sociedade e o Estado pode, através de políticas públicas, combater as formas de racismo e preconceito.

2.2 DÍVIDA COM AS MULHERES: PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS.

O racismo adocece toda a sociedade. Noelci⁶, ex-conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), afirma que a desigualdade racial leva a fragilidade socioeconômica e isso se expressa em menor número de mulheres negras em posição de destaque nas organizações públicas, por isso defende que haja reparação em todas as políticas públicas. Trabalha na frente que propõe políticas públicas para garantir o direito à alimentação. Na luta pela igualdade de gênero no campo e na cidade afirma: “As políticas de igualdade de gênero devem estar no campo, na cidade, na floresta e nas águas. Devemos assumir a igualdade de gênero e insistir que o fator racial e a identidade de gênero sejam incluídos nos dados para formulação das políticas públicas.” (DINIZ, VICTOR. 2018).

Todo abuso histórico feito contra as mulheres negras, menores salários, política de desigualdade e desvalorização estruturou também nossa sociedade, tudo para enfraquecer essa relevante atriz social no cenário político. No site Géledes, centrado na atuação de mulheres negras, a manchete: Feminismo negro está no centro da luta anticapitalista, diz Nilma Gomes. Gomes considera que a esquerda só pode avançar se incorporar as lutas contra o racismo e o patriarcado. Em entrevista ao jornalista Breno Altman, a ex-ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, durante o governo Dilma Rousseff, fala sobre o avanço do movimento negro no Brasil. (ALVARENGA, 2021). Gomes explicou que o Brasil vive no imaginário da democracia racial, “que é aquela ideia de que o Brasil, por ser tão

⁶ Entrevista: Nathan Victor (estagiário), com supervisão de Franciscarlos Diniz (jornalista) Fonte: Ascom/Consea

miscigenado, vivemos harmoniosamente”, negando a existência do racismo. “Parece que o racismo existe e não existe ao mesmo tempo. Ele é negado tão insistentemente que essa forma de negar é a própria prova de sua existência”, disse.

Nesse cenário, ao qual se soma a ascensão da extrema-direita, o feminismo negro “ocupa um lugar central na luta”, pois evidencia as várias dimensões da opressão: social, racial e de gênero, principalmente. “As feministas negras nos ajudam a entender os lugares dos sujeitos no contexto das tantas opressões que vivemos no Brasil”, afirmou, ressaltando a importância de uma luta interseccional. A formulação da luta interseccional surgiu do movimento feminista negro, entendendo que as dimensões de exploração não ocorrem apenas paralelamente, “estão e sempre estiveram diretamente imbricadas”. Isto é, as relações de raça e gênero, por exemplo, são tão estruturantes quanto às relações de classe (ALVARENGA, 2021).

Hoje em plena pandemia de coronavírus é mais necessário fortalecer as demandas dos movimentos que materialmente colaborem para o bem viver de pessoas negras e, ou, pessoas de etnias e comunidades indígenas. Educação, saúde mental, alimentação, moradia, lazer, trabalho foram algumas das políticas impactadas pela pandemia de COVID-19⁷. A América Latina se tornou um dos epicentros da pandemia, com 30% das mortes no mundo. O tema pede uma reflexão sobre os efeitos de poder das instituições, a exemplo do poder da verdade e efeito da verdade para a produção da razão. A ideologia do Estado brasileiro usa também da violência para forjar a autoridade. Marisol de la Cadena, escreve sob influência de trajetórias muito interessantes em “Natureza incomum: histórias do antropoceno”, nessa passagem sobre o legado AwajunWampi, ela transmite exatamente essa ideia do poder como algo que induz:

O governo está tirando nosso território, o território do povo AwajunWampi, para que nos tornemos dependentes de sua forma de desenvolvimento. O governo nunca perguntou: vocês querem se desenvolver? Eles não nos consultaram. Respondemos: “anulem os decretos legislativos que afetam nossa existência como povo”. Em vez de ouvir nossa queixa, o governo queria nos punir – outros povos se renderam, nós não. O governo ordenou nosso despejo forçado. (DE LA CADENA, 2019, p. 97).

⁷ A transmissão de SARS-COV-2 provém de um animal infectado que ocasionou doença grave em casos humanos. A via de contágio se dá por gotículas, mas principalmente por aerossóis que ficam no ar e são sugados por nossa respiração. Ele demora de 1 a 14 dias para incubar no corpo humano e gera uma infecção que progride para uma falha dos órgãos.

Racismo, xenofobia e seus desdobramentos cotidianos é um contexto político contemporâneo na América latina e Caribe com relação aos descendentes de povos não brancos. Os descendentes lutam pelas suas próprias concepções ideais nos mostrando como a não colaboração podem travar os avanços das ideologias que promovem inequidades. Agir conscientemente pode ser uma via para não servir a interesses contrários a seu próprio ideal de disputa “justa” entre partes concorrentes de algum recurso. Isso é extremamente subjetivo, porque as possibilidades são incontáveis, mas também não é natural aceitar que um único ideal subjuga a mente de todos os humanos. A posse do recurso imaterial e material é disputado entre as classes e na terra colonizada isso reflete em sua organização social, tema aprofundado a seguir.

2.3 MARXISMO-DECOLONIAL PARA ENTENDER O COLONIALISMO LATINO-AMERICANO

A antropologia está historicamente vinculada às ciências sociais e é um campo do saber marcado por interesses econômicos e ideológicos. A economia política é a matriz de todas as ciências sociais e das humanidades. Marx analisa a história a partir da sua concretude e percebeu que na sociedade capitalista a força de trabalho é equivalente à mercadoria. A antropologia em contrapartida tem várias de suas questões contemporâneas vinculadas ao colonialismo, presente por tanto tempo nas sociedades dominadas pelo racismo. Assim o racismo aqui é entendido como causa do colonialismo e ideologia da superioridade. Uma ideologia nunca teve tanto alcance quanto a da acumulação capitalista que é proporcional à expropriação material, humana e da razão.

Em sua teoria do valor a mais valia e acumulação não se apresenta como roubo ou sobretrabalho. A percepção é afetada pela ideologia que deforma a realidade em estruturas complexas difíceis de perceber. Assim a antropologia busca ir ao âmago da questão. Expropriação originada da exploração estrutural que se assenta sob a imagem do proprietário e do desapropriado. Na vida prática, desde a creche somos condicionados pela estrutura a naturalizar as muitas horas de vida dedicadas ao trabalho que representa o meio necessário para a manutenção da

vida. Na América latina isso se expressa no cotidiano. Nações especialistas em produzir tornam seus cidadãos especialistas em trabalho. Trabalho, fator determinante.

A importância da classe social na América Latina é devida ao protagonismo do trabalho e do trabalhador. A América Latina por fornecer bens para o mundo é dependente do desenvolvimento do capitalismo global e depende da organização exterior. Enquanto capitalismo dependente, a classe, o poder e a sociedade giram em torno da herança colonial. A escravização e expansão de territórios promoveu uma aliança histórica com raras exceções entre a burguesia e a aristocracia aqui para governar as massas de trabalhadores. Ao passo em que o capitalismo se desenvolveu por 3 ou 4 séculos na Europa com conflitos, revoluções e rupturas próprias.

Na América Latina, o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna, o que, em si mesmo, não constitui a maior fonte de problemas. Acresce que, até o presente, o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento auto-sustentado e de desenvolvimento autônomo. Em consequência, classes e relações de classe carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes (FERNANDES, 1972, p. 35).

De um modo geral temos a classe dos possuidores e dos despossuídos. Por conta do falseamento da realidade muitos indivíduos e até classes inteiras ignoram sua condição, falta ou falsa consciência de classe. O mercado agencia a classificação social e o brasileiro, por exemplo, não se considera latino americano porque ele não se nomeia assim. Não domina o discurso, recebe-o. Não possui, é despossuído da razão. Por essa razão, exaustivamente expropriada de certas classes é que é necessário analisar a questão da classe com a questão racial e a condição do gênero. A importância da classe social se deve, para Florestan Fernandes, ao fato de que: “[...] a economia capitalista, a sociedade de classes e sua ordem social competitiva atuam como ‘motor da história’” e “porque nelas estão concentrados os centros de decisão” (FERNANDES, 1972, p. 37).

Compreender a atuação histórica dos círculos sociais privilegiados, dos despossuídos e a “estratificação pluralista” (FERNANDES, 1972, p. 39) leva a conclusão de que as lideranças capitalistas são pouco numerosas e pouco

inovadoras. Justamente por sua natureza conservadora. A falta de consciência de classe e apatia das massas se deve por não possuir e ser historicamente de um território despossuído da razão. Por essa razão, também forneceu corpos feminilizados para a função mais primária: reprodução da vida.

Considerando a hibridez de relações de trabalho questiona-se se o capitalismo foi imposto ou construído mutualmente. Assim como modernidade é indissociável do colonialismo, capitalismo é dependente do patriarcado. O âmbito do trabalho afeta as demais dimensões da vida humana e não-humana. O estrutural é o próprio status quo que naturaliza as atribuições enquanto a ideologia dominante vulnerabiliza sua antipatia correspondente gerando acirramento das desigualdades. A classe social determina principalmente frente às instituições do Estado. No dia a dia enquanto indivíduos na condição de identidade. Porém causa um efeito que extrapola a situação e alcança outros âmbitos da vida. Do sono as relações sexuais entre humanos. Também alcançando os animais não-humanos.

Isso quer dizer que a naturalização estrutural impede que valores, por exemplo, igualdade universal e democracia sejam alcançáveis. A desigualdade é inerente ao indivíduo, pois enquanto sujeito é único em sua forma e conteúdo. Porém a coletividade é inerente ao sujeito histórico já que é a ação da classe. Justamente aí residem nossas incoerências. E é nessa condição ambígua mais básica que levantamos nossas ideologias. Classe social é um conceito eurocentrado e é muito importante para a compreensão da América Latina, pois designa um sujeito histórico aqui também localizado. Marx não definiu o que entendia por classe social, disse que não se definia pelo ingresso dos indivíduos e nem pela ocupação de seus membros, afirma que o contexto do trabalho e não o trabalho, que define a classe (ELSTER, 1992, p. 129 e 130).

Decorre daí a pertinência do artigo “Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea”. Jórisa Danilla N. Aguiar, em 2018, trata o colonialismo como forma ainda atuante de dominação. Afirma que o racismo intensifica questões necessárias para funcionar o capitalismo. Em se tratando de teorizações sobre a realidade, traz leituras de Quijano, Dussel, Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander e Walter Mignolo. Através da pesquisa filológica, Jórisa busca compreender o que foi o desenvolvimento da

decolonialidade até o presente do artigo. Partindo da efetiva guinada da ciência política e social latino-americana, Jórissa vai identificar a relação entre os autores decoloniais e marxistas como essencialismo latino-americano versus eurocentrismo.

O essencialismo latino-americano pautaria a questão da “classificação social baseada na questão das raças como a luta de classes e não como parte da luta de classes.” (AGUIAR, 2018, p. 61). O eurocentrismo, trata classe trabalhadora, o sujeito histórico, como mundial, a nível de mundo, seria uma crítica não tanto localizada nos autores Marx e Engels, mas uma impressão da corrente marxista que não é nem um pouco homogênea. O Essencialismo consiste na validação das teorias pensadas exclusivamente sob os contextos latinos-americanos. Para a autora, Gramsci e Mariátegui são elos desses dois mundos. Associam-se facilmente com relação ao poder revolucionário dos subalternos. “[...] associação entre saber intelectual e vontade popular [...]” (AGUIAR, 2018, p. 61). São marxistas quem tomam as questões reais impostas pelo domínio autoritário. O pensamento decolonial critica substancialmente a visão única e centrada na ocidentalidade.

Sobre o colonialismo e o imperialismo busca mostrar a política e ideologia relacionada à expansão do colonialismo que é o império da submissão. Traz Lênin, teórico comunista, para afirmar que desconsiderar o imperialismo nos impede de entender as influências na realidade. E como esse aspecto da divisão do mundo em poderes provoca capitalismo com particularidades. O empresariado corrompe as normas que defendem a organização do Estado em nome do lucro. A verdadeira fusão dos poderes dentro do empresariado político. “A economia mundial passa a ser dominada por monopólios e pela predominância do capital financeiro, por sua vez apoiadas pelos respectivos Estados Nacionais” (AGUIAR, 2018, p. 63). Fusões entre empresas chegam a determinar economias e legislações.

Essa fusão referida indica que, neste sistema mundo, existe uma elite supranacional que se destaca das demais pessoas pela noção de diferença e superioridade. Eis aqui o sujeito político identificado como classe burguesa dominante. A autora indica que Lênin realça a violência e confronto como alternativa para dominar comercialmente. Nesse sentido existe competição como necessária perspectiva de influência na tomada das decisões. Autora afirma que Lênin escreveu

que não se trata de apenas uma alternativa para o capitalismo, a expansão se faz necessária mesmo num mundo de recursos limitados.

Jórrissa apresenta-nos uma visão não eurocêntrica de uma marxista latino-americana, Mariátegui, que trouxe a visibilidade de indígenas e camponeses que se juntam na luta das classes em busca de liberdade e autonomia. Explica que parte dos autores decoloniais se desprendem do marxismo por considerarem uma narrativa crítica a mais do ocidente feita pelo próprio. Uma alternativa a hegemonia. Aníbal Quijano e Enrique Dussel compõem o núcleo clássico da teorização sobre descolonização e para Dussel O “Giro descolonizador” aconteceu num contexto político muito duro. Tratava-se de uma tarefa multidisciplinar descolonizar saber e teoria na América Latina.

A autora do artigo identifica categorias marxistas que foram aprimoradas pelos pensadores decoloniais. Dá como exemplo de Gramsci que falava em exercício da hegemonia e compara com o conceito de Mignolo, manutenção matriz colonial. Falando em categorias, as categorias estudadas nesta monografia buscam entender justamente o exercício da contra hegemonia, manutenção das matrizes indígenas e negras, subalternos de toda parte. Para esta pesquisa sobre a dívida social e reparação na tríplice fronteira isso serve para pensar qual o papel da América Latina no capitalismo mundial. Mariátegui é um bom autor para começar a responder essa questão. Como essa pesquisa tem como foco a subalternidade latino-americana pelo enfoque teórico decolonial que prioriza fatores econômicos, culturais e subjetividades é necessário diálogo interdisciplinar e decolonial.

A análise de Agustín Cueva, sociólogo equatoriano, em 1976 afirmava que no cone sul a forma de controle político vigente era uma ditadura terrorista implantada pelo capital monopólico, uma fórmula de dominação fascista para controlar e explorar o excedente econômico. E sobre os impactos da crise nas zonas periféricas parte do pressuposto marxista que as formas concretas do Estado mudam conforme as fronteiras de cada país. A partir disto caracteriza os regimes do cone sul da América Latina como implante de uma ditadura terrorista aberta as forma mais reacionárias do capital monopólico, exercida contra a classe trabalhadora e contra os movimentos sociais mais revolucionários. As especificidades deste fascismo latino-americano para o autor concentram-se nos

seguintes fatos: apesar da crise ser realidade de todos os países do sistema, ela impacta mais fortemente as zonas periféricas, pois, a acumulação de contradições tende a exacerbação.

Na América Latina gerou-se um caminho terrorista para manter viva a dominação burguesa monopólica orientando assim uma guerra política e econômica contra os trabalhadores. Sobre a política econômica do fascismo, Cueva afirma que em primeiro lugar, ela se baseia na pauperização máxima das massas trabalhadoras; em segundo lugar, esta política tende a reorganizar a estrutura de produção acelerando a partir disso os processos de centralização do capital; em terceiro lugar, o fascismo precipita o processo de transnacionalização das economias latino-americanas nas esferas da propriedade e da produção. Por fim o fascismo reorganiza o mercado de consumo redefinindo também padrões de consumo popular.

Em outro nível de análise o autor afirma que o fascismo opera uma reorganização da superestrutura estatal. Reforça o "Estado de segurança nacional" gerando um processo de militarização do Estado. Para Cueva isto é uma dimensão militar da luta de classes. Assim mudanças na economia geraram mudanças na sociedade civil. Esse cenário permanece atual, no entanto hoje, o capital financeiro mundial está protagonizando a política econômica global. Assim, os resultados desta política anterior, tão bem desenhada pelo sociólogo equatoriano, tornam-se um prelúdio do endividamento que hoje, por exemplo, toma grande parte das entradas de países latino-americanos. Exemplares são os casos Brasil e Argentina.

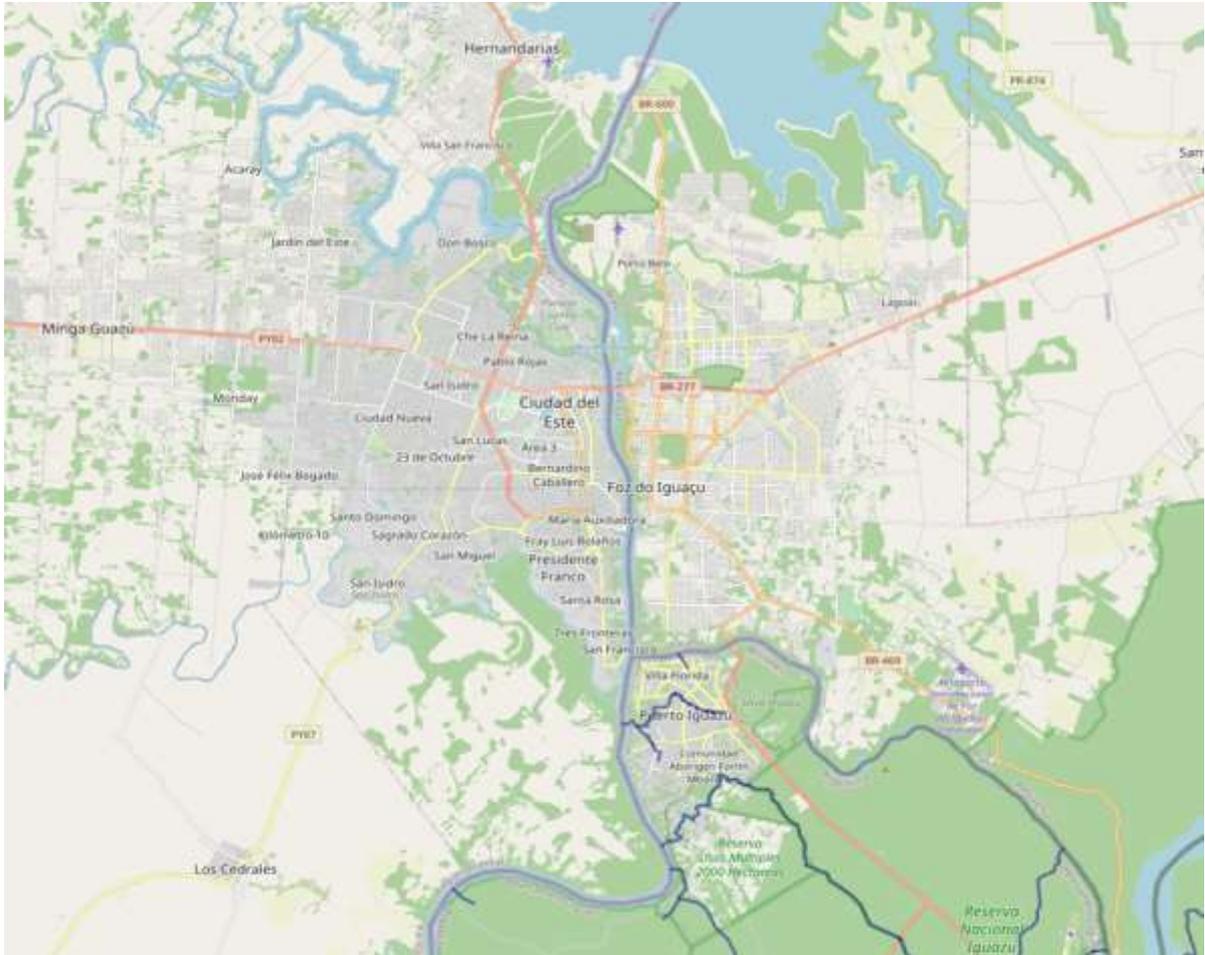
A falta de recursos para garantir o bem-estar das massas possibilita a continuação de várias das políticas econômicas fascistas e o uso da violência estatal hoje é tão forte no Brasil, por exemplo, que membros da segurança pública se organizam em vários Estados reivindicando a desmilitarização da polícia. Daí a justificativa de escolha do movimento policiais antifascistas, que tem entre os dizeres de seu manifesto a luta contra a guerra as drogas que mascara o genocídio da população jovem e de sujeitas e sujeitos indígenas e ou negros.

A hipótese é que as reparações existem, são articuladas por movimentos sociais, por justiça social, que em variadas medidas são mais ou menos

dependentes de políticas públicas e que estas são condicionadas pelo orçamento e prioridades de gastos de cada país. A hipótese é verificável na medida em que a existência de manifestações políticas são marcas e símbolos observáveis e registráveis.

CAPÍTULO 3 – RESPOSTAS E EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DA FRONTEIRA

Figura 1 – Mapa da tríplice fronteira sul



Fonte: Open Street Map, 2022.

Nessa seção, com base nas leituras realizadas, será feito um apanhado da região. A bibliografia é rica em informações sobre a região geográfica, política e sobre a sociedade presente aqui. A imagem acima revela como a tríplice fronteira sul é moldada pelo fato de ser um espaço entre rios e ser entre rios é a referência geográfica deste trabalho: Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina) compartilham a mesma condição latino-americana e tri-fronteiriça (ou transfronteiriça)⁸. O terreno, além de ser alvo de obras desenvolvimentistas, é epicentro do território Guarani, mesmo com o deslocamento forçado das etnias que compõem esse tronco étnico nas três cidades. É também espaço imaginado pelo setor de turismo, de inquestionável potencial econômico,

⁸ Reflexões propostas pelo professor da UNILA Dr. Mamadou Alpha Diallo na disciplina “Tópicos Especiais De História Das Relações Internacionais: História Da Tríplice Fronteira”.

político e extremamente militarizado, que caracterizam a fronteira pelas relações de poder desveladas pelo território e pela história recente (GIMENEZ *et al.*, 2018).

Pensamos também a fronteira como região. Ramon Fogel (2008) destaca o caráter assimétrico da pobreza e da desigualdade, assim como as relações diversas encontradas ali. Afirma que as particularidades relevantes da região da fronteira são: estar conformada aos rios Iguaçu e Paraná; a presença da hidroelétrica de Itaipu; ser o ponto central do sistema hídrico do aquífero Guarani; o crescimento da população em mais de onze vezes entre os anos 1970 e 2001 devido à construção da hidroelétrica de Itaipu; a intensa atividade comercial com migrantes de países árabes e muçulmanos; e o ir e vir de um lado ao outro da ponte da amizade.

O termo “tríplice fronteira” denota a região internacional de dimensão local, região articulada com trânsito comercial e humano, e global, periferia da geopolítica mundial, faz parte da agenda de segurança internacional por desenrolamentos desses fluxos. Professores definem historicamente “fronteira” no grupo de estudos sobre a fronteira e levando em consideração a ótica das Relações Internacionais da Unila, que entende a fronteira como interação e integração em vários âmbitos. As fronteiras não são necessariamente barreiras que impedem, mas um filtro com critérios próprios de cada Estado (GIMENEZ *et al.*, 2018). Imigrantes do Oriente Médio e da China imigraram massivamente nos anos 2000 para esta região devido a um cenário de negócios prósperos nas vendas de artigos eletrônicos, bebidas e perfumes.

A imigração dos árabes nesse contexto, em que se inaugura um momento específico na geopolítica mundial, somada a um grande fluxo de dinheiro e adicionada à intensidade do contrabando e de atividades ilícitas na tríplice fronteira tornariam a região um possível foco de terrorismo.⁹ Rabossi (apud GIMENEZ *et al.*, 2018) questiona o que faz da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina especial entre as fronteiras e indica que após o ataque terrorista à AMIA inicia-se uma construção externa desse conceito tornando-o popular. A alegação de ajuda aos direitos humanos e o possível foco de armas motivaram ações militares e de

⁹ Em 1994, fundamentalistas atacaram instituições de Israel em Buenos Aires. Não se sabe o que ocorreu e chegou a cogitar que a tríplice fronteira é um lugar não controlado, com forte fluxo e imensa quantidade de árabe na região. Pela suposta liberdade teriam facilidade em entrar no país e fazer atentados.

afamaram a região. O termo foi reforçado e é usado até hoje (GIMENEZ *et al.*, 2018).

Em 2001, a preocupação dos EUA com a região era a de ser um lugar endinheirado que poderia financiar os grupos terroristas no Oriente Médio. A Argentina se interessou em culpar Brasil e Paraguai pelo que acontecia aqui. O Brasil sempre defendeu a tríplice fronteira como um lugar em que não havia evidência de terrorismo e sempre advogou em prol da tríplice fronteira. A movimentação do dinheiro que provém das relações comerciais enseja a hipótese de que ele serviria para financiar o terrorismo em outras células distantes (GIMENEZ *et al.*, 2018). É uma postura de securitização, e, na prática, opera como um álibi para invadir o território alheio com justificativa de antecipar-se ante um suposto fenômeno.

O contrabando teve seu auge na ditadura stronista e hoje viabiliza-se devido ao lago de Itaipu. Atualmente, contrabando praticado seria de armas, drogas e produtos eletrônicos, de tal modo que, o que começou com uísque e cigarros se tornou um turismo de compras que envolvem milhares de sacoleiros vivendo de trabalho informal. O setor comercial advindo dos imigrantes tem correlação com turistas e sacoleiros brasileiros. As barreiras aduaneiras se tornam problema para os sacoleiros e comerciantes ambulantes que tentam amenizar sua exclusão do mercado formal mediante este trabalho paralelo (FOGEL, 2008). A região é caracterizada por pontes internacionais, rodovias, a hidroelétrica de Itaipu e as cataratas. Possui 902.166 habitantes distribuídos da seguinte forma: 63% estão na região metropolitana, a Ciudad Del Este; 28% em Foz do Iguaçu; e 9% em Puerto Iguazú.

[...] verifica-se desde os acordos de cooperação para aproveitamento energético dos rios, até a preocupação em conectar os três principais municípios por infraestrutura viária, hoje traduzidas nas pontes da Amizade e da Fraternidade, e que são um marco de consolidação desta integração (GIMENEZ *et al.*, 2018, p. 165).

O uso da potência hídrica entre países e a construção de pontes e rodovias indicam materialmente as correlações. O sistema Aquífero Guarani é de relevância absoluta e está em sua maior parte na região transfronteiriça e, para além de ser a maior reserva de água doce do planeta, é recarregado por infiltração de água que,

por sua vez, tem a qualidade comprometida pelo uso de agrotóxicos sobre o solo. Fogel fala sobre a necessidade de um manejo ambiental sustentável e afirma também que inserir a região no terrorismo internacional faz parte da busca pelo controle dos recursos naturais.

Parece claro que la conexión de las actividades de las Tres Fronteras con el terrorismo internacional, que se plantea desde los Estados Unidos, no solo responde a la búsqueda de nuevos enemigos luego del colapso del socialismo real, sino también a la pretensión de controlar recursos estratégicos (FOGEL, 2008, p. 285).

Por se tratar de uma região com forte influência oriental seria necessário mais aprofundamento nas questões relacionadas. Para iniciar a compreensão, fomos questionados em uma determinada aula¹⁰ se podíamos afirmar que os atuais conflitos e guerras do Oriente Médio são uma continuação das guerras coloniais. A resposta dada pelo professor Mamadou é que sim, devido a um poder que não é definitivo, mas muito influente. A materialização do poder militar, econômico e propaganda atua no controle de recursos militares, afeta a ordem e organiza a região em potências médias e potências médias tradicionais. Os conflitos regionais por água e petróleo, devidos à abundância de gás e petróleo, ocorreram pela disputa dos recursos. A intervenção militar inglesa e francesa no Canal de Suez, por exemplo, resultaria em uma guerra no ano de 1956.

A intervenção dos EUA na região é uma continuidade com relação às intervenções externas no local e é, inclusive, apoiada por países como Egito e Arábia Saudita. Países que representavam risco aos Estados Unidos eram combatidos. O eixo do mal, composto por países listados pelos EUA, era contrário à ingerência dos EUA. O professor Mamadou indica que os conflitos atuais são herdados de uma série de interferências externas de potências que acumularam riqueza e poder a partir do colonialismo.

3.1 REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Outro aspecto que envolve a potência hídrica é a definição das fronteiras entre os três países. Puerto Iguazú, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este são cidades

¹⁰ Reflexões propostas pelo professor da UNILA Dr. Mamadou Alpha Diallo na disciplina “Análises dos conflitos, guerras e processos de integração no oriente e na Ásia”.

trigêmeas¹¹. Dois estudiosos da geopolítica escreveram um artigo se propondo a saber se a IIRSA contribui com o desenvolvimento da principiante Região Transfronteiriça do Iguaçu (RTI). Identificaram 13 projetos na região que preferem as áreas dos rios e a relevante presença da Hidroelétrica de Itaipu nas categorias hidroviária e energética. Em três eixos diferentes, a saber: 7 em Capricórnio, 3 no Mercosul-Chile e 3 na Hidrovia Paraguai-Paraná. No mais, uma segunda ponte pode acelerar o processo de transfronterização (RUCKERT; VICENTE, 2020, p. 77).

Ruckert e Vicente definem que, apesar de que o ideal da fronteira é ser uma região aberta, cada vez mais se constroem empecilhos para isso. São interesses centrais das políticas do Estado, e por isso a necessidade de considerar as espacialidades fronteiriças mais do que as linhas de fronteiras. Para entender a realidade da fronteira querem saber sobre as cidades gêmeas e suas funcionalidades concedidas pela economia e sociedade. A convivência possibilita enorme volume de fluxos, relações internacionais mais ou menos consolidadas, circulação de riquezas e trabalho. Pela falta de regulação na América do Sul, trata-se apenas de uma região. Porém, a IIRSA, além de não ser alcançável e inteligível aos atingidos, beneficia os que têm privilégios de desenhar o projeto.

Segundo a revista *Le Monde Diplomatique*, houve no Brasil o aumento do número de projetos em cerca de 100%, principalmente (PEREGALLI, PANEZ, AGUIAR, 2020). Os autores reiteram que a iniciativa explora os mais variados recursos minerais, energéticos e agroalimentares e aprofunda a dependência regional em relação ao hemisfério norte e à China. Adicionam ainda que, apesar de ter sido incluído, em 2009, no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL, essas instâncias deliberativas não estão mais funcionando. Apesar de não atualizar o site da COSIPLAN desde 2018, as obras da IIRSA não pararam por conta do seu caráter difuso e não totalmente conectado. Os autores alertam que a busca pelo consenso se dá pela possível oferta de empregos e sua conseqüente reanimação da economia. Questionam, ainda, a quem realmente interessa os projetos da IIRSA e o significado de progresso, indicando que pouco foi o benefício em serviços básicos e universais. Ao

¹¹ As “cidades gêmeas” geralmente são formações em fronteiras contíguas que partem de dois países, no mínimo, e são inícios de regiões transfronteiriças.

invés das problemáticas ambientais e das mudanças climáticas, o dinheiro público foi investido na extração de fontes energéticas e no agronegócio, o seu oposto.

A Bacia do Prata, com suas condições favoráveis, a Ponte da Amizade e a Usina de Itaipu, permitiram o lançamento das bases de surgimento e crescimento do processo de transfronteirização na RTI. As obras de integração da infraestrutura regional da IIRSA e as ações de integração regional do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) a estão consolidando (RUCKERT; VICENTE, 2020, p. 77).

O Mercosul é um dos vários atores territoriais do Iguazu, para além da empresa Itaipu Binacional, dos bancos que investem em projetos da IIRSA e as atividades turísticas e comerciais da região também. Inferimos que, apesar da integração estar sendo efetuada, ela não se estabeleceu nos moldes de plena autonomia e há a tendência de enviar *commodities* para a exportação sem beneficiar os pequenos comerciantes nacionais e as economias locais. Em *Somos todos irmãos?*, livro organizado por Jayme Benvenuto, tem várias perspectivas acadêmicas sobre a percepção da integração na tríplice fronteira. Para a pesquisa¹² foram realizadas entrevistas em questionário semiestruturado “que teve uma dimensão empírica junto a nove setores sociais das três cidades (comércio, educação, saúde; controle de fronteiras; polícia; governo local; transporte; comunidade; e mototaxistas)” (BENVENUTO, 2016, p. 12).

Vinte e sete pesquisados responderam sobre as intenções de integração regional por parte dos três países. Assim, se desvelou a integração precária em níveis de serviços básicos, como saúde, educação, comunicação, articulação política e circulação das pessoas. Não é fácil acessar o espaço nacional do outro país pelas barreiras impostas, e por mais que a ideia de irmandade aparecesse nos relatos, os pesquisadores indicam que o ressentimento causado pela Grande Guerra contra o Paraguai denuncia um sentimento de isolamento e redução do Paraguai em relação ao Brasil, Uruguai e Argentina.

A revolta é latente e persiste à necessária reparação, o que leva o pesquisador a reivindicar, depois de feitas as entrevistas e análises, que haja reconhecimento por parte das autoridades dos países envolvidos com a guerra, com

¹² Percepção da Integração Regional na Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai: Foz do Iguazu, Puerto Iguazu, Ciudad del Este. 2013 a 2016.

exceção do Paraguai. Não consiste em ressentimento delirante, trata-se da devida consideração pelo fato de ter sido usado desproporcionalmente a violência. Reivindica que “impulsemos pedidos de reconocimiento de la desproporción por las autoridades nacionales de Brasil, Argentina y Uruguay, como sugiere Michael Lillis” (BENVENUTO apud LILLIS, 2009, p. 307-309). Uma ampliação das vozes para que Paraguai seja visto com igualdade através da revisão histórica, divulgação na mídia e produção acadêmica e artística.

José Lindomar C. Albuquerque, sociólogo da área de fronteiras, entende que a fronteira é vista pela mídia, organismos internacionais e agências de segurança estatal como um problema social a ser enfrentado. O autor cita Fernando Rabossi, Verónica Giménez, Béliveau, Silvia Montenegro, Arthur Bernardes Amaral e César Pérez Ortiz para fundamentar a ideia de que as imagens de “lugar perigoso” foram associadas a esta região, que, por sua vez, mudou substancialmente nos últimos cinquenta anos a partir da presença desses projetos, com as condições da área urbana, pontos turísticos, comércio e a presença da vida universitária.¹³ O formato colaborativo e a transdisciplinariedade deste livro me interessa, pois faz justiça ao tipo de sociedade regional a qual me dedico neste trabalho. O autor deste artigo indica que os estudos antropológicos das fronteiras se inspiraram em autores distantes localizados na Europa ou Estados Unidos e propõe um giro decolonial (MIGNOLO, p. 37 apud ALBUQUERQUE, 2016) não para se isolar do debate teórico, mas para defender demandas locais na geopolítica do conhecimento. Esse autor considera que dialogar com pesquisas empíricas locais é necessário para podermos deslocar ou mesmo se afastar da grande narrativa histórica da colonização europeia que produz relatos negativos:

Trata-se de construir um relato negativo fundacional a partir das ideias de crime, mestiçagem e falta de cultura. Este imaginário geralmente contrasta com a representação positiva da formação dos Estados Unidos por puritanos cultos e não mestiços. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 37).

É nesse sentido que a expressão “colonialismo de fronteira” se insere. Para o autor, o contraste se dá com os americanos dos EUA que descenderiam de puritanos cultos. A exemplo, constrói-se diariamente uma fronteira assimétrica com

¹³ Também da vida religiosa, artística e de lazer que não foram aspectos priorizados neste trabalho.

subjugações: “de memórias, discriminações, orgulhos nacionais, formas de admiração do outro e exploração do trabalho dos ‘estrangeiros’ do país vizinho” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 39). Descreve esse território de fronteira como um lugar de proximidade física com países vizinhos onde certos trânsitos são fluidos e que, por isso, a fronteira ainda não está fixa, mas trata-se de uma territorialidade com circunscrições mais ou menos relativas. Sobre a população, afirma que se trata de certos agentes do Estado, ligados à segurança, aos moradores da fronteira e aos transeuntes.

Lindomar Albuquerque (2016) afirma que a experiência de viver na região da tríplice fronteira é diferente das demais regiões do Brasil e que a sociabilidade das pessoas é afetada pela territorialidade. Ao mesmo tempo, sobre o idioma, o autor afirma que o português se torna mais falado pelas pessoas e que não há o mesmo esforço pelo uso da língua guarani ou espanhol. “A fronteira política é um dispositivo que aciona diversas outras fronteiras simbólicas” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 42). E também afirmam que as diferenças aqui existentes produzem contato, mas também afastamento. Para os pesquisadores, os entrevistados paraguaios mostram-se admiradores da cultura brasileira ao passo em que se percebem inferiorizados pelos brasileiros. Além do desprezo relacionado ao passado colonial e da guerra, há o imaginário dessa região como um lugar de consumo, onde os frequentadores se beneficiam de preços mais baratos.

Turismo e comércio são temas comuns aos moradores da região e, para o autor, Foz do Iguaçu funciona como cidade-ponte na medida em que se conecta Ciudad del Est e Puerto Iguazu, que, por sua vez, não têm conexão própria. As viagens de um lado ao outro da fronteira variam conforme as diferenças nos preços, disponibilidade de atendimento, empregos, dentre outras possibilidades. Por mais que seja um lugar de movimentação oscilante, coexistem distintas legislações. Para os moradores entrevistados, morar na fronteira envolve integrar-se ao próximo e viver em conjunto. Para Albuquerque, a integração regional também é conflituosa e, apesar de ser vista como algo que desagrega, também é algo que pode provocar coesão na região. “A fronteira política é um dispositivo que aciona diversas outras fronteiras simbólicas” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 53). Para ele, a integração deve ser capaz de superar o passado e combater as assimetrias da fronteira.

Um projeto colaborativo de integração poderia retomar ou repensar algumas experiências de integração recordadas (GT Saúde e projeto entre as escolas da Itaipu, Escolas Interculturais de Fronteira)” “experiências do Foro Social da Tríplice Fronteira (SETTON, 2011)” “Parlamento Municipal Trinacional entre Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, entre outros experimentos. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 54).

Para Luciana de Oliveira Dias, antropóloga da UNB, nos discursos elaborados da pesquisa nota-se o ressentimento dos paraguaios em relação ao Brasil. É uma emoção expressa diversas vezes e reivindica a sensibilização da escuta. A partir de Lutz (apud DIAS, 2016, p. 60), ela assume que as emoções são conquistas sociais e não individuais. A partir daí, ela define que o ressentimento atua no terreno da memória tratando-se de uma emoção resultante da injusta subordinação: “denuncia e reedita a dor causada e exige a urgente necessidade de reparação” (DIAS, 2016, p. 63). Essa dor advinda de um fato histórico possui “incontrolável necessidade de manter na área da lembrança o evento que marca o instante de constituição da injusta inferioridade do grupo, no caso aqui em tela, a Guerra do Paraguai” (DIAS, 2016, p. 64).

Essa emoção deve conduzir à reclamação da dor causada e sua audiência deve levar às ações reparadoras, à quebra de oposição. A denúncia é o caminho para reparar a dor causada através do reconhecimento da culpa e da desumanização causada. A experiência e a ferida colonial nos une, mas a orientação dos autores é que a mais relevante interação que acontece aqui na região é de nível comercial – do tipo legal ou ilegal – e que ela permite outras interações devido aos resultados da vigência do sistema neoliberal que se colocou sobre esta parte do mundo como o “*mercado más para los países centrales*” (BOGADO, 2016, p. 74), onde o comércio é privilegiado e pode facilitar relações de outra natureza. Os problemas de assimetria locais também podem ser compreendidos a partir da integração orientada para o comércio.

Os fluxos intensos de pessoas, serviços e bens protagonizam as narrativas por conta da rota comercial propiciada, no entanto, antes mesmo do Tratado de Assunção, a terra Guarani era palco de ampla concorrência. A represa do rio Paraná e a hegemonia da hidrelétrica de Itaipu é um dos aspectos que alteraram significativamente a dinâmica da região. As facilidades tarifárias adquiridas pelo

tratado alteraram substancialmente os fluxos de gente, bens e serviços na região fronteira entre Brasil e Paraguai. É necessário refletir criticamente, no entanto, se o Mercosul pensa a integração como papel reparador. Mamadou, professor na Unila, explica o que é uma fronteira reparadora: não se trata de inventar novas fronteiras, mas de uma tentativa de resgatar valores culturais de espaços que têm a mesma história e os mesmos valores.

Juntar espaços para fortalecer a sociedade e para pensar a integração também significa certa soberania para não apagar a fronteira, mas elas não são totalmente limitadas e não impedem necessariamente a passagem. Para ele a região da tríplice fronteira, devido à convivência entre culturas diferentes, deveria reconhecer valores e tirar as distâncias, mesmo entre brasileiros e o Oriente Médio, por exemplo, reparando os estragos feitos pela colonização. Integrar evita a instrumentalização e subalternização do povo, não por uma questão econômica, mas para reparar o que foi imposto.

Para Marco Manuel Dominguez Bogado, apesar da fronteira ter um discurso turístico de que há irmandade e harmonia – e que em certas ondas de rádio e televisão também propaguem este discurso – não é exatamente assim que acontece na prática. Desde a construção do atual território houve apropriação e dominação dos Guarani de forma material e simbólica. Agentes do capital dominaram a região e negaram o direito de estar ali aos povos originários (FOGEL, 2008, p. 274). A represa de Itaipu representou o maior cenário de desenvolvimento da época e isso levou aos desdobramentos sociais e ambientais ainda vigentes.¹⁴ Questiona-se, assim, a ideologia da irmandade porque por mais que a fronteira seja porosa e transponível, ela ainda cria seus significados para as pessoas cotidianamente (BOGADO, 2016, p. 82).

3.2 OS GUARANI NA TERCEIRA MARGEM

O campo é uma região fronteira entre países latinos americanos que partilham uma história em comum de raiz Guarani. A reparação com os povos de

¹⁴ Com relação aos migrantes, apesar dessa categoria importantíssima e atuante na região não estar contemplada na pesquisa, serão apresentados dados numa futura continuação. Essa população que transita na fronteira, principalmente sua parte ilegal, se relaciona fortemente com as elites que determinam as ilegalidades e legalidades somente baseadas nos seus interesses.

origem Guarani, especialmente no alto Paraná – lado paraguaio e oeste do Paraná – lado brasileiro, compartilha o mesmo rio e tem também caráter étnico racial. A região foi delimitada dessa maneira, pois a foz do rio Iguaçu é epicentro da divisão política de três nações. Os Guarani estão presentes nessas três nações e na Bolívia antes da consolidação das fronteiras nacionais. São reconhecidas suas preexistências nas quatro constituições nacionais (EMGC, 2016, p. 9), além de compor um povo de expressiva locomobilidade que vivem em comunidades de diversas extensões.

Tratando de educação indígena,¹⁵ Luis Fernando Sarango Macas (2014) afirma que o nome do nosso continente é chamado por parte dos povos originários locais de Abya Yala. Seu texto indica que é a língua do povo Kuna e que significa “terra em sua plena maturidade”. Porém, no texto original citado pelo próprio autor, consta: “Tierra de sangre”, “Tierra de vida”, “Tierra de sangre vital”. Alguns autores traduziram como “Tierra en plena madurez” (SARANGO MACAS, 2014). Essa diferença gira em torno de um eixo comum: o uso da expressão por vários povos originários. De algum modo o sangue, a vida e a maturidade exercem o sentido de força e vigor.

Historicamente os Guarani cultivaram essa região e se conservaram nela mesmo na época da exploração de erva mate e madeira, que se estendeu até meados do século XX. Simbolicamente, para os Guarani, essa parte do mundo é tekoha.¹⁶ Fogel sinaliza que no sistema de crenças guarani ñe’e brota do cedro, indicando como as espécies próximas são integrantes na vida dessa comunidade. Houve resistência da cultura Guarani aos prejuízos vindos dos grupos dominantes contra sua imagem e modo de viver, mesmo contra os políticos dominantes que negavam seu direito de viver nesse território. O Estado vendeu, no final do século XIX, terras públicas aos operadores do capital internacional intencionando civilização e desenvolvimento (FOGEL, 2008).

Um livro da Escola Superior do Ministério Público da União¹⁷ conta a história do povo Guarani desafiando a ideia de vazio demográfico na região entre o Brasil e

¹⁵ Reflexões propostas pelo Professor Mário Ramão Villalva no 3º nível da disciplina “Terceira Margem: Guarani”

¹⁶ Onde se reproduz a cultura.

¹⁷ Reflexões propostas pelo Professor Rodrigo Villagra Carron na disciplina da UNILA “Etnografias dos Povos Indígenas”.

o Paraguai e defende que este a territorialidade deste povo transcende as fronteiras artificiais. Essa falácia serviu para justificar a ocupação por outros povos que estavam sim incluídos entre os projetos governamentais. No caso da Matte Laranjeira, a colonização do espaço, a criação do Parque Nacional do Iguaçu e a construção da Itaipu estão estreitamente relacionadas à desconsideração dos ocupantes anteriores. Na apresentação da obra, o livro resume o conteúdo e indica que “o trabalho do grupo, de caráter interdisciplinar, consistiu na pesquisa documental e bibliográfica e na realização de diligências nos territórios indígenas localizados no oeste do Paraná” (ALCANTARA *et al.*, 2019. p. 10).

Antes do alagamento, na década de 1970, os Guarani estavam dispersos em Tapyis (famílias ou grupos extensos) devido às condições históricas anteriores de intensa expulsão por parte da Matte Laranjeira e das demais instituições colonizadoras. A área era gradativamente mais escassa e não foram feitas verificações sobre quantas ocupações havia no momento do alagamento para a represa. A partir de estudos posteriores, foram verificados pelo CIMI – a partir da memória dos Guarani – a existência de 8 tekohas entre o rio Iguaçu e o rio Ocoy; já Brant de Carvalho faz referência a 32 aldeias até a primeira metade do século XX; Parker verificou a existência de 59 tapyi; ao passo que o relatório da Comissão Yvyrupá aponta o alagamento de 47 ocupações no Brasil e 38 no Paraguai. A diversidade de dados não deixa de confirmar que as áreas onde vivem os Guarani foram entregues aos seus invasores.

No Parque Nacional do Iguaçu (PNI) havia pelo menos três tapyi maiores e também centenas de não indígenas que seriam reassentados na Gleba Ocoy. Porém essas famílias não foram para esse local (que também era habitado na época por indígenas e mestiços) porque seria um local alagado para a represa de Itaipu. Essas famílias de colonos, diferente das indígenas, foram indenizadas. Essa expulsão de Guarani os fez deslocar para as margens do rio Paraná, para o próprio Ocoy e também para aldeias na Argentina. A colônia Guarani teria sido criada para aglutinar os indígenas espalhados na região oeste do Paraná. Isso para que os demais espaços fossem desobstruídos para a colonização (ALCANTARA *et al.*, 2019).

No entanto, segundo Almeida (2006 apud ALCANTARA *et al.*, 2019), a área não era tão relevante para essas pessoas Guarani e, por esse motivo, eles e elas a

abandonaram no decorrer das décadas de 1960 e 1970. Para os próprios Guarani e para estudiosos da história, a saída das famílias se deu por conta da pressão exercida pelos colonos e pelo INCRA, que resultou com que se tornasse inviável o modo de vida Guarani neste lugar. Para os interesses dos colonos e do INCRA, foi narrada a inexistência dos indígenas na área da colônia, apesar das expulsões violentas, ameaças de morte e queima de casas. Nem mesmo a FUNAI atuou para que a área fosse formalmente reservada. Apenas cinco anos depois, em 1976, uma comunicação por parte 1º Batalhão de Fronteiras sobre a permanência dos Guarani no local é que este órgão enviou um servidor ao local, isso em função das pressões exercidas pelo INCRA. O motivo da demora, no entanto, se interpreta como falta de prioridade para a proteção dos direitos dos habitantes verdadeiros da região.

Dessa visita, que demorou apenas um dia, saiu um relatório curto que dizia que os indígenas remanescentes estariam dispersos por Foz do Iguaçu, Paraguai e PNI, e que a verificação teria que ser demorada e minuciosa. No entanto, o diretor do Parque afirmava a inexistência de indígenas em seu interior e também a FUNAI não insistiu na vistoria sugerida pelo técnico. Buscou-se, por parte da FUNAI, a garantia de alguma área no PNI para as famílias Guarani da Colônia Guarani e a resposta negativa foi categórica. O INCRA também foi demandado para determinar uma área para esse povo e, como resposta, afirmaram que não havia terras para os indígenas, mas apenas para colonos. Ao mesmo tempo, o INCRA pressionava a FUNAI para que esta liberasse a área da Colônia Guarani para titular legalmente as terras.

Em 1977, o subgrupo de trabalho nº XV da FUNAI, em conjunto com o INCRA, ficou em campo por um dia produzindo novo relatório sobre a comunidade do Ocoy e a Colônia Guarani. Neste relatório reafirma-se a inexistência de elementos indígenas e, com base nesse trabalho mal feito, solicita-se a “liberação da área pela FUNAI ao INCRA, a fim de que se concretize a titulação definitiva, ansiosamente aguardada pelos seus ocupantes” (ALCANTARA *et al.*, 2019, p. 74). Neste mesmo ano foi liberada a área da Colônia Guarani para a titulação aos colonos invasores. Duas comunidades maiores da unidade sociológica do Ocoy-Jacutinga foram alagadas para dar lugar à Usina, a saber, a comunidade do Ocoy e a comunidade Dois Irmãos, apenas Ocoy foi reconhecida pela hidroelétrica. Foi feito

o reassentamento e apontada a gravidade das ações e omissões por parte da Itaipu (ALCANTARA *et al.*, 2019).

Busca-se provar que os danos culturais e sociais foram muito maiores que os danos ao meio ambiente, já que, com relação ao meio ambiente, houve a tentativa de regeneração. No Ocoy – comunidade dentro do Tekoha Guasu Ocoy-Jacutinga, uma área invadida desde 1920 – a retirada das pessoas se deu de modo diferente do que no PNI e na Colônia Guarani. No local, uma pequena parte da comunidade não quis sair para dar lugar à usina. Eram muitas investidas contra a área ocupada “[...] fizeram com que a população Guarani no local do Ocoy se retraísse entre as décadas de 1950 e 1970, mas não aos números que foram apontados por INCRA/FUNAI/Itaipu quando da construção da usina” (ALCANTARA, *et al.*, 2019, p. 77).

Diagnósticos errados não consideraram o verdadeiro lugar da população Guarani na área e fizeram o INCRA relatar à FUNAI – e esta, por sua vez, à Itaipu – uma necessidade de reassentamento menor que a devida. Esses órgãos demonstravam falta de ética para com os indígenas. Apesar dos relatos de violência e perseguição por parte do INCRA contra os indígenas, a resposta formal aos questionamentos da FUNAI não trata da questão e ainda classifica a unidade sociológica do Ocoy-Jacutinga de modo a prejudicá-la ainda mais. Há, ainda, uma sequência de comunicações oficiais sobre os Guarani locais baseadas em relatórios sem compromisso com a realidade, reproduzindo apenas com as necessidades das instituições INCRA e Itaipu (ALCANTARA *et al.*, 2019).

Num relatório do grupo de trabalho da FUNAI buscou-se apenas confirmar uma informação de que ali teriam 11 famílias sem considerar buscar por mais. A FUNAI recomenda que essas famílias sejam reassentadas em uma das ilhas no meio do reservatório ou nas margens do lago, que é também faixa de proteção. Não sugere, por esse motivo, um mínimo respeito aos lugares significativos como, por exemplo, os cemitérios indígenas e as perdas simbólicas e espirituais dessas pessoas. As propostas foram aceitas por INCRA e por Itaipu, mas não pelos indígenas que se mantiveram contrários até o dia do alagamento e do reassentamento, em 1982. Essa recusa se deve principalmente pelo fato de que foi

oferecida área menor que os Guarani entendiam como própria a partir de sua territorialidade.

Igualmente, o contexto atual se refere às consequências históricas de desrespeito aos direitos humanos na região dos três países. A existência de comissões de verdade e justiça nos três países indica a necessária reparação da dívida colonial, ambiental e histórica. Esse problema se manifesta como a necessidade de reparação histórica de graves violações dos direitos humanos, tendo acumulado casos emblemáticos ao longo do tempo. Desde as reduções jesuíticas, os povos originários dessa região vêm sofrendo um “cerco articulado” (GUANAES, 2015) por parte de projetos e interesses externos. O neoliberalismo afeta pessoas vulneráveis desta região empobrecendo-as e gerando um déficit de responsabilidade social.

O empobrecimento confronta a ideia de “Sumak Kawsai”; “Suma Qa-maña” ou “Teko Porã” são condições e modos de ser em que não há um destino de opressão e subalternidade (SARANGO MACAS, 2014), em que exercer nossos poderes e liberdades não constitui um grande desafio, muitas vezes insuperável. A migração Guarani acontece em busca da terra sem mal em muitas ocasiões, e os males são: a desertificação da paisagem e as monoculturas que ameaçam suas vidas; a epidemia e a morte; os conflitos e os desentendimentos internos; e a invasão e destruição resultantes do desprezo pelos seus modos de vida (EMGC, 2016, p. 10).

Para Delgado (2007), o canto é elemento central na manutenção da cultura Guarani e é através dele que se guardam as palavras. Palavra tem lugar de destaque e grande importância para os Guarani. Antes eram ágrafos e a transmissão acontecia pelos cantos em sua oralidade. Suzy Delgado (2007) indica como os antropólogos tomaram notas destes cantos e os transformaram em textos de língua indígena. O “Ayvu Rapyta” é um conjunto de cantos sagrados que compõe a gênese dos Mbyá-guarani. Na época do texto (2007), 90% da população paraguaia falava guarani. Essa porcentagem indica como a oralidade é central na transmissão desta língua e cultura (DELGADO, 2007).

Em uma das atividades da classe de Guarani na UNILA o tema foram as cerimônias *ery mo'a'ã* e *oñemokandire*. São executadas em momentos diferentes: a primeira é o ato de nomear a alguém que vai carregar altivamente a fluência da fala; *Oñemokandire*, por outro lado, se refere a encontrar o bem-estar, harmonia e a glória do seu grupo ainda em vida, sem sofrimentos ou privações. As crianças que não passaram pelo ritual de iniciação não terão marcado “[...] a recepção oficial da nova palavra na comunidade [...]” (CHAMORRO, 2010, [sem página]). Também não serão exorcizados da cólera e isso pode gerar crises na vida do indivíduo e levá-lo a *ñemyrõ* “[...] que quer dizer “enfessar-se”, “ficar triste”, “só”. [...]” (CHAMORRO, 2010, [sem página]).

O que acontece quando “a palavra não tem mais lugar ou assento”? O que acontece é um apagamento, é a morte e o impedimento de referir-se à ausência provocando o esquecimento. A expressão “alma”, do Guarani, é distinta do pensamento helênico. A expressão “alma”, no Guarani, diferentemente do pensamento helênico, não se separa do corpo: alma e corpo são integrados e indissociáveis, assim como no pensamento hebraico são sinônimos de “eu” (CHAMORRO, 2010).

No pensamento helênico, a “alma” se separa do corpo depois da morte. A atitude dos indígenas é oposta à dos personagens na saga bíblica das origens. Com relação à ciência, os indígenas entendem que a palavra é um meio entre mortais e imortais. Os indígenas clamam por saber, ao passo em que os personagens da bíblia sentem remorso por esse mesmo motivo. Há duas formas qualitativamente distintas de perceber a palavra. São essas:

Ohendúva são aquelas pessoas que escutam a palavra da boca de outras pessoas que elas reconhecem ser suas mestras. Ohecháva são aquelas que viram a palavra, que não a aprenderam de alguém, mas a receberam por inspiração, às vezes em sonhos. A primeira experiência de palavra é mediada, condicionada; a segunda é direta, incondicionada. Essas formas de apreensão fundam dois tipos de experiências e de lideranças espirituais (CHAMORRO, 2010, [sem página]).

Pierre Clastres diz “o Ocidente moderno perde o sentido de seu valor pelo excesso de uso a que a submete”, ele está se referindo às palavras. Poderíamos traduzir, não é simples, mas parece que os sentidos no ocidente moderno são

necessariamente binários, fragmentados em palavras limitadas, diferenciadas e desagregadas. Ao passo que, na cultura originária Guarani, as palavras são definidas por perspectivas e conteúdo de alguns sentidos interrelacionados. Kaka Wera explica os princípios fundamentais como um sistema pedagógico para que os princípios continuem vivos, cantando e dançando em conexão com a origem. A Cultura Guarani, vinda da matriz tupi, também influenciou centenas de outros povos. O modo de relacionar sociedade e família de forma integrada influenciou a Patagônia chilena e argentina até o nordeste do Brasil (CHAMORRO, 2010).

A manutenção dos princípios é importante, pois estas são mais do que crenças étnicas, que têm poder na maneira de relacionar. O primeiro princípio do fundamento do ser, do Ayvu-rapyta, é: o cuidado celebrativo, habitando e retomando os seus lugares como filhos gratos da terra. A terra (yvy) é entendida como um ser consciente e vivo, um espaço de viver e de ser. (WÉRA, [sem ano]; EMGC, 2016). O segundo princípio: Tekoha (território), diz respeito ao cuidado ancestral e significa um largo parentesco, com ancestralidade em vertical também, e não só horizontal. Significa, ainda, o cuidado com o meio, compreendendo a conexão ancestral além da consanguinidade. Integra sua família aos reinos mineral, vegetal e animal formando um parentesco maior do que os laços consanguíneos.

O terceiro princípio seria o acolhimento. Acredita-se que só evoluímos e crescemos nas relações. Também se trata do princípio de honrar as relações com reciprocidade (WÉRA, s/d). A troca de bens generosa, a reciprocidade, o não incentivo à acumulação, a festa, isso tudo que faz parte da ideia de yopói-jopói é uma lei basilar da economia que envolve o dar e o receber. O quarto princípio é a cooperação. O apoio mútuo das famílias e comunidades, o mutirão, as trocas de artesanatos e mudas são pontos que são importantes não só entre os Guarani, mas também para alargar as relações com pessoas de fora do grupo (WÉRA, [sem ano]).

Por su parte, los guaraníes sellaron con su lengua gran parte de la geografía de América del Sur, por consiguiente, se puede afirmar que los topónimos guaraníes, a más de representar y describir la hidrografía y orografía de los parajes locales, atesoran la nomenclatura de la flora y fauna de la región. Por lo que las plantas y las aves poseen nombres guaraníes; en ellas perduran la memoria de nuestros ancestros, y sus huellas quedan grabadas en el suelo que habitamos, cuya actual división política, no vedará el pasado

histórico de tupí-guaraní, constituída en una familia lingüística de fuerte raigambre local (OTAZÚ, 2018, p. 125).

Também, por nomear cerros, rios, plantas e árvores, reconhece-se a influência da língua e da cultura Guarani. O Paraguai conseguiu, com a Constituição de 1992, impulsionar a nível institucional o ensino obrigatório da língua guarani desde o primário. No entanto, a autora denuncia que faltam textos educativos sobre os saberes e realidades locais (OTAZÚ, 2018, p. 132). Também se faz necessário uma maior interação entre participantes das culturas envolvidas entre todos os níveis de educação:

Para profundizar sobre el tema de los valores y practicas ecologicas ancestrales, es preciso aprender de los guaranies la forma de educar y acompañar a los niños y jóvenes en su descubrimiento y amor a la naturaleza. Los saberes que se inculcan a los hijos ayudan a preservar y promover la cultura (OTAZÚ, 2018. p. 133).

A tríplice fronteira sul é um lugar de convergência de atores sociais que tinham uma relação muito próxima da geografia e outros que vieram de longe e se instalaram aqui. Esse fato torna o lugar uma parte do território especialmente potente para entender os efeitos do uso da violência e da mentira para fins de dominação. Grande parte do que essa região é hoje se deve às inundações das tekohas e da expansão da lógica capitalista nesse território. Foram desterradas as comunidades originais para dar lugar a um novo tipo de sociedade. A antropologia de engajamento e a leitura de que os movimentos sociais são relevantes na busca por justiça social foram as predefinições utilizadas para localizar as dívidas sociais da região da tríplice fronteira sul.

CAPÍTULO 4 – QUE TIPO DE DÍVIDAS ENCONTRAMOS NA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL?

Neste capítulo está organizado um levantamento, que se apresenta da seguinte maneira: a dívida histórica com indígenas, negros e negras e com as vítimas diretas e indiretas da ditadura militar; dívida econômica presente nos três países; e dívidas ecológicas. Não são todos fenômenos regionais entendidos como componentes da dívida social da região que estão presentes aqui. Talvez as dívidas estructurem as desigualdades persistentes em todos os lugares e, por esse motivo, não exista uma relação de todas as dívidas sociais de fato, mas uma apresentação da maioria das demandas localizadas nos textos selecionados. O fato principal da dívida é que é com a maior parte da população dona do território e não com grandes bancos e corporações adquiridas de heranças advindas de histórico de exploração.

Sendo assim, toda demanda social pode ser considerada uma dívida da sociedade com ela mesma. Essa dívida social existe e é condicionada por diversos âmbitos; se tornará tarefa de uma equipe de pesquisa para definir os seus critérios e promover as discussões. A intenção deste trabalho de conclusão de curso é apontar alguns aspectos dessa dívida social que são percebidas pelas lentes da Antropologia. A história dos últimos 20 anos e a atualidade é o foco de interesse desse capítulo, e as dívidas são de naturezas diferentes, cabendo salientar que a cobrança da dívida social tem origem histórica e materialidade econômica, cooperando ativamente para reduzir as carências que impedem o acesso ao direito de viver dignamente.

Dívida é uma ideia que consiste em tomar algo ou aceitar algo em condição de devolver da maneira acordada, ou seja, é sobre aceitar e demandar condições. Antes de tudo, é necessário um consenso. Itaipu binacional causou danos e benefícios para as sociedades brasileira e paraguaia, e conseqüentemente, para a tríplice região sul. Nos três países, a mesma hidroelétrica possibilitou o desenvolvimento econômico e tecnológico ao mesmo tempo em que provocava a desagregação do povo Guarani. Participou, assim, de um processo colonizador comum nessa região, mas a administração pública, que deveria ser regida por técnica e ética, não se mostra ainda capaz de resolver as demandas de uma

população de uma determinada parte do território sem causar danos à outra em uma diferente parte do território?

Reivindica-se a reparação por danos aos territórios, meio ambiente e aos Ava Guarani Paranaense, especificamente, devido à dívida histórica decorrente de dispersão, perseguição e morte. Leis específicas sobre o caso versam sobre o direito natural dos povos originários. Mas nosso caso foi apenas expropriação e benefícios a alguns colonos em detrimento dos Guarani. Esse excerto é do informe do Antropólogo Jorge Servin sobre a comunidade Sauce:

La mega obra de la hidroeléctrica de Itaipu Binacional demandó una inversión de más de 15.000 millones de dólares americanos, y trajo consigo el desplazamiento compulsivo e involuntario de cerca de 600 familias indígenas de la zona, así como la inundación de unas 150.000 hectáreas de tierras de uso tradicional indígena. (Servín, 2017). Con esta obra, se desterró a 36 tekoha de los ava paranaenses y se recargó o superpobló arbitrariamente 2 comunidades indígenas ya existentes con los expulsados de la costa del Paraná (ASOCIACIÓN YVY PARANA REMBE'ÝPE APUD SERVIN apud ALMEIDA, 2021, p. 16).

Silvio Almeida defende que os usos de raça e racismo foram utilizados para desumanizar alguns lugares na hierarquia social. Assim, o racismo tem caráter sistêmico e relaciona-se invariavelmente com a segregação. As contribuições “de Charles Hamilton e Kwame Ture é decisiva [...] demonstra que o racismo é um dos modos pelo qual o Estado e as demais instituições estendem o seu poder sobre toda a sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 30), contrariando a ideia de que o racismo é uma ação restrita ao indivíduo. Uma situação histórica do tratamento dado aos povos originários de desumanização, arcaísmo e inferioridade mesma. As dívidas econômicas que arcamos nos três países ainda parece ser resquício de troca pela colonização da região. Essa colonização que foi muito mais benéfica para os imigrantes europeus e colonos do que para as pessoas sequestradas e violadas. Uma classe de pessoas foi sistematicamente beneficiada na região, ao passo que a outra foi inferiorizada.

As instituições “sustentaram e ainda sustentam a supremacia branca e seus privilégios” (ALMEIDA, 2019, p. 30). No que se refere à tríplice fronteira, as forças de segurança são também exemplares dessa supremacia. Assim como no resto do Brasil e no Paraguai e Argentina, elas dominam o território e impõem sobre as

demais pessoas a sua política de morte. A narrativa e a repressão, para o autor, são os meios que o Estado usa para que o racismo e o sexismo se imponham sobre o imaginário social. Assim como afirma no tópico sobre o racismo como um processo histórico, as histórias da tríplice fronteira sul se convergem de forma que se estabelece uma dinâmica com essas questões de exploração com as circunstâncias históricas paraguaias e argentinas.

Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo (ALMEIDA, 2019, p. 37).

As forças de segurança são os principais alçozes dessa sociedade controlada pela violência. A violência que discrimina e inferioriza é a mesma violência da diferença radical que desumaniza a ponto de negar direitos básicos. Independente da discussão sobre se os indígenas são brasileiros ou não, isto é, se assumem alguma nacionalidade, é consenso que o dever do Estado na constituição é guardar a vida. Mas uma leitura estreita do que foi coletivamente construído, a base de muita história sangrenta, é a leitura que impera no imaginário popular: as pessoas que vivem nesse território e não se identificam como portadores de alguma nacionalidade estão querendo se sobressair de alguma maneira e não deviam fazer isso por não serem valorizadas pela burguesia e pela elite, já que, essas sim, performariam a boa cultura. Essa é uma síntese do que é o fascismo brasileiro.

Quais as condições de disputa e como a dívida se expressa como política econômica do fascismo? Essa é a questão cuja resposta buscou-se na obra do marxista Agustín Cueva. O equatoriano teorizou sobre o porquê de, na América Latina, não poder haver o desenvolvimento. Para entender essa sociedade é necessário localizar onde está o controle político: o que é o imperialismo, a autoridade e a liderança sobre os demais países, o que é o capital monopolista atuando na privatização dos bens do Estado e quais setores estratégicos estão atuando da economia e continuam à mercê do interesse monopólico. Verifica-se, ainda, que o desemprego é resultante do ataque aos salários e direitos trabalhistas, que o cancelamento do bem estar social é devido ao pagamento da dívida, e que, assim, a categoria política do fascismo serve-se do modelo econômico que orienta sua hegemonia:

La forma de control político actualmente vigente en el cono sur de América Latina no es más que una modalidad específica de la dictadura terrorista que el capital monopólico implanta en determinadas circunstancias históricas. Se trata, por lo tanto, de una fórmula de dominación fascista, adaptada a la necesidad imperialista de asumir el control omnímodo de los países dependientes, con el fin de extraer de ellos la mayor cantidad posible de excedente económico (CUEVA, 1977, p. 33).

Os dois autores de tendências marxistas abordam o tema “economia” e “redução dos direitos dos trabalhadores”. Silvio Almeida entende que o racismo e a desigualdade social são pautados até por teorias econômicas da discriminação. Propõe uma visão estrutural do racismo e da economia citando Marcelo Paixão sobre os planos de atuação do racismo, sendo eles os econômicos, os direitos sociais e o plano legal. A questão é elaborada pela teoria econômica do racismo que Silvio Almeida apresenta como questão econômica estrutural:

O racismo se manifesta no campo econômico de forma objetiva, como quando as políticas econômicas estabelecem privilégios para o grupo racial dominante ou prejudicam as minorias. Um exemplo disso é a tributação. Em países como o Brasil, em que a tributação é feita primordialmente sobre salário e consumo – que pesa principalmente sobre os mais pobres e os assalariados –, em detrimento da tributação sobre patrimônio e renda, que incidiria sobre os mais ricos –, a carga tributária torna-se um fator de empobrecimento da população negra, especialmente das mulheres, visto que estas são as que recebem os menores salários [...] pois mais da metade dela incide sobre o consumo, isto é, está embutida nos preços dos bens e serviços, a consequência é que as pessoas com menor renda (por exemplo, as mulheres negras) pagam proporcionalmente mais tributos do que aquelas com renda mais elevada. [...] “Os dados indicam que as mulheres negras pagam proporcionalmente, em relação aos seus rendimentos, muito mais tributos do que os homens brancos. [...] “O racismo se manifesta no campo econômico de forma subjetiva. [...] “o racismo, de formas não propriamente econômicas, ajuda a legitimar a desigualdade, a alienação e a impotência necessárias para a estabilidade do sistema capitalista. O racismo faz com que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição “biológica” de negros e indígenas, naturalizando a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas com estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias (ALMEIDA, 2019, p. 105).

Por isso, a relação deste território com o plano político do fascismo é feita. Cueva (2013) fala de valor histórico do trabalho e de como isso é vinculado ao controle da violência. A acumulação é obtida através dos baixos salários e, para ele, isso não é restrito às áreas fascistizadas, mas nesses locais a concentração de

recursos se dava de forma acelerada. Mas o fascismo é, antes de tudo, o uso da violência em suas diversas formas. Respondendo às perguntas lançadas, a dívida é a justificativa para a dominação e uma resposta à altura pode vir de uma integração regional verdadeiramente comprometida com os interesses históricos dos herdeiros da dívida social.

Sendo a fronteira um lugar de luta e disputa, mas também de processos comuns, sob quais demandas os movimentos sociais atuam predominantemente? Fogel (2008) conclui que a fronteira é um lugar privilegiado para estudar a integração. Mesmo assim observam-se processos que dificultam a integração. A imposição e dominação expressa dos países do Norte sobre os do Sul é um problema político que tem origens e caminhos marcados pela situação colonial. A questão supracitada da IIRSA ilustra bem isso. Soberania se faz necessária, pois crises sociais se intensificaram nesta pandemia, mas o exército brasileiro e as polícias se tornaram os grandes algozes.

Em sua tese *Fronteiras e identidades*, refletindo sobre Abíznano, José Lindomar afirma que, na fronteira: “Essas relações são construídas historicamente através de diversas e combinadas frentes de expansão e ocupação territorial (agrícola, comercial, extrativista etc)” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 56). Essas construções históricas geraram um déficit social que ousadamente buscou-se começar a descrever.

4.1 DÍVIDAS HISTÓRICAS

A dívida histórica é uma concepção estrutural do processo político e do processo histórico. Temas locais e regionais foram selecionados pela temática central que é a dívida social. A partir de metodologia estrutural e sistêmica faço percursos históricos para abordar os eventos. A intenção é indicar um todo integrado num processo histórico de dano e prejuízo naturalizados e institucionalizados ao longo de décadas.

No nível de referência local, a região é estudada em *O Estado Nacional e as Políticas Desenvolvimentistas: o “cerco articulado” contra os Guarani na Tríplice*

Fronteira Sul (2015). O texto nos atualiza como o oeste do Paraná abriga os conflitos fundiários, mais especificamente no município de Guaíra.

A etnia Avá Guarani ou Ñandeva está colocada no cerne da questão. Constata-se que um cerco articulado por várias frentes impede o acesso do indígena à sua terra ancestral e o força ao deslocamento. Este lugar, segundo fontes como a Coordenação Nacional da Pastoral Indígena do Paraguai (CONAPI) e a Comissão da Verdade do Paraná, trabalhados pela antropóloga e doutora Senilde Guanaes, foi palco de “[...] estratégias militares, negociações e ações articuladas entre os governos ditatoriais dos dois países, os proprietários de terras, os empresários e as empresas colonizadoras da região” (GUANAES, 2015, p. 310).

A tríplice fronteira é lugar de diversidade cultural, e a multiculturalidade e interculturalidade dela decorrente são causadas, em parte, pelas diversas origens migratórias e também por sua singular relação com a Usina Hidrelétrica de Itaipu:

A colonização, a exploração, o capital nacional e internacional, a dependência econômica, as ditaduras militares, o agravamento da pobreza, os danos ambientais em nome do crescimento econômico, o tráfico (drogas, armas, pessoas, etc.), a corrupção nos cargos de governo e a dívida externa são algumas convergências que caracterizam estes três países, que fazem fronteiras entre si. (NEVES *et al.*, 2015, p. 74).

O que é Itaipu? Enquanto existir uma soberania política e econômica de um país sobre outro, continuaremos devendo no quesito amizade e fraternidade. A dívida de bilhões que o Brasil deve ao Paraguai é uma expressão sólida da assimetria: “Paraguai deixou de receber US\$ 75 bilhões com Itaipu entre 1985 e 2018, afirma estudo”:

Em entrevista ao Brasil de Fato, o cientista político e diretor do Centro para a Democracia, a Criatividade e a Inclusão Social (Demos), Miguel Carter, afirmou que os novos acontecimentos estão apenas na ponta de insatisfações antigas. “O acordo [de maio] foi fruto de uma longa história paraguaia e brasileira em torno de Itaipu, que é a de fazer as coisas sempre no sigilo e em que diversas partes tentam ganhar vantagem. É a longa história do Brasil acertando a pauta e a agenda, e o Paraguai ficando com medo e aceitando”, afirma. Carter foi responsável por organizar um estudo em torno da hidrelétrica que concluiu, entre outras coisas, que o Paraguai teria deixado de receber US\$ 75,4 bilhões entre 1985, ano em que a hidrelétrica passou a funcionar, e 2018. No centro da questão está

uma série de concessões feitas pelo Paraguai referentes à venda de sua energia ao Brasil (ANGELO, 2019, [sem página]).

A hidroelétrica de Itaipu é chave para entender como foi possível esse estreitamento de relações entre países que compartilham uma história tão desfavorável em relação aos povos Guarani do lugar. A documentação selecionada mostra que a eliminação do povo Guarani da sua terra foi aceita formalmente pelas instituições dos dois países apesar de comprovadas irregularidades. Segundo Guanaes (2015), as elites oriundas deste processo de remoção direcionam seu lucro e influência para desprestigiar os indígenas do lugar. Somente o latifúndio da soja e do milho merecem espaço e respeito para o agronegócio brasileiro e paraguaio. Este setor econômico se associa entre si para obter vantagens políticas no âmbito das leis e da influência na região. Inclusive, essa parcela da população, os latifundiários presentes em Guaíra, incentivam que parte dos demais moradores agridam os indígenas locais.

Esse fenômeno foi caracterizado pela pesquisadora como “cerco articulado” e foi originado do antropólogo João Pacheco de Oliveira. A autora critica o viés das políticas desenvolvimentistas que se alinham a esse tipo de exploração do território guarani, que levam à depreciação do indígena e que orientam muitas disputas e tensões para dentro da própria Tekoha. Para a antropóloga, a fortaleza dos Guarani reside no histórico de grandes dimensões de seus territórios. Através dos deslocamentos preencheram terras em Bolívia, Brasil, Argentina e Paraguai:

De acordo com o último levantamento dos povos Guarani na tríplice fronteira sul, de 2008, cerca de 100.000 pessoas vivem distribuídas em aproximadamente 500 aldeias e/ou comunidades nos três países. Se incluirmos os habitantes do litoral sudeste do Brasil, da região do Chaco no Paraguai, do noroeste da Argentina e do leste da Bolívia, os Guarani constituem uma das populações indígenas de maior presença territorial no continente sul-americano (GUANAES apud AZEVEDO *et al.*, 2015, p. 317).

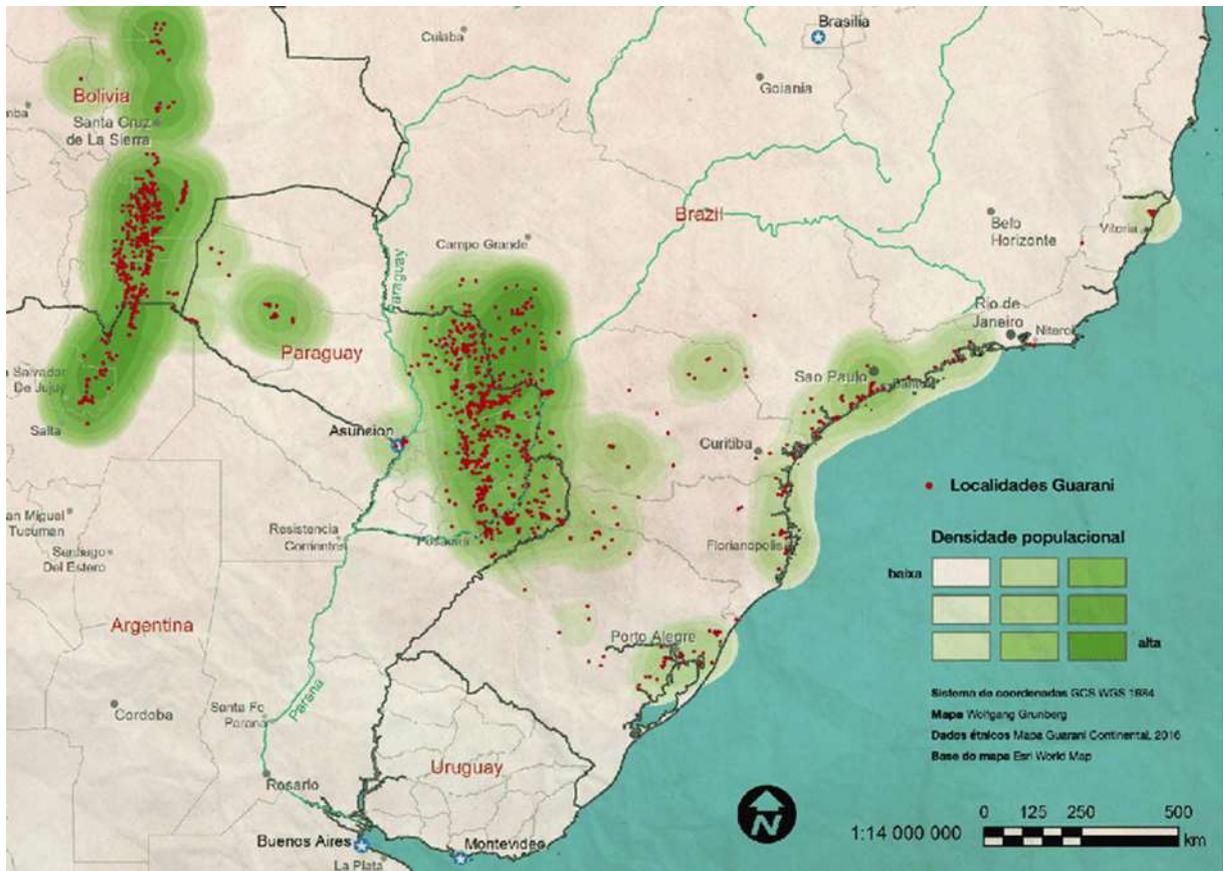
Uma interpretação possível é que a posição geográfica privilegiada de certas instituições como a Itaipu Binacional e o Parque Nacional do Iguaçu, ambos situados na porção brasileira, era também centro dos acontecimentos Avá Guarani e da sua especial relação com a água e a mata atlântica. Falta reconhecimento em ações compensatórias, mas esses grupos buscam articular suas demandas conjuntamente mesmo com diferenças na composição parental ou no lugar geográfico (GUANAES,

2015). O argumento central do texto é que mesmo com os avanços jurídicos desde a Constituição Federal de 1988, as elites agrárias e demais grupos políticos a elas relacionadas impedem sua execução. As Cataratas do Iguaçu são aqui consideradas como ponto central do território demarcado de forma disputada entre as nações que promoveram o ódio ao indígena para a exploração de suas propriedades (sentido extenso) ancestrais.

Por que os indígenas incomodam a sociedade brasileira e internacional? Por causa do seu direito histórico e inquestionável pela terra e por sua autodeterminação. A questão da terra é disputada e a reparação é demandada. Incomoda, também, por tratar-se de um lugar central de referência, uma vez que Foz do Iguaçu é palco de disputas políticas de toda sorte. A tríplice fronteira sul é terra indígena e é dessa maneira será considerada nesta contribuição. Vou valer dos conceitos utilizados por estudiosos da região para buscar atualizá-los, mas vale ressaltar que por esse caminho acredita-se que o território em questão é lugar de restrição de direitos fundamentais para os povos despossuídos. Por isso, mais adiante, busca-se refletir como o campo do direito internacional permite que essas vozes possam ser escutadas em nome de um bem coletivo mais amplo que as fronteiras dos Estados nações.

4.1.1 A Dívida Com O Povo Guarani

Figura 2 – Mapa Guarani Continental



Fonte: Equipe Mapa Guarani Continental, 2016.

Los Ava Paranaenses, de Mariblanca Barón; *AVÁ-GUARANI: a construção de Itaipu e os direitos territoriais da Escola Superior do Ministério Público da União; e Deuda Histórica De Itaipu Binacional Lado Paraguayo, Con El Pueblo Ava Guarani Paranaense. Exigencias De Reparación Por Destierro Y Etnocidio*, da Asociación Yvy Parana Rembe'ýpe são as obras – e seus respectivos autores – que documentam o caráter de dívida histórica com os povos originários da região. A cultura está relacionada ao tekoha, que é o meio do bem-estar, e, na medida em que ele é retirado, nesse meio se promove o etnocídio. Itaipu Binacional não reparou os danos causados da maciça presença brasileira nos territórios, a expulsão forçada, o destierro entre outras situações. A polarização entre os que possuem a terra e os povos originários deriva da falta de respeito da Itaipu até mesmo com os limites da lei.

Pese a las recomendaciones específicas de los expertos en el tema, la entidad Binacional Itaipu no ha cumplido con esta deuda social, cultural y ambiental de restitución en favor de los indígenas. Esa deuda histórica es una como una herida sin cicatrizar en la vida de los indígenas, autodenominados henda'va, los que no tienen lugar. (ASOCIACIÓN YVY PARANA REMBE'YPE, apud SERVÍN, 2021, p. 61).

A dívida histórica com os povos originários integra um dos eixos da dívida social localizada aqui na região. Desde a reivindicação de territórios, devido a problemas ambientais e sociais causados pela ocupação aterradora, até as demandas por reconhecimento das contribuições materiais e imateriais para a humanidade: “a falta de floresta traz consigo carências alimentares dificultam as práticas religiosas, impossibilita a sustentabilidade e provoca enfraquecimento cultural; o abandono da medicina tradicional traz graves consequências para sua saúde” (EMGC, 2016, p. 24). Além do quê, a comissão Yvy Parana Rembe'ýpe constata que a responsabilidade sobre os atos criminosos é dos Estados Nacionais Brasil e Paraguai:

Expulsión sin consentimiento, traslado forzoso, usurpación del territorio y destrucción del tekoha tradicional, reubicación negligente destrozando los lazos comunitarios, con sobrecarga de espacios comunitarios ya existentes y generación de conflictos internos de gobernanza comunitaria, incertidumbre, desolación, hambre, enfermedades, tristeza y muertes, son algunos de los hechos que vivieron los Ava Guarani paranaenses en su destierro forzado por Itaipu en los años 70 y el consecuente acto de etnocidio, exterminio de una cultura, responsabilidad que recae en los Estados miembros fundadores de la entidad binacional, la que se encargó de su ejecución (ASOCIACIÓN YVY PARANA REMBE'YPE, 2021, p. 18).

A escola também é um ponto de inflexão: “a escola mais colabora com a fragilização do sistema em vez de favorecê-lo, ao não lhes dar espaços de participação na elaboração dos Planos de Ensino que efetivamente contemplem metodologias e conteúdo de acordo com a visão guarani-mbyá, que é a sua” (EMGC, 2016, p. 25). Assim como Silvio Almeida: “O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2019, p. 41).

O racismo e xenofobia marcam presença no cotidiano da região: “É notória a diferença entre os três municípios, o que torna esta relação bem problemática, com

grande xenofobia por parte de brasileiros e argentinos contra os paraguaios, com o estigma da pobreza e criminalidade” (NEVES *et al.*, 2015, p. 77). A Argentina, assim como o Brasil, possui legislação especial com relação a sua dívida histórica. Com relação aos indígenas, as localidades de Salta, Jujuy e Misiones, são os lugares de maior presença de comunidades Guarani. Na Argentina, a população guarani supera os 10.000 habitantes e são a maior etnia. “No entanto, observamos que as políticas de reconhecimento não têm dado lugar, ainda, a políticas de garantia efetiva de direitos” (EMGC, 2016, p. 20.). Anny Ocoró Loango, doutora em ciências sociais, ao refletir sobre a realidade escolar na Argentina critica o apagamento das contribuições e resistências negras e indígenas:

La historia escolar fue un medio muy poderoso que sirvió para promover la idea de la supremacía racial y para reproducir la dominación cultural hacia estos grupos. Los manuales escolares no han sido neutros; muy por el contrario, han propuesto una lectura eurocéntrica de las sociedades latinoamericanas, ayudando a sostener el epistemicidio de los saberes, relatos e historias de los grupos subalternos (LOANGO, 2015, p. 142-143).

4.1.2 A Dívida Com Os Povos Pretos E Pardos

Considerando o aspecto estrutural do racismo, estendemos para essa região as tendências dos países diretamente envolvidos. As questões relacionadas ao trabalho precário e a taxa de homicídios, as pessoas pretas e partas – em maioria, afrodescendentes presentes na região – são as mais afetadas pelos cortes nos gastos sociais. Para Denise Ferreira (2020 apud CANAL COMUNICA, 2020),¹⁸ a distinção racial é moral e ética, opera na lei e na economia. Por esse motivo, o racismo relaciona-se à austeridade fiscal (FERREIRA, 2020 apud CANAL COMUNICA, 2020). Negridades, populações negras, mestiças e indígenas no Brasil são perseguidas. Ferreira (2020 apud CANAL COMUNICA, 2020) afirma ainda sobre a ELIMINAÇÃO do contingente populacional em excesso pela milícia, polícia e tráfico de drogas. Também através do controle dos territórios urbanos controla-se a população. A autora cita Foucault ao dizer que o Estado não está centrado seu papel "biopolítico" de prover a necessidade cotidiana das pessoas, mas administra seu papel jurídico-político, que zela por sua manutenção. Ela não somente critica a

¹⁸ Ela é diretora do The Social Justice Institute.

presença violenta do Estado, mas também faz correlação com a sua ausência seletiva em contextos de conflitos internos, com indiferença e falta de ação:

Chama-se por austeridade fiscal o corte das fontes de financiamento dos direitos sociais a fim de transferir parte do orçamento público para o setor financeiro privado por meio dos juros da dívida pública. Em nome de uma pretensa “responsabilidade fiscal”, segue-se a onda de privatizações, precarização do trabalho e desregulamentação de setores da economia” [...] associação entre parte dos proprietários dos meios de comunicação de massa e o capital financeiro: o discurso ideológico do empreendedorismo – que, na maioria das vezes, serve para legitimar o desmonte da rede de proteção social de trabalhadoras e trabalhadores –, da meritocracia, do fim do emprego e da liberdade econômica como liberdade política são diuturnamente martelados nos telejornais e até nos programas de entretenimento. Ao mesmo tempo, naturaliza-se a figura do inimigo, do bandido que ameaça a integração social, distraindo a sociedade que, amedrontada pelos programas policiais (ALMEIDA, 2019, p. 126).

Silvio Almeida, ao relacionar a crise com o racismo, indica que as decisões políticas não envolvem a decisão popular. Um exemplo são os trabalhadores, que são diretamente afetados pelos cortes dos direitos sociais devido à falta da compreensão do racismo enquanto um fundamento da dominação. Assim, expoentes do movimento negro brasileiro têm repensado as narrativas que estão em disputa. Uma situação específica da educação será apresentada nos próximos parágrafos.

Um dos desafios para a popularização das leis 10.639/03 e 11.645/08 é atender a necessidade de formação intelectual partindo do pressuposto que o saber acadêmico é colonizado.¹⁹ No entanto, as ações afirmativas tomam dimensões que transcendem a academia. A “identidade” é o conceito que define a expressão; ela é autodeclarada e também depende da noção de pertencimento e reconhecimento. É individual e coletiva. O fortalecimento de coletivos e indivíduos historicamente ocultados é uma demanda reconhecida pelo Estado pelo menos desde a última Constituição Federal. Suas complexidades vão além da definição conceitual acadêmica porque *esta* a afeta também, caracterizando-a. Por outro lado, ela não é absoluta como mostra o correr do tempo e da geografia. Indivíduos carregam identidades múltiplas e multiformes.

¹⁹ Reflexões propostas pela Professora Angela Souza na disciplina “Relações Étnico-Raciais e Educação: Temáticas afro-brasileira e indígena no currículo escolar”.

Os fatos históricos das inter-relações entre iguais e diferentes identidades vão influenciar o contexto social, político, econômico e familiar. De algum modo, todas as áreas da vida das pessoas estão envolvidas, como é o caso da diáspora africana decorrente do fluxo escravocrata no Atlântico. Resultou numa narrativa que, não o faz popularmente, mas deveria evidenciar o rapto e a escravização de pessoas que tinham suas lógicas negadas pelo etnocentrismo europeu que retirava do outro a mesma capacidade de humanidade. Isso determina a história do continente que, ao longo do tempo de colonização, se tornou terra afro-latino-americana. A reparação histórica, social e cultural se faz necessária porque a luta é herdada, mas mais que lutar, os que descendem dos milhões de africanos da África ocidental, centro-ocidental e austral querem reconhecimento das diversas contribuições nos vários aspectos da vida, contribuições essas linguísticas, culturais, religiosas e intelectuais.

A temática indígena vai se articular com a africana por conta do *modus operandi* do colonialismo. Estes, também incivilizados, não foram totalmente assimilados, diferente do que Darci Ribeiro previa, pela lógica da supremacia branca europeia. É desafiante não generalizar todos esses povos, pois foi assim que foram construídos no imaginário popular. Só é possível fazê-lo partindo do princípio de que as ações colonizadoras se baseiam na supremacia e na autoridade sobre o outro. Esse outro, historicamente, não tem lugar de fala e só ocupa o lugar do objeto, do apontado, e foi registrado conforme as capacidades limitadas de quem não ocupava seu lugar no mundo. É a disputa pela narrativa que protagoniza as políticas públicas de ações afirmativas. É para gerar suas próprias concepções, na sua própria língua, usando o corpo (marcado pelas representações históricas) para defender-se da violência epistêmica e prática dos Estados.

É oportuno citar a questão etnicidade/identidade indígena: cunhada na generalização do indígena, atribui autenticidade àquele que mais ocupa as características da categoria histórica. Se a História é basilar do estudo antropológico, o mito da democracia racial deve ser citado devido ao fato de que uma especificidade do racismo e da exclusão no Brasil deve-se às teorias acadêmicas do começo do século passado que defendiam uma mistura harmoniosa de negros, brancos e indígenas. Desmistificar essa teoria é escancarar que a miscigenação forçada buscava promover o branqueamento da população.

Características indesejáveis foram historicamente atribuídas a negras, negros e indígenas.

Por isso a crítica a essa lógica é necessária para desconstruir identidades estigmatizadas mostrando como a negação da identidade afetou o reconhecimento dos direitos sociais. As leis têm capacidade de revolucionar o plano simbólico enquanto a constituição for contrato social. A Constituição Federal de 1988 comprova que o Estado é pluriétnico e multicultural. Para Aníbal Quijano (2005), a colonialidade do poder é a geopolítica dominante que classificou racialmente a população mundial colocando no lugar de inferior as raças colonizadas pela perspectiva de conhecimento chamada eurocêntrica:

Não obstante, foi decisivo para o processo de modernidade que o centro hegemônico desse mundo estivesse localizado na zona centro-norte da Europa Ocidental. Isso ajuda a explicar por que o centro de elaboração intelectual desse processo se localizará também ali, e por que essa versão foi a que ganhou a hegemonia mundial. Ajuda igualmente a explicar por que a colonialidade do poder desempenhará um papel de primeira ordem nessa elaboração eurocêntrica da modernidade. Este último não é muito difícil de perceber se se leva em consideração o que já foi demonstrado antes, o modo como a colonialidade do poder está vinculado com a concentração na Europa do capital, dos assalariados, do mercado de capital, enfim, da sociedade e da cultura associadas a essas determinações. Nesse sentido, a modernidade foi também colonial desde seu ponto de partida. Mas ajuda também a entender por que foi na Europa muito mais direto e imediato o impacto do processo mundial de modernização (QUIJANO, 2005, p. 125).

Em 2004, o parecer em que atua como relatora e conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva propõe políticas de reparação para combate ao racismo no campo curricular. Notória importância é dada ao reconhecimento, reparações e valorização das estratégias articuladas localmente a fim de promover mais equidade:

[...] danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (GONÇALVES; SILVA, 2006, p. 231-232).

A doutora em educação afirma que é papel do Estado cumprir o artigo 5º da Constituição Federal, garantindo o acesso à educação, e que: “Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira”. Acrescenta:

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas [...] Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de antepassados seus terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, freqüentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação (GONÇALVES; SILVA, 2006, p. 232-233).

Não só a conscientização dos docentes acerca da relevância da implementação da lei, mas do mundo inteiro, a escola é espaço privilegiado de inclusão, reconhecimento e combate às relações preconceituosas e discriminatórias, mas também pesquisas na área da educação e das relações étnico-raciais são necessárias. Para o intelectual martinicano Frantz Fanon, é necessário tencionar o presente e ser da ação: “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” (FANON, 2008, p. 191). Interseccionalizar as lutas trocando conhecimento entre pensadores negros e indígenas foi a proposta do evento *Racismo e antirracismo: o caso dos povos indígenas no Brasil* (CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS DA UFRB, 2021) que aconteceu entre 14 e 16 de maio de 2018 no recôncavo baiano, por exemplo.

4.1.3 A Dívida Com As Vítimas Da Ditadura Militar

A fronteira foi um lugar especialmente maligno para os ditos “subversivos”, isto é, a parte do grande grupo dos vulnerados pela ditadura empresarial-militar. Demonstra como o Estado, articulado ao poder do capitalismo, promove a estrutura

de manutenção dos privilégios, indo contra qualquer processo revolucionário. O relato de Aluísio Palmar é tomado por preocupação devido ao notório apagamento na história oficial.

Palmar foi escolhido para relatar, para além da indicação da orientadora, por ser um ator social sempre presente na história política da região. Tendo sua trajetória política ligada ao PCB, também foi líder estudantil, participou da militância universitária. Ele coordenava o plano de alfabetização na baixada fluminense com o programa Paulo Freire para alfabetizar 10 milhões de pessoas. Com o golpe, o plano foi dissolvido pelo novo governo e seus participantes foram indiciados e perseguidos acusados de participarem de um ato considerado “perigoso”. Depois restou reorganizar as bases que foram dissolvidas quando foi instalado o terror. Aluísio afirma que fez resistência em passeata, comício, ocupação e panfletagem, mas que em meados da década de 1960 se tornou perigoso sair às ruas e se manifestar.

Com o AI-5, Palmar caiu na clandestinidade, mudou de nome, teve um irmão preso e sua família foi perseguida. Chegou em 1967 em Foz do Iguaçu e fez resistência no campo se envolvendo nos conflitos. Em 4 de abril de 1969, foi preso e torturado com choque elétrico e afogamento e, posteriormente, enviado para Curitiba, onde acometeram-lhe mais torturas no DOPS. Enviado para o Rio de Janeiro, foi preso no nacional da marinha e submetido a novas torturas, agora na Ilha das Flores, na baía de Guanabara. No julgamento em 1971, foi trocado junto com outros companheiros e passou um ano no Chile. Depois, retornou após decorridos os 8 anos na clandestinidade, mais precisamente no dia 24 de março de 1979. Com a anistia, voltou para Foz do Iguaçu com sua família e editou o jornal *Nosso Tempo* por 15 anos. Até pouco tempo atrás, era presidente do CDH e foi condecorado com a Medalha Chico Mendes pelo grupo Tortura Nunca Mais no Rio de Janeiro. A seguir, relato de Aluísio Palmar realizado em 9 de agosto de 2021:

Sem memória histórica, necessário trabalho. Comissão da verdade começou com os familiares e depois os de direitos humanos. Graves violações. Que deu origem a CNV. Falta de documento de exército e marinha, aeronáutica liberou mais alguma coisa. Antes da CNV, os participantes de familiares, e amigos entraram em demanda ministério da justiça para abrir arquivos da polícia federal. A.P credenciado vasculhou o arquivo da PF de foz do arquivo e encontrou um arquivo completo que não poderia tirar foto e anotou 25 cadernos e encontrou a memória de Foz do Iguaçu escondida

debaixo do tapete. Foi enviado a Brasília, mas uma parte do arquivo desapareceu, a outra parte pode ser acessada pelo arquivo nacional. Outra parte no site Documentos Revelados. Graves violações na construção de Itaipu. A cidade faz questão de não lembrar do coronel prefeito ligado ao Médici. Comandante do batalhão fascista na época de 1970 e 1980. Até 1988. Quando teve o jornal Nosso Tempo, ele sofreu pressão. Na sede do jornal iniciou movimentos indígenas, e comunidades nordestinas enxotadas pelos gaúchos, que proibiram a estátua de padre Cícero no Boyci.²⁰

A polícia militar e outras instituições de segurança continuam agindo contra os direitos humanos. A ostensiva força de segurança da região é tema no noticiário. É evidente que orçamento direcionado contra as drogas faz daqui um local especial. O caso da repressão no zoológico e a necessidade de segurança pública não fascista serão representados pela análise de conteúdo da apresentação de notícia da emissora de televisão RPC, no jornal RPC meio-dia, de 14 de junho de 2019 (PORTAL G1, 2019). Minha interpretação é possível ao analisar um programa de televisão com conteúdo de cobertura da ação policial frente a uma manifestação. Observação de seleção de fotos de uma reportagem de televisão: a análise é de um evento em a ação policial frente à manifestação é ostensiva. Nela, estão presentes nas imagens uma repórter; ancora; manifestantes; estudantes; condutores/motoristas; ciclista; policiais (polícia militar do Paraná, polícia civil, Guarda municipal e o choque); público; professor preso; pessoa ferida. Os locais do evento são internet; Set gravação; TTU (terminal de transporte urbano); Foz do Iguaçu; bosque guarani; descampado (ao lado do TTU); ruas da passeata.

Se tudo pode ser um texto, fotos e vídeos de eventos e atividades podem ser analisados e interpretados. Os principais acontecimentos narrados foram: começaram às sete horas da manhã os protestos contra a reforma da previdência e contra os cortes na educação (a nível nacional). A marcha aconteceu às dez horas da manhã. A Repórter Bruna fala de impedimento e tumulto na saída do TTU. Antes com apenas um lado fechado agora volta com “duas barreiras de manifestantes”. Um motorista tenta sair, mas antes estavam dando ré para sair pela outra parte do TTU. Os manifestantes fazem uma barreira, o repórter fala que os estudantes a organizaram em cinco minutos. Repórter reitera que foram manifestantes que

²⁰ Relato de Aluizio Palmar concedido à autora deste trabalho em 09 de agosto de 2021.

obstruíram a passagem dos motoristas (impedindo a saída por essa via) e que não foram os condutores que pararam por vontade própria.

A polícia teve que “entrar em confronto para dispersar alguns dos manifestantes que estavam impedindo a passagem dos ônibus, a saída, né, dos ônibus aqui do terminal urbano de Foz do Iguaçu”. Reforça nesse momento que eram os estudantes que estavam impedindo a passagem. A polícia prende um ciclista que supostamente estaria obstruindo a passagem e discutindo a ação policial. Repórter reclama do gás e âncora afirma que ela deve respirar. Recebe a informação de que o ciclista não é estudante, mas um professor. Começa uma discussão entre policiais e manifestantes. Repórter afirma que manifestantes disseram que não houve diálogo da polícia em solicitação de que saísse da via e fala que isso culminou nesse pequeno conflito.

O âncora seguiu reiterando a obstrução e a polícia foi agindo em função da liberação das vias usando gás lacrimogêneo e a própria força policial. São três viaturas polícia militar e uma da guarda municipal, de acordo com a repórter. Nessa altura, ela fala de uma normalização e repete que o TTU não parou por decisão própria. Nesse momento, o âncora fala da ação sobre o emprego de balas de borracha. Orienta a repórter a verificar a normalização do funcionamento do TTU. Mais uma confusão em que a repórter fala que os envolvidos são estudantes. A repórter fala de clima tenso decorrente de “discussão” entre manifestantes e policiais. A discussão relacionada ao tema da prisão do professor da rede estadual de ensino. Logo após, a repórter orienta ao público que não vá para essa região por conta da tensão.

A polícia recomeça a lançar bombas de gás lacrimogêneo. A repórter anuncia a chegada de mais uma viatura da polícia militar: Palavras da repórter: “tentar conter alguns manifestantes” (PORTAL G1, 2019). Seguindo em direção a um grupo de manifestantes que está ali, logo em cima, na esquina do bosque Guarani. A repórter anuncia a chegada de mais policias: militar, choque e municipal. Repórter fala que a situação está bem tensa e que muitos manifestantes resistem e permanecem no local. Fala, ainda, que se percebe que o bosque Guarani não tem mais manifestantes. O âncora afirma que polícia continua dispersando para reaver a

normalidade. Do lado de fora do zoológico, a repórter afirma perceber que os manifestantes se dispersaram e que não estão mais no bosque.

Mesmo assim, a repórter fala que percebe a chegada de mais policiais. Pede que as pessoas não passem de carro pelo local por conta da situação intensa. Ela reforça mais uma vez que o transporte público não paralisou e que os ônibus estão circulando. Nesse momento, veicula a notícia com o nome do professor preso e o colégio onde trabalha no *set* de filmagem. No começo dessa cena, o âncora pergunta se aconteceu alguma coisa, ao que a repórter informa que uma pessoa foi ferida durante o confronto com a polícia e que, segundo os manifestantes, ela não fazia parte da manifestação. Fala de confronto entre polícia e manifestantes. A repórter pede desculpa por qualquer engano por conta de estar trabalhando ao vivo e a âncora encerra o programa dando a informação extra de que o professor antes preso é ministra a disciplina de história. Encerra o programa Meio-dia Paraná agradecendo a audiência e o carinho. Afirma também que em seu programa a notícia “se vê primeiro” e “ao vivo”.

A análise interpretativa sobre os acontecimentos revela a observável ação ofensiva da polícia, que é contra as manifestações pró-direitos civis e da pessoa humana. No acervo de imagens capturadas de vídeo da reportagem observa-se a predominância da intervenção policial nas ações em comparação com as ações de manifestação. Em ordem decrescente de atenção, nas imagens feitas na reportagem, aparecem os usuários do TTU, o ciclista/professor preso, a repórter e o âncora. A ação da polícia desproporcional à ação civil é veiculada na internet e na televisão ao vivo. Observa-se a prática da necropolítica que está representada materialmente pela presença de armamento ostensivo e das variadas categorias da polícia. Esta tem, também, a presença destacada na manchete e em imagens de um programa televisivo que está noticiando o tema da atuação local frente às manifestações que aconteciam a nível nacional.

Nesse mesmo país, com um panorama de forte violência policial, um grupo autodenominado “policiais antifascistas” se organizam e atuam na região e em quase todo Brasil. Possuem um manifesto que foi elaborado em 2017, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 28 e 29 de setembro, no I Seminário Nacional dos Policiais

Antifascismo, na sede da OAB-RJ. Esse manifesto tem 7 princípios, sendo o primeiro deles transcrito a seguir:

O fascismo é um modo de vida, que se manifesta como reação violenta de ódio às diferenças. Ele aponta a guerra, as armas e o sistema penal como solução para problemas sociais, esvaziando as ações políticas que efetivamente podem realizar transformações sociais. O Movimento Policiais Antifascismo se coloca, neste momento histórico de crescimento do autoritarismo no Brasil, como uma força viva contra estas manifestações, na perspectiva da construção de uma política de segurança pública democrática e pautada na garantia dos direitos humanos para todos (MANIFESTO POLICIAIS ANTIFASCISTAS, 2018, [sem página]).

A luta antifascista hoje no Brasil e no mundo tem representado um campo de resistência muito grande a um projeto de intolerância, de extermínio de setores da nossa população e visando a garantia da saúde e da prosperidade do restante. Seja no extermínio de refugiados na Europa ou no extermínio de palestinos pobres e na Faixa de Gaza. Há ainda o projeto que temos aqui no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro, de extermínio de parte significativa da nossa população negra, pobre, favelada e periférica.

Dar prioridade para o pagamento da dívida e não ao bem-estar da população leva a insatisfação revelada nas manifestações públicas de rua que têm sua finalização feita através da repressão. Também é mote do manifesto da polícia antifascista a opinião contrária às reformas que pioram a vida da população. Como o movimento de policiais antifascistas pode colaborar a sanar com a dívida social da população brasileira? Um sistema de justiça antirracista deveria ter a dívida histórica e o racismo estrutural como focos. Mesmo na Grande Guerra contra o Paraguai os escravizados no Brasil eram levados a campo de batalha no lugar dos homens brancos.

4.2 DÍVIDAS ECONÔMICAS

Por mais ilegal, imoral, ilegítima e fraudulenta que seja declarada, a dívida externa está continuamente transferindo gigantescas somas de recursos econômicos para os setores mais ricos. A dívida pública pouco interessa à grande mídia e, no entanto, é inversamente proporcional à dívida social que ela noticia diariamente sobre manchetes de desigualdade social. Mesmo tendo em visto que

metade do orçamento nacional está à serviço da dívida, na maioria dos casos, segundo Fattorelli (2009), trata-se de algo meramente contábil, um jogo de juros sobre juros. A desnacionalização da economia, o empobrecimento da população trabalhadora, o enfraquecimento do Estado forte e a centralização do capital são aspectos da acumulação proveniente da espoliação. As dívidas públicas dos três países ensejam efetiva auditoria.

Houve um plebiscito brasileiro da dívida pública nos anos 2000 no Brasil e a resposta foi favorável para que os recursos fossem utilizados integralmente para os investimentos sociais. Desde então, a Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação coordenada por Maria Lúcia Fattorelli que mobiliza a ação popular. O material escrito a seguir é uma transcrição de um encontro televisionado no programa Entre Vistas da televisão dos trabalhadores (TVT).

Quando questionada pelo apresentador Juca Kfourri sobre a dívida interna, explica que o Tesouro Nacional lança títulos, um documento onde consta um valor, e o tesouro se compromete a devolver aquele título com juros. O Tesouro emite, e então o Banco Central leiloeira só para os *dealers* (12 instituições financeiras que participam). A especialista afirma que os bancos mandam no Brasil porque a taxa básica de juros ao ano 6% é abusiva, assim como juros de cartão de crédito de 400% ao ano. Compara com o resto do mundo, que tem a taxa 0 ou negativa. Os *dealers* não compram quando as taxas não sobem. Resulta, então, que se torna uma opção do governo brasileiro. Quando questionada se a compra de títulos é para investimento, exemplifica com a dívida interna do Japão, em que os títulos comprometem 200% do PIB, mas usam a dívida para fazer investimento social, em ciência e tecnologia e obras. Para ela, dívida externa e interna é dívida pública, devido à globalização, e ser interna ou externa não interfere no caráter público.

A dívida no Brasil é um grande negócio financeiro usado para a remuneração de sobra de caixa dos bancos. Este é o dinheiro de toda população, inclusive empresas, que está depositado nos bancos. Depois da reserva da parte compulsória, que dá a segurança ao sistema bancário, o que sobra poderia ser emprestado para empresas que precisam de capital de giro e que precisam ter acesso ao dinheiro para movimentar a economia. No Brasil, para emprestar esse dinheiro que sobra, os bancos pressionam por taxas abusivas. No Brasil, a troca de

títulos por sobra de caixa pode durar de dias a semanas. O banco recebe remuneração diária. Gera a montanha de dívida de um trilhão e 420 bilhões. Dívida que está em títulos que estão remunerando essa sobra de caixa dos bancos.

Rosana de Souza Fernandes, secretária adjunta de combate ao racismo da Central Única de Trabalhadores questiona a relação das finanças públicas com a vida das pessoas. Fattorelli responde que todo ano cerca de 40% do orçamento vai a serviço da dívida para pagar juros e amortizações, mas que a maior parte é juros da dívida. A dívida tem servido como “desculpa” para a privatização em todos os governos, para os cortes no orçamento previdenciário, o ajuste fiscal – que é o corte nas áreas de funcionamento fiscal e serviços à população – estando no centro do modelo de economia que concentra renda e impede nossa economia de desenvolver bem.

A investigação da dívida indica que houve vários ciclos de investimentos. Em 1930, Vargas fez a auditoria para buscar o documento que respaldava a dívida. Apenas 40% da dívida estava respaldada. Houve desenvolvimento socioeconômico impressionante, apesar de suas contradições. O novo ciclo da dívida que vivemos até hoje começa com o golpe 1964. Desde então a dívida vem crescendo como dívida externa, principalmente com os bancos internacionais, bancos maiores credores da dívida externa e interna. Mas foi apenas na década de 80 que houve aumento brutal por parte dos bancos que aumentaram a taxa de juros para 20% ao ano, que antes era 5% ao ano.

Ninguém reclamou, e grande dívida foi consolidada. Apesar de várias empresas privadas, Estados, setor público e empresas públicas deverem, virou uma dívida à cargo do Banco Central. O Banco Central virou o único devedor junto aos credores internacionais. A dívida foi transformada em acordos que continuam sendo pagos. Em 1992, a dívida teria sido prescrita. Em 1994, virou novos títulos da dívida externa em Luxemburgo, chamados títulos *braid* – títulos podres, por serem aceitos como pagamento de uma dívida nula, foram aprovados pelo Brasil como pagamento de empresas privatizadas. Metade da Valle do Rio Doce foi paga com esses títulos. Não poderiam ser permitidos pelo governo da época e outra parte foi transformada em dívida interna. Na época do plano real, e como desculpa para controlar a inflação, esses títulos pagavam juros de quase 50% ao ano. Por isso devemos tanto,

porque não tem transparência. Explica ainda que a dívida todo mundo respeita, mas a dívida pública não tem a ver com a dívida no campo pessoal. A dívida transfere recursos para sistema financeiro.

Quando questionada do porquê a auditoria não ganhou corpo, principalmente nos governos populares, explica que o Banco Central do governo de Luís Inácio Lula da Silva foi chefiado por Henrique Meireles. Um banqueiro que aprofundou esse sistema de sobre de bancos. Ela afirma que quem ganha é o sistema financeiro, grandes bancos e grandes empresários. Empresas pequenas e médias perdem e a população também. Se não fosse o esquema da dívida, os juros cairiam e teríamos mais possibilidades como outros países.

A entrevistada diz, ainda, que o mercado financeiro é que “manda no mundo”. Fala do BIS (Banco de Compensações Internacionais) como o Banco Central dos Bancos Centrais, uma instituição privada que manda no mundo. Explica que as polarizações da sociedade agradam esta instituição. Explica como toda a discussão sobre a reforma da previdência é desnecessária e que ali não residem os problemas das finanças do Brasil, e que, inclusive, que esses problemas é que residem na dívida pública. Quando questionada do porquê a mídia se posiciona a favor da reforma da previdência, explica que a mídia é feita de empresas dependentes do mercado financeiro e que este controla e adquire grandes veículos de comunicação. Afirma que o poder financeiro subsidia campanhas eleitorais e a grande mídia através de corrupção, sendo, assim, um corruptor.

A representante da CUT alerta que a culpa é atribuída ao trabalhador por dizer que colocando cinco anos a mais vai contribuir e, assim, o problema da previdência seria amenizado. Previdência é um sistema de seguridade social que está para além da aposentadoria. Afirma a dificuldade de colocar questões como essas no debate de trabalhadoras e trabalhadores, e questiona como essa classe poderia incorporar esse debate. A seguir, é perguntada sobre o medo da especialista em tratar desse tema.

A auditoria cidadã reúne milhares de pessoas e Maria Lúcia as coordena. Diz que não tem medo porque são as pessoas que matam é que precisam ter medo. Adiciona que “elas mandam no mundo” e “compram muitas coisas”. Levam a

desigualdade e extrema pobreza, encurralando nosso povo. Menciona que o discurso oficial do Brasil pode até colocar que o BIS não deve mandar no território, mas que, na prática, ele só irá parar mandar quando tivermos um governo soberano e popular. A sociedade deve empoderar-se dos conhecimentos para realizar a mudança, pois o Brasil tem todos os recursos para ser autônomo em abundância. Afirma que a tarefa é difundir e que o Brasil deveria investir mais em ciência e tecnologia. Mas para Fattorelli o que está no plano do mercado é continuar avançando.

Quando questionada sobre os efeitos dos cortes nos direitos, como a privatização de creches e cortes de ônibus, afirma que a relação é direta porque esse sistema produz escassez. Menciona que “não há dinheiro para nada” porque, o dinheiro, que devia estar gerando melhoria, está levando trilhões para os bancos. Utiliza a expressão “cenário de escassez e farsa” e enfatiza a ideia de cenário. Adiciona que ele pode ser modificado porque nossa realidade atrás do cenário é de extrema abundância, de riquezas naturais e de mais de 4 trilhões de reais, com uma reserva internacional de mais de um 1 trilhão e meio. Afirma que nos governos federais anteriores não se aconselhava utilizar essas reservas para investir, mas que no governo atual existem gastos e leilão das reservas externas. Fala de um uso abusivo do sistema financeiro cambial e exemplifica com *swaps*: trocas financeiras baseadas em contratos com condições que podem ser alteradas posteriormente. Critica, ainda, o dinheiro parado e o Brasil na inanição, pois quando se para de remunerar, esse dinheiro fica parado na gaveta dos bancos. Eles, os banqueiros, não querem seu dinheiro parado, mas emprestando. Com esse dinheiro nos bancos eles teriam que baixar os juros para emprestar com atrativos.

Maria Lúcia dedica a vida à uma auditoria da dívida pública e acredita nisso. É administradora e contadora. Diz que a contabilidade é a solução, que a ciência econômica passa por um grande fracasso já que a riqueza é concentrada em 1% da população. Quando questionada sobre os principais desafios da compreensão sobre a realidade financeiras do país, ela nos alerta que precisamos das instituições articuladas, como os sindicatos e jornalistas, por serem formadores de opinião, assim como os professores. Mostrar para as pessoas que somos um país de abundância e que temos riquezas naturais e também riqueza financeira.

O conjunto de reformas pelos quais o Brasil passa serve para a redução do Estado. Fattorelli defende que os ricos passem a pagar impostos através da distribuição de lucro e Imposto sobre Grandes Fortunas, assim como sobre certos veículos automotores. E nada disso consta no conjunto de reformas. Acredita, ainda, que a crise foi fabricada pela política monetária do Banco Central, principalmente pelo mecanismo de remuneração das sobras de caixa dos bancos, produzindo escassez de recursos e elevando os juros de mercado para 200% ao ano, o que levou pequenas e médias indústrias à falência e gerou uma crise que tinha origem na política monetária. Essa crise fabricada beneficiou-se, e, ainda em 2019, continuava se beneficiando com políticas como a do teto de gastos, que inclusive tirou do próprio teto de gastos o pagamento da dívida pública.

4.3 DÍVIDAS ECOLÓGICAS

O colonialismo europeu português e espanhol matou, explorou e destruiu, material e culturalmente, mas o neocolonialismo atual é mais agressivo (EMGC, 2016, p. 13). A geração do componente dívida ambiental:

Como efeito cumulativo do avanço as frentes de expansão, as terras de ocupação tradicional guarani foram gradativamente expropriadas, as matas derrubadas e os indígenas relegados à condição de mão-de-obra barata, similar à escravidão. O desmatamento comprometeu a biodiversidade, substituindo as matas, capoeiras e campos pelas monoculturas (EMGC, 2016, p. 33).

A expansão dos mercados e o avanço do agronegócio, o desrespeito à natureza e a extração de riquezas continuam normalizando a dependência e a colonização. Há, ainda, os incêndios criminosos e as questões fundiárias, como a estrangeirização das terras. No Paraguai, uma demanda da região que talvez já seja realidade é a integração. Para Ramon Fogel, as atividades que impossibilitam a integração vistas do Paraguai seriam: contrabando, expansão dos sojeiros brasileiros, controle por parte de atores fora da região da biodiversidade, atores de fora também hostilizam a comunidade islâmica local (FOGEL, 2008).

Sobre o controle da terra feita pelos sojeiros e os embates etnoculturais na região, o autor afirma que são diferentes do trabalho comercial transfronteiriço porque não integram paraguaios e brasileiros. Ao mesmo tempo, impulsionam a

junção de forças entre os setores campestres dos três países e deslocam campestres empobrecidos até Ciudad del Este e outros centros urbanos. Para o autor, a diferenciação socioeconômica entre os campestres paraguaios e os empresários sojeiros brasileiros prósperos coincidem com o diferencial etnocultural. A expansão do cultivo leva à expulsão de famílias camponesas e conflitos pelo uso de agrotóxicos (FOGEL, 2008).

O autor afirma que a expansão da soja na região relaciona-se com a acentuação do empobrecimento e a assimetria entre os países leva à segmentação dentro do país. Afirma, portanto, que há uma brasileirização da fronteira, perceptível no controle das exportações, e que os efeitos da expansão não se tratam apenas da produção, mas das relações socioeconômicas de um modelo produtivo que gera um território dentro de outro território e que bloqueia o desenvolver ampliado. Por exemplo: as sementes de soja transgênicas da Monsanto, multinacional que é apoiada pela política externa do EUA, com a finalidade de dominar a produção da região. (FOGEL, 2008).

Por consiguiente, este proyecto de despojo consolidado en la actualidad, se desarrolla fuertemente a través de la expansión del capitalismo agrario, es decir, el monocultivo de la soja, trigo, caña de azúcar entre otros, considerados como uno de los principales causantes de los destrozos de los "Tekoha Guasu" (territorio ancestral) de los Avá Guaraní. Pudiéndose observar la destrucción de esta población y su organización interna (PORTILLO, 2015, p. 49).

De um outro lado, temos a Tekoha Mokoi Joegua que, assim como outras comunidades da região, é habitada por diversas famílias Guaraní que foram expulsas pela Itaipu. No ano de 2018, algumas pessoas dessa Tekoha foram indiciadas por coletar bambu. Houve uma visita feita em 19 de abril como uma das atividades da semana dos povos indígenas na Unila. Foi importante para fortalecermos, firmar alianças e demonstrar que esse tipo de ação policial fere nossos princípios enquanto comunidade. Na tarde do mesmo dia fomos à Tekoha Ocoy e conhecemos o espaço da escola que existe ali. Dias depois, o Núcleo Universitário Martina Piazza emitiu uma carta de repúdio ao juiz responsável pelo processo movido pela polícia ambiental.

A dívida ambiental pode ser localizada e entregue à instituição que mais modificou esse habitat. Antes da hidroelétrica, havia mais um lugar paradisíaco chamado “Sete Quedas”. Além disso, todo o território está cercado de postes e torres condutoras de energia elétrica. A energia elétrica foi o que modificou efetivamente esta região. A nocividade da instalação da represa é indicada pelos falsos relatórios e laudos antropológicos emitidos pela FUNAI ao INCRA, ou pela persistente relação entre a saúde das pessoas da comunidade trifronteiriça, o uso de agrotóxicos no nosso meio ambiente e a incidência de ondas eletromagnéticas advindas do sistema de abastecimento hidroelétrico.

Certamente há também outros componentes da dívida social na tríplice fronteira sul: com as mulheres, com a população LGBTQIA+, com os portadores de necessidades especiais, com as crianças. Mas essas são dimensões que iremos aprofundar num momento posterior. Nas obras pesquisadas foram citadas também: dívida com legislação comum baseada em diálogo com as pessoas para efetiva funcionalidade (ALBURQUERQUE, 2005); e dívida com uma agenda comum entre os três países e cidades (FOGEL, 2008). Há também uma certa sensação de desconfiança na fronteira com vizinhos e o aumento da necessidade de atendimento médico em situação de pandemia na região da fronteira. Há, ainda, a necessidade de orçamento efetivamente participativo e de fortalecimento das lutas territoriais e fundiárias.

CAPÍTULO 5 – QUAIS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO ENCONTRAMOS NA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL?

Qual a reação a isso tudo? O povo espera ou está mobilizado? O que entendo por “reparação” é a utilização da ciência e da política para reduzir as desigualdades sociais, tendo no centro da sua força a memória histórica. Com certeza temos em nossas mãos dívidas irreparáveis, mas independente da impossibilidade de devolver integralmente pelo dano causado, o perdão torna público o reconhecimento da dívida. A reparação pode ser financeira ou através de medidas que inviabilizem a repetição dos atos danosos, e assim como foi citado anteriormente, é necessário, no que se refere às mulheres negras, e se estendendo às indígenas também, que se tenham reparações em todas as políticas públicas. Então, se os movimentos sociais são a presença que materializa a dívida social, como essa reparação se materializa na tríplice fronteira sul é o que buscou-se ilustrar.

Reparação é a resposta à audiência da dor. É necessário haver reparação histórica para inteirar e sensibilizar a sociedade sobre a relação entre as dívidas e as desigualdades existentes entre os proprietários e os desapropriados. Nessa citação da cartilha elaborada pela Rede Jubileu Sul a dívida é enunciada como instrumento de violação dos direitos da natureza e dos povos do Sul:

A dívida não é apenas um instrumento financeiro. É, acima de tudo, um instrumento político. A dívida está no coração do sistema capitalista. Sem a dívida, o sistema não tem como sobreviver politicamente. [...] Portanto, a anulação da dívida financeira e a demanda por reparações passam pela luta contra o sistema capitalista, passam pela luta para cessar as operações, políticas e programas, como os acordos comerciais, financeiros e de investimento, que continuam violando os direitos da natureza e dos povos do Sul. Isso só pode ser assegurado através de uma profunda transformação do paradigma da economia mundial e do sistema capitalista (REDE JUBILEU SUL BRASIL, 2016, p. 15).

Ao identificar processos pelos quais os movimentos sociais locais lutam pela justiça social, analisamos também o discurso da bibliografia e das ações de integrantes dos movimentos locais da tríplice fronteira sul por justiça social. O movimento indígena é representado pelo trabalho de Marblanca Baron, que fez um levantamento das famílias.

5.1 MOVIMENTO INDÍGENA

São os que sabem como manter a tekoha de pé, os que mantêm os bosques e florestas vivos. São nossas alternativas de vida que guardam a luta e a esperança na cultura e na sociodiversidade. É possivelmente parte da solução na exploração de alto impacto da natureza e mudança no ritmo da busca por recursos. Os relatórios da Comissão Yvyrupa e do Ministério Público do Brasil reúnem parte importante da história do movimento indígena do Paraguai e do Brasil. A retomada de Sauce e outras áreas da região da tríplice fronteira indicam que o movimento indígena é resistência viva:

En el año 1975 recibieron las primeras noticias sobre la construcción de la represa, ya que los funcionarios de la Itaipu pasaron mucho tiempo midiendo alrededor del río Paraná. Allí vivían varios clanes como: los Benítes: (Gervasio, Ernesto, Bernardo, José Dosanto); los Martínez: (Juan, Sixto, Josefa, Julio, Juana, Cristóbal, Carmelita, Virgilio y Ramón); los González (Silvia, Sinfiriano y Jacinto); Paulo y Julián Acosta, Cecilio y Ceferino Benega, Rosa Ojeda, Juana Cabrera, Cornelio y Estanislao Aquino, y el Oporaía Felipe Cáceres. (BARÓN, 2016, p. 50-51).

No documentário de Leticia Galeano *El retorno del Pueblo que sobrevivió a la Itaipu*, o povo da tekoha Sauce relata que até 1973 vivia-se de forma muito diferente nesta parte. A única via de transporte era o rio e as atividades eram principalmente as visitas uns aos outros, a caça e a pesca. Não havia fronteira, pois as duas margens dos rios eram coabitadas. Relatam a biodiversidade da época de fauna abundante frente à de hoje, bem mais reduzida. No entanto, além do aumento do nível das águas devido ao represamento do rio Paraná, que antes era a principal fonte de alimentos, convivem com restrições e com o veneno vindo das lavouras.

No relatório da Associação Yvy Parana Rembe'ýpe, em relação às exigências, levantam a demanda da retirada à força e solicitam: “[...] *devolver 5.000 ha con costa de las de las 14.242 ha de la Reserva Limoy bajo la categoría de Territorio Indígena de Conservación con transferencia de título comunitario, o tierras alternativas con costa en el río Paraná y bosque dentro del territorio ancestral del Tekoha Sauce*” (Asociación Yvy Parana Rembe'ýpe, 2021, p. 97). Exigem, além da restituição territorial, restauração ambiental, infraestrutura comunitária, projetos que promovam a economia e o desenvolvimento, fundo comunitário de revitalização da

cultura da água, mobilidade urbana dentro e fora da comunidade, um instituto para a formação profissional e indenização para as 5000 famílias vítimas da expulsão. Inclusive, recomendam que o valor reclamado seja pago com a redução do custo da tarifa da Itaipu Binacional, já que em 2023 a dívida financeira será quitada.

5.2 COMISSÃO DA VERDADE

Durante a segunda metade do século XX, o Paraguai viveu o mais longo regime ditatorial de sua história, e um dos mais extensos da história latino-americana. Como resposta à ditadura militar-empresarial do Paraguai foi organizada a *Dirección de Verdad, Justicia y Reparación*²¹ (Comissão da Verdade, Justiça e Reparação), que é um setor da *Defensoría del Pueblo* (Defensoria do Povo) do Paraguai. A instituição surgiu com o relatório final da Comissão da Verdade e da Justiça com o objetivo de implementar medidas de reparações definidas pela Comissão; divulgar o seu trabalho em nível nacional e internacional; dar prosseguimento às investigações das pessoas “desaparecidas”; incentivar o interesse do cidadão pela verdade histórica e documentada da violência que ocorreu no Paraguai entre 1954 a 1989; preservar a memória histórica; e, principalmente, contribuir para o fim das violações dos Direitos Humanos no Paraguai.

Os trabalhos começaram em outubro de 2004 e estenderam-se até agosto de 2008²² e responsabilizam o Estado Paraguaio, o poder executivo, legislativo e judiciário. Responsabilizaram, principalmente, o Ditador General Alfredo Stroessner, mas também determinadas unidades de polícia e das forças armadas, determinados parlamentares, dirigentes de instituições públicas, juízes, partidos políticos, empresas e sindicatos, os meios de comunicação e a imprensa. Responsabilizaram, ainda, a Igreja Católica, algumas organizações religiosas, entes internacionais e alguns governos estrangeiros, como os que se relacionam ao Plano Condor no cone sul. Ademais, a base de dados da Comissão de Verdade e Justiça do Paraguai responsabilizou de forma política e histórica, confirmando que os direitos de

²¹ “Informe Final, Capitulo Conclusiones Y Recomendaciones De La Comisión De Verdad Y Justicia Del Paraguay”.

²² Os dados não estão atualizados sendo necessária uma pesquisa mais aprofundada para compreender melhor o atual Estado paraguaio.

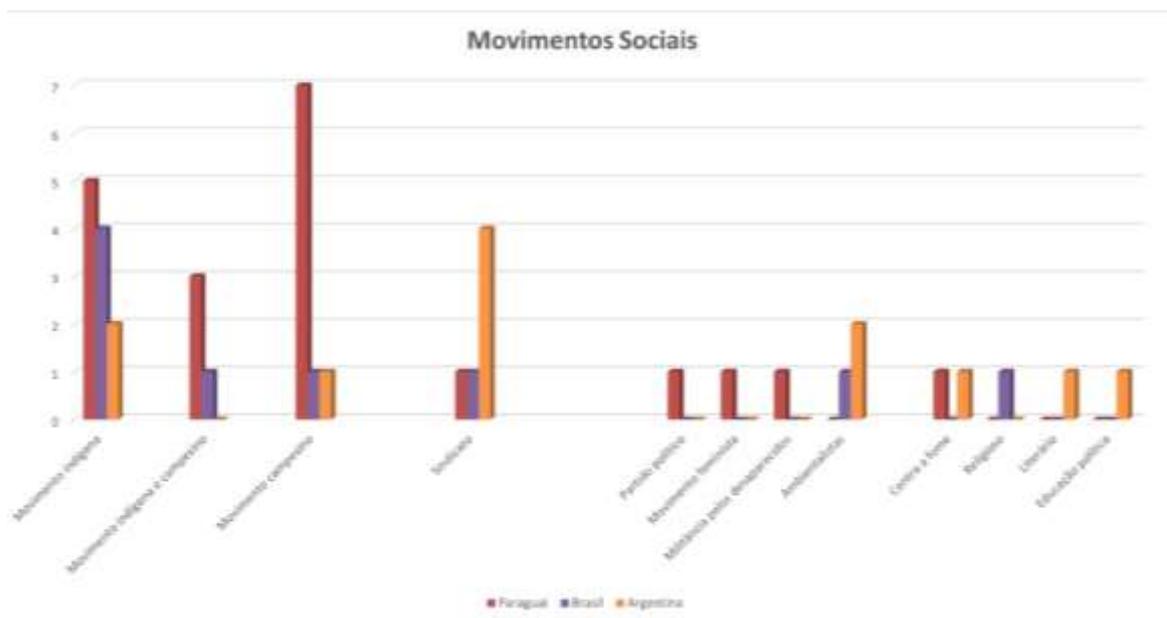
reparação não foram cumpridos e recomendando formas de reparação plenas e efetivas.

As principais recomendações foram: a criação de uma secretaria de direitos humanos e um plano de ação; a atualização da relação de vítimas que tiveram seus direitos humanos violados; a satisfação, restituição, indenização, reabilitação e não repetição dos acontecimentos averiguados; a continuidade da busca por desaparecidos; a intervenção a favor das vítimas como sujeitos do processo judicial; a assistência médica e psicossocial dessas vítimas; as reparações coletivas para as comunidades desestruturadas; a criação de mecanismos de consulta e participação entre a sociedade civil e as vítimas, assegurando ao acesso ao grupos políticos minoritários, como os das mulheres; o estímulo às medidas que ampliem as buscas e que também promovam sanções judiciais e/ou administrativas aos responsáveis pelas violações; a recomendação das comemorações em homenagem às vítimas, a educação em direitos humanos sobre o corrido; o reestabelecimento de direitos, empregos e bens; e a indenização pelos prejuízos, para além de outras medidas que fortaleçam a Comissão da Verdade.

5.3 TRANSCRIÇÃO 4º FORO SOCIAL Y POPULAR DE LA TRIPLE FRONTERA

O 4º Foro Social da tríplice fronteira teve seu primeiro evento em 2004, na cidade de Puerto Iguazu (ESQUIVEL, 2021)²³, na Argentina; o segundo em 2006, na Ciudad del Este, no Paraguai; e o terceiro em 2017, no município de Foz do Iguazu, Brasil. Teve como origem o Fórum Social Mundial, realizado no ano 2000 em Porto Alegre. Nesse 4º evento, em 17 de julho de 2021, as organizações e os movimentos sociais, de lutas camponesas e indígenas, de questões urbanas e de defesa dos direitos humanos se reuniram de forma virtual. O presidente do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguazu, Aluizio Palmar, recebeu Adolfo Perez Esquivel (prêmio Nobel da paz). O Fórum contou com a participação de 46 organizações populares, que organizamos por eixo político e estão representadas no gráfico a seguir:

²³ Este trecho do trabalho, por tratar-se de uma transcrição, tem todo como base esta citação.

Gráfico 2 – Movimentos sociais presentes no evento

Fonte: produção da autora com base nas organizações presentes no fórum, 2021.

Para Aluizio Palmares, a região é de alto grau de tensionamento, e para Adolfo Perez Esquivel, a luta não terminou e os participantes são sobreviventes. Mesmo depois das ditaduras e da instituição de governos democráticos, continua-se violando direitos humanos dos povos, danando a madre tierra, entregando as terras e estrangeirizando, entre outros muitos temas, mas hoje o mundo enfrenta a situação inédita que é a pandemia, que gera mais fome e marginalidade, assim como desastres ecológicos e perseguição, expulsão, repressão dos povos. A contaminação dos rios e mares está alterando o clima mundial. E, com o vírus, sofrem mais os países pobres. As vacinas foram compradas pelos países ricos e não chegaram em Ásia e África. Não podemos retroceder: uma vez que temos o diagnóstico, devemos saber o que fazer, operando a partir das experiências dos participantes de anos de luta.

Esquivel questiona que democracia estamos falando, e afirma que, para ele, a democracia é mais do que votar. Cita Eduardo Galeano, afirmando que seus escritos de 50 anos atrás ainda têm vigência e afirma que aqui na América Latina nossos interesses sempre ficam pequenos perto dos demais interesses, com países que sempre perdem frente aos interesses econômicos. Isso deve nos fazer reagir, fazer políticas e gerar redes de resistência cultural e política, inclusive espiritual. Questiona o que faremos para mudar as bases políticas e sociais, pois, senão,

vamos seguir nos queixando e sofrendo, tratando as dores, mas não gerando mudanças. Para mudar precisamos assumir desafios grandes e, para ele, esse fórum pode apresentar caminhos e alternativas para gerar redes e formas de resistência para poder recuperar os espaços em que exista respeito. Há leis e protocolos de Nações Unidas e organizações dos Estados americanos que não se respeitam, que certas democracias não são democracias.

Questiona: “que democracias temos?”, e responde que temos aquelas democracias delegativas em que os povos entregam o poder aos que dizem representa-los, mas não os representam, seja no Paraguai ou no Brasil. O governo do Presidente Jair Bolsonaro reprime fortemente na Amazônia e nas favelas. Temos que tratar de dar as estratégias, os eixos fundamentais da resistência para poder lutar. Relata casos de desaparecimentos de meninas e crianças em que o Estado atuou como mantenedor da estrutura estatal tal como se encontrava, sem dar espaço para avanços na investigação desses desaparecimentos. Explica, ainda, que em cada país existem mecanismos de controle e dominação e que temos que abrir espaços a nível internacional para denunciar o que está acontecendo.

O caso dos territórios ataca não só as comunidades indígenas, mas as culturas. Por isso, a resistência acontece no âmbito cultural para mudar a mentalidade de quem nos governa. Afirma que sempre repete essa base ano após ano e estamos sofrendo os mesmos males. Seguem tirando as terras dos povos originários e dos camponeses e os índices de pobreza aumentam. Alerta que esses índices acontecem em países riquíssimos, pois não somos países pobres, somos países ricos com capacidade produtiva e capacidade de desenvolvimento. Critica os monocultivos, por exemplo, de soja, de milho e de eucalipto, assim como os agrotóxicos, pois o glifosato mata as abelhas e a biodiversidade. O monocultivo mais perigoso e tóxico que esse é o monocultivo das mentes, a dominação cultural, o pensamento único. Defende que temos que nos rebelar e pensar de outra maneira, pois senão repetimos os que nos impõe a dominação, colonização cultural.

O Nobel da Paz nos, ainda, diz que podemos analisar a educação dos três países e em toda a América Latina. Não se ensina nas escolas sobre a vida, a cultura e a sabedoria dos povos originários. Temos que descobrir depois por que existe uma discriminação cultural enorme até hoje. Temos que pensar onde estamos

parados em cada um desses países quando há repressão no Paraguai contra meninas, e quando se faz desaparecer gente como Lichita. Do o ponto de vista jurídico, fecham-se todas as portas aos fiscais, em prepotência que não os fazem escutar os povos originários, mas aplicam sanções, o que se relaciona com a dominação cultural.

O FMI, o Banco Mundial e o grande capital internacional impõem sobre os nossos países a dívida externa (imoral e injusta), que tanto nós quanto as próximas gerações terão que custear. Mesmo os mecanismos de dominação nos fazem dependentes, de tal modo que ficamos submissos mesmo sendo ricos. O que fazer frente a isso? Afirma que ao participar do primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, trataram de abrir espaços de reflexão mundial, mas que não se construíram políticas e sim espaços de reflexão. Se não temos estratégias e políticas, ficaremos sempre no mesmo lugar. Em América Latina existem situações de muita gravidade, mas também movimentos de resistência muito fortes. São centros de resistência: os povos indígenas em pé, reclamando sua identidade, não só território, mas na cultura e na palavra, a língua. Eles descobrem em sua identidade e pertencimento um signo de esperança forte.

Como os movimentos sociais podem se articular dentro dos movimentos sociais e dos sindicatos, da educação, dentro do campo científico e tecnológico? Esquivel responde que trata-se de pensar com outra mentalidade e abrir espaços. Por isso os povos originários e os movimentos sociais são importantes demais. Um movimento que tem muita força nos últimos tempos e que está arrancando muitas decisões importantes são os movimentos de mulheres. Através de conquistas e através das lutas sociais, os espaços foram ocupados em todos os âmbitos: social, cultural, político e espiritual. Hoje as mulheres estão marchando. Nos nossos países, a maioria das educadoras são mulheres e para ele isso nos fala de outra projeção de pensamento, do pensamento crítico.

Nós sofremos ditaduras e temos forças armadas à serviço da dominação, mas não forças armadas à serviço dos povos. Mais de 80 mil militares latino-americanos foram formados na Escuela de las Americas em Panamá e nas Academias Militares dos EUA com a finalidade de impor a ditadura e oprimir seus povos. Por isso também hoje segue a repressão. Temos que buscar novos espaços

para avançar na resistência social, cultural e política. Hoje o problema da terra é central. A Argentina reflete o caso dos demais países. No país existe um empresário italiano chamado Beneton, que tem um milhão de hectares de terra e tirou dos Mapuche 350 hectares. Esquivel reivindicou, em Roma, na frente da casa de Beneton, esse território. Para sair da situação, ele quis doar algumas terras. Mapuches diziam que ele não poderia doar o que não lhe pertencia, e quem vendeu as terras ao Beneton foram funcionários, governadores, intendentes e prefeitos. Aparecem com títulos, como no Paraguai, e não se reconhecem mais como terras originárias. Tem que se fazer valer a 169 da OIT e todos os tratados internacionais.

Afirma, ainda, que os Estados Unidos da América sempre pensaram a América Latina como o “quintal dos fundos”. Por isso impõe governos militares, golpes de Estado e pressões permanentes sobre os povos. Temos que pensar como mudar. A situação dos direitos humanos é conflitiva, pois há muitas luzes e sombras. Muitos organismos de direitos humanos nasceram como reação às repressões estadunidenses. Na Argentina temos mães, avós, familiares e organismos de distintas ordens que lutam pelos direitos humanos, assim como em países como o Brasil, Guatemala, El Salvador e México. No México, há ainda uma situação preocupante é o problema de terras, mas também foi introduzido drogas e violência. Muitas coisas são manipuladas nos EUA e queremos superar essa situação. É preciso respeitar o direito à terra, o direito do povo e de uma vida digna. Temos que buscar canais e formas de resistência internas e gerar redes com outros povos da América Latina.

Por que nós temos que ser dependentes dos bancos que nos oprimem? Temos que pensar em um banco do sul para que nosso povo decida seus recursos. E não nos imponham uma dívida externa, imoral e injusta, de um capital que nunca chegou aos povos e que veio da especulação financeira. A questão da pandemia é feroz. Mortes e pobreza geram situações graves para todos os povos. Temos que apoiar e ser solidários. Trabalhar a cultura da solidariedade. O problema dos demais também é nosso. Hoje as grandes potências fazem guerra pela água no mundo, e, por isso, devemos preservar o aquífero Guarani, uma vez que estarmos nesta região. São as grandes reservas da humanidade: a água doce não é eterna e tem limites.

5.4 MOVIMENTO NEGRO E QUILOMBOLA NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:

Na palestra²⁴ de 10 anos da Lei 11.645/08, as professoras Angela, Edilson, Delmira e Eliana explanaram o quanto as políticas públicas específicas são responsáveis por ações afirmativas, que são benéficas para a sociedade em geral. Ao levar o debate para a realidade da escola é necessário romper com a tutela, com o etnocentrismo e com a rejeição para desconstruir estereótipos. A permanente formação dos professores também é central. Ana Lúcia Silva Souza, em *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais* (GONÇALVES; SILVA, 2006), afirma que a consciência política e histórica da diversidade possibilita o fortalecimento de identidades e de direitos, rompendo assim imagens negativas contra negros e indígenas.

O sentido construtivo quer visibilizar a participação na construção da identidade brasileira de diversos grupos sociais e étnico-raciais. Também o currículo deve seguir, segundo as *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*: “[...] respeitando os princípios que têm sido entendidos como norteadores para uma educação antirracista: pedagogia multicultural, coletiva, cooperativa e comunitária, multidimensional e polifônica, que preserva a circularidade, a territorialidade e a ancestralidade africanas (GONÇALVES; SILVA, 2006, p. 94). É importante aqui saber de quem se fala. Por exemplo, para conhecer melhor as origens históricas e culturais da sociedade brasileira, tal como ela se apresenta hoje, é importante atentar para as atitudes e atividades desenvolvidas e valorizadas para, assim, poder reconhecer e respeitar. A formação continuada presencial e a distância de professores na temática da diversidade étnico-racial em todo o país é uma aplicação importante da lei e, por isso, se for necessário, o Ministério Público pode ser acionado para fiscalizar casos em que a aplicação das leis de educação não sejam respeitadas.

No Estado do Paraná, em 2007, se instituiu a Lei nº 15.674, sancionada para a comemoração do dia 20 de novembro, sendo viabilizada para divulgação cultural e artística, principalmente pela secretaria de cultura e por meio das escolas estaduais. Em Foz do Iguaçu, a lei sancionada é a Lei nº 3.527, de 2009, que especifica que o

²⁴ Semana dos povos indígenas da UNILA.

dia seria comemorado nas unidades escolares públicas do município. A lei federal sancionada em 2011 criou a data, mas não a considera um feriado nacional, ficando à cargo de cada municipalidade a sua conformação. No caso de Foz do Iguaçu, instituir o feriado do dia 20 de novembro é uma oportunidade de divulgação do tema, pois retira do cargo sobrecarregado do professor a tarefa única e exclusiva do conscientizar. Pois o conhecimento está em todo o lugar apesar da escola ser um ponto privilegiado para que ações antirracistas sejam efetivadas.

Em maio de 2018, ainda em Foz do Iguaçu, é sancionada a lei que tem como objetivos a valorização da diversidade cultural e o combate ao racismo e à xenofobia. Em 13 de junho de 2018 nos encontramos (Eu, Angela Souza, Mãe Marina, Mazé, Richard, Maurício, Janaina e Roberta) no Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilaiyo (terreiro da mãe Marina) para promover esse mesmo projeto de lei que prevê, dentre outras importantes decisões, a instituição no calendário de eventos oficiais de Foz do Iguaçu, a Semana Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Fica evidenciado assim o compromisso da causa negra com os vários âmbitos da luta antirracista.

[...] campo do direito, o antirracismo assumiu tanto a forma de militância jurídica nos tribunais a fim de garantir a cidadania aos grupos minoritários, como também a de produção intelectual, cujo objetivo foi forjar teorias que questionassem o racismo inscrito nas doutrinas e na metodologia de ensino do direito (ALMEIDA, 2019, p. 91).

Além da relação com o direito e a política, existe forte representação da sociedade, da religião, da educação e dos movimentos de justiça social. Os encontros e trabalhos buscam garantir o processo de ganho de respeito e território num lugar que tem sim culturas plurais, mas que reflete, e muito, também o racismo estrutural, a xenofobia e o ódio às ações reparadoras. Numa das aulas com o professor senegalês Mamadou, ele explica por que a integração regional é uma forma reparadora: na convivência com outros modos de vida podemos abandonar os imaginários uns sobre os outros, percebendo as poucas diferenças e mais as semelhanças. Para isso defende o humanismo enquanto diversidade de existência e para fortalecer o bem-estar humano. Para o professor, uma região integrada evita influência externa. Não acaba com rivalidade política, mas com o sofrimento do povo.

A dívida histórica constituída com esses povos é um dos marcos da interpretação da realidade local. O lugar da reparação histórica e da justiça social aqui na tríplice fronteira sul também é da UNILA. Assim como citado anteriormente pelo professor Mamadou, trata-se de uma fronteira reparadora. A participação decisiva dessa entidade educacional garante a pluralidade da esperança de lutar e alcançar a realização pessoal e coletiva. Os eventos, tendo como foco a diversidade étnico-racial, contribuíram para o letramento racial das pessoas que tiveram a oportunidade de refletir sobre esse tema pungente. No cotidiano da UNILA, as mobilizações estudantis pela permanência nos remetem às causas da evasão universitária que impulsionam historicamente o movimento estudantil e que, não sendo apartadas da sociedade, refletem a uma problemática mais ampla que se refere direta ou indiretamente ao direito à cidade.

O sistema de ação afirmativa como materialidade de antigas reparações históricas se vê ameaçado pelo recorrente ataque ao direito do bem viver coletivo promovido pelas recorrentes ondas de Estado de autoritarismo na América Latina. A construção sólida da ciência e da educação através da formação continuada não é garantida apenas pela lei escrita, mas pelos seus aplicadores. Por isso faz-se dever do Estado, mas também de toda a sociedade, a tarefa de fortalecer ações antirracistas. Parte da sociedade brasileira tece críticas sobre a necessidade de ações afirmativas em instituições públicas e isso é um fato notório. Não seriam necessárias se fossem ampliadas as oportunidades de acesso à boa formação acadêmica e aos cargos públicos.

Também é necessária a contratação de profissionais para alcançar a demanda real de vagas em cursos de alta concorrência, o que exige um orçamento público comprometido com o bem-estar da população brasileira. A justiça social se faz também a partir de mínimas reparações, como as ações afirmativas, que são paliativas. Desde o estabelecimento de ações afirmativas não tivemos condições de reestruturar as instituições. Em parte porque foi parcialmente aplicado, assim como porque faltou legislação que obrigasse as instituições a realizar ações integradas considerando não só a entrada nas instituições das pessoas que antes não as frequentavam, mas também a sua permanência. Considerando aspectos não só de ordem material, as cotas sociais abrangem não só pessoas pobres, mas também as oriundas de escolas públicas. Claro que se tornam desnecessárias se houver

ampliação das vagas e do quadro de funcionários da educação superior, assim como políticas de permanência estudantil que se refletem em moradias e restaurantes universitários.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi realizado no intuito principal de perceber as iniciativas e ações da reparação da dívida social na tríplice sul, entendendo as peculiaridades da região que se divide em Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu. São territórios que se revelam com diversos caminhos e aprofundamentos. Lugares de incontáveis modos de vida. Não foi feita a relação da dívida social nos três países, mas sim uma análise de eventos a ela relacionados, principalmente no Brasil. A graduação em Antropologia na UNILA trouxe parte substancial do referencial teórico.

A Antropologia por demanda pode agregar valor positivo para as lutas sociais já travadas. Aqui foi exposto uma contribuição para o pensamento público partir das vozes subalternas e suas potências criativas. Essa contribuição foi tecida pelas considerações sobre as demandas regionais da tríplice fronteira sul. Por isso essa escrita propõe a reflexão a partir das demandas de alguns movimentos sociais sobre a resolução de diversas urgências sociais. As políticas públicas são entendidas aqui como um meio possível de reparação. Através do conceito de dívida e da antropologia política, deduzimos que a diferença de poder percebida através do emprego da violência gerou a dívida, e não necessariamente a reciprocidade a qual Marcel Mauss dava sentido.

Logo depois é apresentado o conceito de dívida social como a somatória das dívidas históricas, econômicas e ecológicas. São possíveis relações interdisciplinares e desdobramentos e também é possível relacionar o conceito de dívida com cada âmbito da vida humana, seja a dívida histórica com indígenas e negros-afrodescendentes; a dívida ambiental com a biodiversidade pela ambição desenvolvimentista humana; a dívida externa e interna, por sua vez, também é uma dívida econômica coletiva constantemente relacionada com as políticas públicas, pois o orçamento nacional é fortemente disputado. A dívida social é também a falta de cumprimento das leis constitucionais.

A dívida pública é, inversamente à dívida social, uma vez que direciona recursos para fora do país sem investir no bem-estar social da população. Torna-se então uma ferramenta de repressão. A dívida ecológica se refere ao manejo inadequado da natureza pela sociedade industrial, gerando uma crise do mau uso

dos recursos. Além dos recursos serem exportados com pagamentos menores que o devido, o endividamento financeiro dos países os leva à depredação ainda mais intensa da natureza.

A promoção da justiça social através dos movimentos de luta por direitos e a própria existência do movimento social é o indicativo da dívida da sociedade com ela mesma. O movimento social organiza a sociedade civil e atua em várias frentes. Fundamenta projetos de vida em sociedade para além do nacional. O movimento negro é uma corrente do movimento social que atua porque vivemos sob um sistema ideológico de dominação em que a ideia de superioridade se materializa em violência contra pessoas subalternizadas. A luta das mulheres se articula às lutas contra o racismo e anticapitalismo na elaboração de políticas públicas que considerem a junção de várias dimensões da opressão.

Os anos de 2020 e 2021 trouxeram desafios imensos, especialmente na área da saúde, com as ações de enfrentamento e combate à pandemia da covid-19 na tríplice fronteira e no mundo. Por isso a educação e o agir consciente deveriam nortear nossas decisões coletivas futuras: para a ideologia distorcida não roubar nosso trabalho. Por fazer uso da análise histórica e da compreensão dos círculos despossuídos, questionamos a estrutura histórica que naturaliza as coisas como são e não dão espaço para rupturas significativas.

O uso da teoria marxista e decolonial se deve à importância dos subalternos na revolução. Categorias marxistas foram melhoradas pela teoria decolonial, como a hegemonia, por exemplo. É a ideia de superioridade branca e hegemonia que norteia as desigualdades na nossa região. Há uma ditadura terrorista ainda em curso no cone sul se considerado o impacto das crises na América Latina. Autores indicam uma dimensão de violência muito forte contra os povos do Sul.

A realidade global afeta a tríplice fronteira sul justamente por se tratar de uma região indígena e cheia de potencial econômico, político e militar. É um lugar de movimento intenso e diverso. Os fluxos migratórios, a colonização e a relação com a ideia de terrorismo foram aprofundadas. O colonialismo permitiu que o acúmulo de riquezas no passado mantivesse as condições de hegemonia atual. A IIRSA foi trazida como exemplo de uma ação que busca na transfronteirização beneficiar os

desenhadores do projeto que estão longe dos territórios afetados pela exploração de *commodities*.

Foi utilizada também a leitura resultante de um projeto sobre a percepção da integração regional na tríplice fronteira sul. Através da entrevista com várias pessoas da fronteira, identificou-se que existe uma demanda por reparação e a necessidade de reconhecimento dos males causados entre as populações dos três países. Mostra também que a fronteira não precisa ser um problema de segurança pública e sim um local de defesa dos recursos comuns. Apesar do título do livro resultante desse projeto provocar uma suposta ideia de irmandade entre os três países, ele revela ao longo da leitura uma verdadeira dívida desde a grande guerra contra o Paraguai e até as suas atuais consequências.

Os Guarani são os povos originários da região que se estende desde o nordeste do Brasil até a Bolívia. A presença dessas comunidades indígenas é anterior ao estabelecimento da colonização na região. Foi através de mentiras que se deu a ocupação por estrangeiros nas terras guaraníticas. Depois, na época da construção da hidroelétrica de Itaipú, o planejamento do alagamento ocultou a maior parte das comunidades Guarani que viviam na região. Tivemos grandes danos culturais e sociais gerando um déficit social. O uso da mentira e da violência contra os povos originários viria a ser revelado posteriormente por instituições especializadas.

A dívida social na tríplice fronteira é uma extensão da dívida social dos três países. Alguns aspectos dessa dívida foram apresentados aqui. Ela foi localizada por órgãos oficiais dos países como o Ministério Público do Brasil e pela Comissão da Verdade do Paraguai, por exemplo. Os relatos são de perseguição, destruição e morte. O racismo estrutura até hoje processos de desumanização através da sustentação da supremacia branca. De acordo com a obra de Agustín Cueva, na década de 1970, o controle político sobre os setores estratégicos da economia está nas mãos de uma ditadura terrorista. Esse controle até hoje se mantém sobre os recursos estratégicos, miram eliminar os movimentos por justiça social.

As demandas passam por processos históricos marcados por expulsão, destruição, apagamento das contribuições culturais materiais e imateriais. A

diferença racial sustenta a hierarquização e promove atuação violenta do Estado com as pessoas que deveriam ser não só mantidas vivas, mas amparadas. A educação antirracista nesse contexto de superioridade branca se torna importante ferramenta de reparação social. Não foram poucas as pressões populares, revoltas, protestos, greves, rebeliões e fugas. Articulados elementos políticos e religiosos. Todos esses movimentos são necessários para empurrar o colonialismo.

O tema da ditadura militar latino-americana, com ênfase no Brasil e Paraguai foi visitado devido a notória necessidade de reparação. No relato de Aluizio reconhecemos que o apagamento da memória dos crimes cometidos é uma preocupação, mas, ainda assim, segue sendo noticiado formas de repressão contra as manifestações que demandem defesa dos direitos humanos. Mesmo existindo uma parte da polícia que seja antifascista, o noticiário dá atenção e razão aos atos truculentos dos policiais. A dívida pública também é discutida em seguida porque apesar da dívida grande, há pouco investimento em bem-estar social, demanda das manifestações e dos movimentos sociais. A relação entre as finanças públicas e a vida das pessoas se evidencia nos cortes no orçamento de áreas estratégicas dos serviços públicos. Um esquema de sobre de banco propicia que empresas que acumulam recursos continuem se beneficiando. A falta de imposto sobre grandes fortunas e dividendos faz com que o Brasil deixe de lado outras formas de arrecadação.

Outro componente da dívida social, a dívida ecológica, compromete a biodiversidade e a soberania dos territórios. São elas: a expansão dos sojeiros brasileiros, o uso excessivo de agrotóxico, a extração irracional de recursos, a criminalização de povos tradicionais e líderes comunitários, assim como o próprio alagamento. Todos esses são eventos notórios da modificação da região sem o devido planejamento público e sem a proteção dos interesses privados. O déficit da sociedade com ela mesma é de interesse de vários grupos e comunidades vulneradas, mas apesar disso uma parte foi relacionada aqui. Esses componentes foram os mais notados na pesquisa.

No que se refere à reparação entendemos que ela começa pela audiência da dor sentida. Assim como a dívida pública dos países é um instrumento político, as demandas por reparação também são utilizadas como ferramenta de disputa de

poder. A busca por reconhecimento do dano causado, no caso dos movimentos indígenas da região da tríplice fronteira, envolve a retomada de alguns territórios antes expropriados, a memória da geografia e biodiversidade do lugar, assim como as exigências de restituição territorial e projetos que colaborem com a sustentabilidade das comunidades.

No que se refere ao Paraguai e às reparações realizadas por conta da ditadura militar, o exemplo escolhido foi a instauração da Comissão de Verdade e Justiça que continuaria a procurar pelas pessoas desaparecidas. Foi responsabilizada boa parte da sociedade paraguaia, principalmente entes poderosos, com ênfase no ditador da época. Recomendam a criação de mais infraestrutura para a atuação dos defensores de direitos humanos, mais participação da sociedade civil e acesso aos grupos diversos da sociedade paraguaia.

Escolher o Foro social da tríplice fronteira foi necessário porque ali se unem importantes organizações não apenas da região, o que de alguma forma conecta ainda mais os três países. A fala de Adolfo Perez Esquivel se concentra em recomendar uma reação e imposição de nossas reivindicações. Ele critica a falta de vontade política nos casos de desaparecimentos de menores de idade, e relaciona a cultura e a mentalidade com a dominação dos territórios e a consequente pobreza do pensamento único. Afirma, ainda, que não se aprende na escola a fortaleza e o poder do conhecimento dos povos originários. Dentre outros temas, Esquivel rebate firmemente a dependência econômica a que boa parte dos países latino-americanos se submete.

No campo da luta antirracista o movimento negro da região tem na UNILA um espaço de desenvolvimento. As aulas voltadas para a educação étnico racial, as palestras, as intervenções culturais, os encontros, lançamentos de livros, marchas e grupos de estudos promovem a cultura negra local. Também foi evidenciada a elaboração de leis, através da militância jurídica, que colaborem no processo de conscientização da sociedade local. A UNILA é tratada como uma fronteira reparadora por representar uma instituição que promove a convivência entre diferentes culturas e tem potencial para desenvolver um conhecimento local e comprometido com os interesses dos povos que coabitam essa parte do mundo. As cotas sociais que permitem a entrada em instituições de ensino só não podem superar a ampliação das vagas e das oportunidades na educação de todos os níveis escolares.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jórisa Danilla N. Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea. **Revista Observatório Latino Americano e Caribeño**. [S. l.], n. 2, p. 68-87, 2018.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Morar na fronteira e pensar a integração. *In.*: BENVENUTO, Jaime. **Somos todos irmãos?** Reflexões sobre a percepção da integração regional na Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai. Foz do Iguaçu: 2016. 191 p.

_____. **FRONTEIRAS EM MOVIMENTO E IDENTIDADES NACIONAIS: A Imigração Brasileira No Paraguai**. 2005, 265 f. Tese (doutorado em sociologia) – Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALCANTARA, Gustavo Kenner *et al.* A situação dos Guarani imediatamente antes do início da construção de Itaipu. *In.*: _____ (org.). **AVÁ-GUARANI: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019. p. 65-100.

ALIER, J. M.; OLIVEIRAS, A. **Deuda ecológica y deuda externa**. Barcelona: Icaria, 2003.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Organização do selo por Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

ALVARENGA, Camila. Feminismo negro está no centro da luta anticapitalista, diz Nilma Gomes. **Opera Mundi**. São Paulo, 2021. Disponível em <https://cutt.ly/O2lpRUy>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ÁMBITO. Ranking de los países más endeudados del mundo: ¿en qué puesto está Argentina?. **Portal Ambito**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/o2P895v>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ANGELO, Tiago. Paraguai deixou de receber US\$ 75 bilhões com Itaipu entre 1985 e 2018, afirma estudo. **Opera Mundi**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/f2lpWSD>. Acesso em: 21 set. 2021.

ASOCIACIÓN YVY PARANA REMBE'YPE. **Deuda Histórica De Itaipu Binacional Lado Paraguayo, Con El Pueblo Ava Guarani Paranaense. Exigencias De Reparación Por Destierro Y Etnocidio**. Equipo técnico, investigación y edición de textos: Lea Schvartzman, Leticia Galeano, José Elizeche. 1ª edición Asunción, 2021. JEROVIA, Centro de Promoción de la Democracia y los DD.HH; Fundación Rosa Luxemburgo, 2021.

BARÓN, Mariblanca. **Los Ava Paranaenses**. Asunción: CEADUC, p. 19-42, 2016.

BARROS, Ronaldo Crispim Sena. Políticas de promoção da igualdade racial: um novo redesenho das políticas públicas no Brasil. *In.*: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. **SEPPIR- Promovendo a igualdade racial: Para um Brasil sem racismo**. 1 ed. Brasília: Editora IABS, 2016.

BENVENUTO, Jayme *et al.* **Somos todos irmãos? Reflexões sobre a percepção da integração regional na Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai.** Foz do Iguaçu: 2016.

BOGADO, Marco Manuel Dominguez. Pensando La Integración Desde Los Aspectos Locales Que Caracterizan A La Frontera. *In.*: BENVENUYO, Jayme. **Somos todos irmãos? Reflexões sobre a percepção da integração regional na Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai.** Foz do Iguaçu: 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://cutt.ly/o2l5d2R>. Acesso em: 1 jun. 2021.

CALAÇA, João Marcelo Martins. Distribuição de renda e dívida pública no Brasil. **Revista Visión Latino Americana.** [S. l.], n. 1, 2009.

CANAL COMUNICA ESCOLA DE ARTE DRAMÁTICA EAD DA ECA-USP. **(PERSPECTIVAS ANOS 20) CONVERSA COM DENISE FERREIRA DA SILVA.** Youtube, 02 jul. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/F2lsvhc>. Acesso em: 30 set. 2021.

CARVALHO, J. J. O Olhar Etnográfico e a Voz Subalterna. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, 2001.

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS DA UFRB. Racismo e Antirracismo no Brasil: o caso dos povos indígenas. **Portal da UFRB.** [S. l.], 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/C2P8LpH>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CHAMORRO, Graciela. Teología Guaraní. **ÑE'E - a palavra-alma.** [S. l.], 2004. Disponível em: <https://cutt.ly/U2l5tJZ>. Acesso em: 2 out. 2021.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado.** Tradução Theo Santiago, 1982.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS/ABA. **Relatório Final de atividades – janeiro 2017 a dezembro 2018.** Cordenação de Lucía Eilbaum. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/A2P0JZM>. Acesso em: 14 jun. 2021.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA DE PARAGUAY. **Informe Final, Capitulo Conclusiones Y Recomendaciones De La Comisión De Verdad Y Justicia Del Paraguay.** [S. l.], 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça Restaurativa. **Portal do Conselho Nacional de Justiça.** [S. l.], [sem ano]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/justica-restaurativa/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CUEVA, Agustín. Autoritarismo y fascismo en América Latina. *In.*: BÁEZ, René; ROSERO, Andrés. **Cuadernos Políticos.** 1. ed. n. 2. Quito: Gallo Rojo, 2013.

CUEVA, Agustín. Fascismo y economía en América Latina. Palestra apresentada no seminário El control político en el Cono Sur de América Latina. **Revista Controversia.** Guadalajara, ano 1, n. 2, 1977.

DELGADO, Susy. Los señores de la palabra. **Revista Nómada**. [S. l.], n. 4, 2007.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. [S. l.], n. 69, p. 95-117, 2018.

DIAS, Luciana de Oliveira. (Res)Sentimentos e nós fronteiriços: por uma sensibilização de percepções diante de uma constelação de afetos. *In*: BENVENUTO, Jayme. **Somos todos irmãos?** Reflexões sobre a percepção da integração regional na Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai. Foz do Iguaçu: 2016. 191 p.

DINIZ, Franciscarlos, VICTOR, Nathan. Exigimos reparação em todas as políticas públicas. Entrevista publicada em 26 fev. 2018. Fonte: Ascom/Consea. Disponível em: <https://cutt.ly/Q2lfwNd>. Acesso em: 31 ago. 2020.

ELSTER, Jon. **Una introducción a Karl Marx**. Coyoacán: Siglo veintiuno editores, 1992.

EQUIPE MAPA GUARANI CONTINENTAL. **Guarani Continental Povos Guarani Na Argentina, Bolívia, Brasil E Paraguai**. Campo Grande: 2016.

ESQUIVEL, Adolfo Perez. Palestra concedida ao **IV Foro Social Y Popular de la Triple Frontera**. [S. l.], 17 jul. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/c2lfAN4>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1979.

FATTORELLI, Maria Lucia; AVILA, Rodrigo. **A auditoria da dívida e o necessário aumento dos gastos com a saúde**. Seminário Futuros do Brasil: textos para debate. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. [S. l.], 2017.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora Global, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores Letras, 1972.

FOGEL, Ramon. La región de la triple frontera: territorios de integración y desintegración. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 10, n. 20, p. 270-290, 2008.

GALEANO, Leticia. **El retorno del pueblo que sobrevivió a Itaipu**. 63.53min. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/p2lf3xp>. Acesso em: 22 maio 2019.

GIMENEZ, Heloisa M.; LISBOA, Marcelino T.; SILVA, Micael A.; DIALLO, Mamadou A. A tríplice fronteira como região: dimensões internacionais. **Cadernos Prolam/USP**. [S. l.], v. 17, n. 33, p. 148-167, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. [S. l.]: 2010.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira. *In: Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais*. Brasília, DF: SECAD, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje** – Anpocs. [S. l.], p. 223-244, 1984.

GUANAES, Senilde Alcântara. O Estado Nacional e as políticas desenvolvimentistas: o “cerco articulado” contra os Guarani na Tríplice Fronteira Sul. **Tessituras**. Pelotas, v. 3, n. 1, p. 307-336, 2015.

GUILLEN, Rafael Portillo. **Transformaciones del territorio Avá Guarani a partir de la construcción de la Usina Hidroeléctrica Itaipu y por la actual expansión de la agricultura capitalista**. 2015, 57 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Políticas e Sociologia) – Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad Y Política, Foz do Iguaçu, 2015.

PORTAL G1. Em Foz do Iguaçu, policiais usam bombas de gás para conter manifestantes. **Portal G1**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/u2xQBU4>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LACERDA, Paula. As indenizações como política de direitos humanos e de justiça social no Brasil contemporâneo. **Revista Antropolítica**. Niterói, n. 48, p. 246-275, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42050>. Acesso em: 23 ago. 2021.

LANGDON, Esther Jean; GRISOTTI, Márcia (org.). **Políticas públicas: reflexões antropológicas**. Florianópolis. Ed. UFSC, 2016.

LOANGO, Anny Ocoró. Los afrodescendientes en Argentina: la irrupción de un nuevo actor en la agenda política y educativa del país. **Revista Colombiana de Educación**. Bogotá, n. 69, p. 137-157, 2015.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: 2018.

MANIFESTO DO MOVIMENTO POLICIAIS ANTIFASCISMO. **Blog Policiais Antifascismo**. 01 de março de 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/32xUmwk>. Acesso em: 04 maio 2019.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. *In: _____*. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Nevez. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NERI, Marcelo. A Dívida Social. **Revista Conjuntura Econômica**. [S. l.], v. 56, n. 2, p. 38-40, 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/L2xOe0C>. Acesso em: 21 ago. 2021.

NEVES, Pedro Dias Mangolini *et al.* Tríplice Fronteira: Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu. **Revista Interface**. [S. l.], n. 10, p. 70-78, 2015.

OTAZÚ, Angélica. La influencia de la lengua Guaraní a nivel local y regional. Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción – CONACYT. **Revista Estudios Paraguayos**. [S. l.], v. XXXVI, n. 2, 2018.

PEREGALLI, Alessandro; PANEZ, Alexandre; AGUIAR, Diana. 20 anos da IIRSA na América do Sul: quem está comemorando agora?. **Le Monde Diplomatique Brasil**. [S. l.], n. 4, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/52xAJJy>. Acesso em: 27 maio 2021.

PINHEIRO, Jair. Estado e Movimentos Sociais: as múltiplas faces de uma relação conflituosa. In: CORSI, Francisco *et al.* (org.). **Economia e Sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 2005.

QUINTELA, Sandra. Cada vez que uma dívida financeira é paga, uma dívida social se amplia. Entrevista. **Site Jubileu Sul**. [S. l.], 2022.

REDE JUBILEU SUL BRASIL. **A dívida não acabou e você paga por ela: auditoria já**. Colaboração: Célio Maranhão, Fabrina Furtado, João de Jesus, Joilson J. Costa, Marcos Arruda, Patricia A. Medeiros, Patrícia Bonilha, Pe. Antonio dos Reis, Rosilene Wansetto e Sandra Quintela. [S. l.], 2016.

RUCKERT, Aldomar A.; VICENTE, Francisco J. A região transfronteiriça do Iguazu e as ações da IIRSA. **Para Onde!?** Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS. [S. l.], ano 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/108021>. Acesso em: 27 maio 2021.

SARANGO MACAS, Luis Fernando. **El paradigma educativo de Abya Yala: continuidad histórica, avances y desafíos**. 1 ed. Managua: URACCAN, 2014.

SEGATO, Rita L. Introdução: Colonialidad del poder y antropología por demanda: Una antropología por demanda, una antropología litigante. In: _____. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos**. [S. l.]: Prometeus, 2013.

SCHAVELZON, Salvador. La antropología del estado, su lugar y algunas de sus problemáticas. **PUBLICAR**. [S. l.], ano VIII, 2010.

SOUZA, Caroline Marques Cavalcante de. **Dívida ecológica como subproduto do paradigma desenvolvimentista**. 2008 187 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. [S. l.], n. 20, p. 31-45, 2009.

TRABALHADORES, TV. **Entre vistas** com Maria Lúcia Fattorelli. Youtube. 26 de setembro de 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/z2P0xJS>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade. **Revista Antropologia USP**. [S. l.], v. 44, n. 1, p. 185-220, 2001.

WERÁ, Kaká. PALESTRA: Kaká Werá fala sobre os quatro princípios da sabedoria ancestral da cultura Guarani em encontro de lideranças indígenas no Caminho do Meio. **Revista Bodisatva**. Revisão: Bruna Crespo Edição: Janaína Araújo. Transcrição: Ieda Estergilda. [S. l.], 2017.